

VOLUME
XXXIII BOLETIM DO
N.º 1 ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2020

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Maria Cristina Vieira de Freitas

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Maria Bandeira (AUC - amlb@ci.uc.pt)
Gracinda Guedes (AUC - gracinda.guedes@auc.uc.pt)
Ilídio Pereira (AUC - ilidiobp@ci.uc.pt)
José Pedro Paiva (FLUC - leipaiva@fl.uc.pt)
Leontina Ventura (FLUC - leventura@sapo.pt)
Maria Cristina Vieira de Freitas (FLUC - cristina.freitas@fl.uc.pt)

COORDENAÇÃO

Gracinda Maria Ferreira Guedes

CONSELHO EXTERNO DE CONSULTORES

Abel Rodrigues (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - abel.roiz@gmail.com)
Agustín Vivas Moreno (Univ. de Extremadura, Cáceres, Espanha - avivas@alcazaba.unex.es)
Ana Célia Rodrigues (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - anyrodrigues@yahoo.com.br)
Ana Isabel Lopez Salazar (Univ. Complutense de Madrid, Espanha - ailopezsalazar@hotmail.com)
Ana Isabel Ribeiro (Univ. Coimbra, Portugal - aribeiro@fl.uc.pt)
António Resende de Oliveira (Univ. de Coimbra, Portugal - arendeao@gmail.com)
Bernard Vincent (EHESS, Paris, França - bernard.vincent@ehess.fr)
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - bvses@fcsn.unl.pt)
Caio César Boschi (Pontifícia Univ. de Belo Horizonte, Brasil - caiboschi@hotmail.com)
Carlos Alberto Ávila Araújo (Univ. Federal de Minas Gerais, Brasil - carlosaraujofmg@gmail.com)
Carlos Guardado da Silva (Univ. de Lisboa, Portugal - carlosguardadodasilva@gmail.com)
Conceição Casanova (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, Portugal - mccasanova@museu.ulisboa.pt)
Dalila Rodrigues (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, Portugal - dalilarodes@gmail.com)
Daniel Norte Giebels (Univ. de Coimbra, Portugal - danielgiebels@gmail.com)
Daniela Fernandes Gabriel (Câmara Municipal do Porto, Portugal - danielafernandes@cm-porto.pt)
Dunia Llanes Padrón (Univ. Havana, Cuba - duniallp@yahoo.es)
Evergton Sales Souza (Univ. Federal da Bahia, Brasil - evergtons@gmail.com)
Fátima Ó Ramos (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - fatima.oramos@antt.dgarq.gov.pt)
Fátima Reis (Univ. Lisboa, Portugal - fatimareis@fl.ul.pt)
Fernanda Olival (Univ. de Évora, Portugal - fernanda.olival@gmail.com)
Fernanda Ribeiro (Univ. do Porto, Portugal - fribeiro.flup@gmail.com)
Fernando Taveira da Fonseca (Univ. de Coimbra, Portugal - fertaveira@gmail.com)
Gabriel Paquette (Univ. de Oregon, EUA - paquette@uoregon.edu)
Georgina Silva dos Santos (Univ. Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil - georginasantos@uol.com.br)
Geraldo Mártires Coelho (Univ. Federal do Pará, Brasil - gmartirescoelho@gmail.com)
Giuseppe Marocci (Universidade de Oxford, Reino Unido - giuseppe.marocci@gmail.com)
Guilhermina Mota (Univ. de Coimbra, Portugal - guimota@mail.telepac.pt)
Heloísa Bellotto (Univ. de São Paulo, Brasil - hbellotto@yahoo.com.br)
Hugo Ribeiro da Silva (Univ. de Coimbra, Portugal - hribeirodasilva@hotmail.com)
Inês Amorim (Univ. do Porto, Portugal - inesamorimflup@gmail.com)
Isabel Drumond Braga (Univ. de Lisboa, Portugal - isabeldrumondbraga@hotmail.com)
Isabel Vargues (Univ. de Coimbra, Portugal - ivargues@fl.uc.pt)
Jacqueline Herman (Univ. Estadual do Rio de Janeiro, Brasil - jacquehermann@uol.com.br)
Jaime Gouveia (Univ. Coimbra, Portugal - jaim.ricardo@gmail.com)
Jaime Reis (Univ. de Lisboa, Portugal - jaime.reis@ics.ul.pt)
Joana Brites (Univ. Coimbra, Portugal - brites.joanac@gmail.com)
João José Alves Dias (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - joaoalvesdias@gmail.com)
João Manuel Filipe Gouveia Monteiro (Univ. Coimbra, Portugal - joao.g.monteiro@uc.pt)
João Paulo Avelãs Nunes (Univ. Coimbra, Portugal - jpavelas@fl.uc.pt)
José Luís Bonal Zazo (Univ. Extremadura, Badajoz, Espanha - jlbonal@unex.es)
José Maria Jardim (Univ. Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil - josemariajardim@yahoo.com.br)
José Miguel Sardica (Univ. Católica Portuguesa, Portugal - jsardica@fch.lisboa.ucp.pt)
José Murilo de Carvalho (Professor Emérito, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Brasil - josemurilodecarvalho@gmail.com)
José Vicente Serrão (ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal - jose.serrao@iscte-iul.pt)
Karen Racine (Univ. de Guelph, Toronto, Canadá - kracine@uoguelph.ca)
Laurinda Abreu (Univ. Évora, Portugal - laurinda.abreu@mail.telepac.pt)
Luciana Duranti (Univ. of British Columbia, Vancouver, Canada - luciana.duranti@ubc.ca)
Lucília Runa (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - lucilia.runa@dglab.gov.pt)
Luís Carlos Amaral (Univ. do Porto, Portugal - lcamaral@letras.up.pt)
Luís de Vasconcellos e Sá (Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa, Portugal - luis.sa@dglab.gov.pt)
Manuel Loff (Univ. Porto, Portugal - mloff@letras.up.pt)
Maria Antónia Lopes (Univ. Coimbra, Portugal - mafilopes@netvisao.pt)
Maria Beatriz Marques (Univ. Coimbra, Portugal - beatrizmarques35@gmail.com)
Maria de Lurdes Rosa (Univ. Nova de Lisboa, Portugal - missi@oniduo.pt)
Maria Manuel Borges (Univ. Coimbra, Portugal - mmborges@gmail.com)
Maria Manuela Azevedo Pinto (Univ. do Porto, Portugal - mmpinto@letras.up.pt)
Maria Manuela Moro Cabero (Univ. Salamanca, Espanha - moroca@usal.es)
Marta Maria Lobo de Araújo (Univ. Minho, Portugal - martalobo@ics.uminho.pt)
Nuno Rosmaninho (Univ. Aveiro, Portugal - rosmaninho@ua.pt)
Patrícia Souza de Faria (Univ. Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil - patricia@carvano.com.br)
Pedro Lains (Univ. Lisboa, Portugal - pedro.lains@ics.ulisboa.pt)
Pedro López Gómez (Univ. da A Coruña, Espanha - plogo@telefonica.net)
Rui Cascão (Univ. de Coimbra, Portugal - rafcascao@gmail.com)
Rui Cunha Martins (Univ. de Coimbra, Portugal - rcmartin@ci.uc.pt)
Sandra Vaz Costa (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal - cvcosta@dgpc.pt)
Saul António Gomes (Univ. Coimbra, Portugal - sagcs@fl.uc.pt)
Tamar Herzog (Univ. Harvard, USA - therzog@jas.harvard.edu)

VOLUME
XXXIII
N.º 1

BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN

0872-5632

2182-7974

DOI DA REVISTA

<https://doi.org/10.14195/2182-7974>

DOI DO VOLUME

https://doi.org/10.14195/2182-7974_33_1

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>

Os artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores.

© Arquivo da Universidade de Coimbra e Imprensa da Universidade de Coimbra

ÍNDICES INTERNACIONAIS

WEB OF SCIENCE®

Scopus®

MIAR
Método de Informação para o
Análisis de Revistas



Sumário

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
-----------------------------------	----------

ESTUDOS

Os tabeliães de notas de Coimbra nos séculos XVI a XVIII: Provimento de ofícios e identificação de cartórios	11
Cristóvão Mata	
As mulheres “devassas de seu corpo” em Coimbra durante a primeira metade do século XVIII	35
Alexandre Rodrigues de Souza	
El archivo general de Villafranca durante la Guerra de Independencia española	57
Domingo Beltrán Corbalán; Francisco Precioso Izquierdo	

RECENSÕES CRÍTICAS

LARRIBA, E. ; COLETES BLANCO, A., eds. (2017) – <i>La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814</i> . Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 164 p.	81
Carlos Guardado da Silva	
NICHOLAS, D. [et al.] (2018) – <i>Early Career Researchers: The harbingers of change? Final report</i> . CIBER Research. 78 p.	87
Jorge Revez	
RODRIGUES, S. (2017) – <i>O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)</i> . 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.	93
Silvia Cintra Borges Morais	

Nota de Apresentação

Prof. Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas
Diretora do Arquivo da Universidade de Coimbra

O “fecho” de mais uma edição de um periódico científico é motivo de comemoração. O fluxo contínuo de receção de manuscritos, bem como o leque de tarefas de distribuição, habitualmente associadas à produção editorial, supõem, juntos, o investimento silencioso e constante de um núcleo, não raro, muito reduzido de pessoas. Numa destas poderosas “frentes” encontram-se os/as revisores/as científicos/as, que asseguram uma grande parte dos critérios de qualidade das nossas publicações.

Neste atual número do volume XXXIII do BAUC, o primeiro do ano de 2020, muito particularmente, agradecemos aos revisores e às revisoras, a generosidade e o tempo que dedicaram aos manuscritos submetidos à sua criteriosa ponderação. Graças ao seu importante labor científico é que publicamos agora seis novos textos.

Assim sendo, na secção “Estudos” são publicados três artigos originais que resultam de investigações que versam sobre temas diversos. O primeiro deles, redigido por Cristóvão da Mata, debruça-se sobre os proprietários dos ofícios de notas de Coimbra (séc. XVI-séc. XVIII) e intenta, por meio do acesso à documentação original, “reconstituir” o percurso destas instituições multisseculares. O segundo texto, como refere o autor, Alexandre Rodrigues de Souza, examina as fontes disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra e procura identificar alguns dos termos usados para definir as “mulheres devassas de seu corpo”, ou seja, o meretrício e a sua “prática”, consoante o discurso da época (séc. XVIII), tendo como cenário a cidade universitária de Coimbra. O terceiro estudo, escrito por Domingo Beltrán Corbalán e Francisco Precioso Izquierdo, relata os percursos e as vicissitudes sofridas por um arquivo de uma casa senhorial, no contexto da “Guerra de Independencia Española”. Trata-se de um projeto de investigação, focalizado num tema de relevo para a Arquivística contemporânea, que traça e ilustra práticas de (re) organização e de transferência/deslocalização de arquivos, levadas a efeito em contexto de guerra (séc. XVIII).

Para além destes estudos, são também incluídas, neste novo número do Boletim, três novas recensões críticas. Na primeira, realizada a partir da análise da obra que apresenta o sugestivo título *“La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814*, Carlos Guardado da Silva traz-nos, muito pertinentemente, uma análise do papel da poesia como veículo de informação nos tempos de guerra. Nesse intento, expressões como informação, contrainformação, poesia de protesto, entre outros, emergem e dão um toque singular à obra referenciada. Na segunda recensão, Jorge Revez oferece-nos uma breve contextualização das alterações sofridas pela comunicação científica, após o advento das redes digitais, do movimento do Acesso Aberto e da Ciência Aberta, situando-os entre os objetivos de um estudo longitudinal realizado por um grupo independente de investigadores (2015-2018), cujos resultados foram vertidos para um robusto relatório final de projeto, que é objeto da sua análise. Na terceira recensão, elaborada por Sílvia Cintra, é realizado o exame da obra intitulada *“O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)”*. Neste exame, torna-se patente a necessidade de delinear a evolução orgânico-funcional dessa nobre instituição portuguesa, para absorver a dinâmica e a complexidade inerentes à sua estrutura, e proporcionar os argumentos científicos e as evidências necessárias à defesa de uma gestão contínua e integral da informação institucionalmente produzida e acumulada.

É, pois, nesses tempos incertos e envoltos no manto de uma “Crise” reveladora, e por meio desses vários contributos, que concretizamos este novo número do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, esperando ir ao encontro das necessidades informacionais dos/as nossos/as exigentes leitores/as.

Coimbra, 30 de março de 2020.



Estudos

Os tabeliões de notas de Coimbra nos séculos XVI a XVIII: Provimento de ofícios e identificação de cartórios

The notaries of Coimbra in the Sixteenth to Eighteenth Centuries: Their appointment and identification

CRISTÓVÃO MATA

Universidade de Coimbra

Colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura

cristovaomat@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3682-0700>

Artigo entregue em: 3 de outubro de 2019

Artigo aprovado em: 15 de março de 2020

RESUMO

Este artigo aborda o grupo de proprietários dos ofícios de tabelião de notas de Coimbra entre o início do século XVI e os meados do século XVIII. Para este efeito, suportamo-nos essencialmente nas cartas de nomeação, apresentação ou confirmação efetuadas pela Casa de Aveiro e pela Coroa portuguesa e registadas na chancelaria régia. A informação recolhida permitirá analisar qual o enquadramento legal e como se processou o exercício desta prerrogativa senhorial, observar a transmissão dos ofícios e identificar os seus proprietários, visando reconstituir os cinco cartórios da cidade.

PALAVAS-CHAVE: Tabelionato; Coimbra; Casa de Aveiro.

ABSTRACT

This article discusses the group of holders of the Coimbra's notary offices from the early sixteenth to the mid-eighteenth century. We rely essentially on letters of appointment, presentation or confirmation written by the House of Aveiro and the Portuguese Crown and registered in the Royal Chancellery. The information collected will allow us to analyse the legal framework and how this noble prerogative was exercised, to observe the transmission of the offices, and to identify its owners, aiming to reconstruct the five offices of the city.

KEYWORDS: Notaries; Coimbra; House of Aveiro.

Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar o grupo de proprietários dos ofícios de tabelião de notas de Coimbra entre o início do século XVI e os meados do século XVIII. Na sua origem encontra-se o projeto de doutoramento em História Moderna no âmbito do qual estudámos a Casa de Aveiro¹, entidade senhorial que durante o referido período deteve a prerrogativa de apresentação, sujeita a confirmação régia, dos ofícios de tabelião do judicial e das notas de Coimbra. Neste contexto, foi recolhida informação que nos permite estudar o enquadramento legal e o efetivo exercício deste direito senhorial, analisar como se procedia à sua transmissão e identificar os seus proprietários.

A documentação na qual se apoia este trabalho corresponde essencialmente aos atos recolhidos na Chancelaria Régia, cujos livros registavam as confirmações dos reis às apresentações de notários efetuadas pelos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas (ou, dependendo da época, as nomeações régias); assim como às petições dirigidas ao Desembargo do Paço no sentido de se solicitar ou confirmar mercês recebidas²; e à informação documental que sobreviveu à destruição do cartório da Casa de Aveiro, nomeadamente o livro de registo de mercês de D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, sétimo e último duque de Aveiro, e uma relação dos bens que a Casa de Aveiro possuía em Coimbra, ambos redigidos nas vésperas da extinção desta casa, em 1759³.

¹ Tese de Doutoramento em História, ramo de História Moderna, intitulada *A Casa de Aveiro na Constelação dos Poderes Senhoriais: Estruturas de Domínio e Redes Clientelares*, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/93202/2013), orientada pela Professora Doutora Margarida Sobral Neto e apresentada a provas no dia 25 de novembro de 2019.

² Vide a descrição deste fundo em RODRIGUES (2000: 114-247).

³ Ambos os documentos estão referenciados em GEADA (2013).

Só muito ocasionalmente recorreremos aos livros de notas sob custódia do Arquivo da Universidade de Coimbra. Mais concretamente, quando for necessário apresentarem-se diplomas referentes aos oficiais, como cartas de fiança ou renúnciação. Não obstante o limitado recurso à documentação notarial, o presente artigo constitui um trabalho muito pertinente não só para a historiografia, como também para a arquivística. Em primeiro lugar, porque aborda os processos de nomeação destes oficiais locais – produtores de um fundo documental do Arquivo da Universidade de Coimbra –, observando-se o enquadramento legal da prerrogativa senhorial e o desenvolvimento de práticas de administração dos recursos institucionais ao dispor de uma casa aristocrática, numa perspetiva diacrónica e na longa duração.

Em segundo lugar, em virtude de se conhecer a identidade dos proprietários, reconstituir-se-ão os cinco cartórios notariais existentes em Coimbra na Época Moderna. Tal possibilitará a reorganização deste fundo que, contando 2057 unidades de instalação⁴, não tem os seus livros agrupados nos respetivos cartórios. Precisamente por este motivo, o presente artigo foca-se nos tabeliães de notas, oficiais cuja autoridade pública conferia autenticidade aos documentos lavrados, e não nos tabeliães (ou escrivães) do judicial, cujas funções consistiam em registar o expediente das justiças de primeira instância⁵. Ambas as categorias distinguiam-se perfeitamente em Coimbra, ao contrário do que sucedia em outros lugares, onde estes ofícios surgem com a designação genérica de tabelião do judicial e notas.

Deste modo cobrir-se-á um longo período durante o qual o provimento dos tabeliães de Coimbra foi responsabilidade de uma entidade senhorial, a Casa de Aveiro. Mediante comparação dos nomes destes indivíduos com as informações constantes dos livros de notas acerca dos respetivos proprietários, será depois possível organizar-se sequencialmente o fundo do cartório notarial de Coimbra nos cinco ofícios existentes. Aqui, no entanto, além da identificação dos tabeliães, avaliar-se-á a legislação que previa o exercício da prerrogativa e o desempenho do direito senhorial de apresentação.

O tabelionado em Portugal e Coimbra

O tabelionado público foi criado em Portugal durante o reinado de D. Afonso II, datando de 1212 a primeira referência a um tabelião e de 1214

⁴ PAIVA (2015: 252-253).

⁵ BARROS (1914: 726; 762-768).

o primeiro documento notarial conhecido⁶. Até 1223, decorreu uma primeira fase da introdução do notariado, durante a qual despontaram tabeliães em cidades e vilas do norte e do centro do reino (e à qual se seguiu uma fase de retração do ímpeto, continuado apenas com D. Afonso III), como Braga, Santarém, Lisboa e, também, Coimbra⁷. A primeira referência a um tabelião conimbricense data deste período, tendo sido o seu primeiro documento redigido em 1220 – embora este diploma, tanto quanto parece, seja da autoria de um notário eclesiástico⁸. Com efeito, o primeiro oficial régio, nomeado e atuante nas mesmas condições que se verificam existir noutras cidades e vilas desde a década de 1210, só terá surgido em 1248. Até ao final do reinado de D. Afonso III terá surgido um segundo ofício (1268)⁹.

No século XIV, ocorreu um primeiro esforço de regulamentação da atividade. Conforme sintetizou Maria Helena da Cruz Coelho, os vários artigos que compunham o regimento de 1305 procuraram impedir a acumulação de outras funções com a de tabelião, impor a observação de todos os detalhes indispensáveis ao registo de um ato e submeter a atividade e respetivos oficiais à justiça. Entre as diversas cláusulas que o integravam, uma alínea em especial determinava que, onde quer que existissem dois ou mais tabeliães, estes oficiais exercessem o seu ofício em apartado próprio, de forma a que quem desejasse recorrer aos seus serviços soubesse onde encontrá-los¹⁰.

Em virtude de existirem cinco cartórios em Coimbra no reinado de D. Dinis¹¹, esta determinação terá sido cumprida quase de imediato. Assim o entendeu Gama Barros, que leu uma referência sobre a «audiencia dos tabeliães», feita num documento de 1313, e interpretou-a como sendo os paços destes oficiais¹². Ao longo deste século e do seguinte o número de ofícios terá aumentado bastante: desconhece-se o número total de ofícios existentes em Coimbra, mas Maria José de Azevedo Santos conseguiu identificar vinte e cinco oficiais para o período compreendido entre 1308 e 1499¹³.

Em 1516, existiam em Coimbra onze ofícios – seis do judicial, cinco de notas. Esta contagem encontra-se registada no foral novo que o rei D. Manuel

⁶ BARROS (1914: 728-729) e NUNES (1981: 25-29).

⁷ NOGUEIRA (2008: 55-108).

⁸ Sobre este assunto, ver também GOMES (2000: 241-286).

⁹ NOGUEIRA (2001: 213) e NOGUEIRA (2008: 268-287; 343; 376).

¹⁰ COELHO (1996: 174 e seguintes).

¹¹ MARQUES (1965: 84).

¹² BARROS (1914: 764).

¹³ SANTOS (1990: 125-149).

outorgou à cidade de Coimbra, mais propriamente no capítulo que refere o valor das pensões que cada um deveria pagar (2.040 reais)¹⁴. Muito embora o rei D. Sebastião tenha, na década de 1570, criado mais dois ofícios de tabelião do judicial¹⁵, não só os tabeliães de notas se mantiveram em igual número, como também a Casa de Aveiro continuou a exercer até ao momento da sua extinção, em 1759, o direito de apresentação de apenas onze dos tabeliães de Coimbra. Isso mesmo é demonstrado tanto pela documentação régia, nomeadamente os livros de avaliações dos ofícios do reino de Portugal (1640 e 1751)¹⁶, como por documentos administrativos da Casa de Aveiro: em 29 de dezembro de 1756, o duque D. José de Mascarenhas foi informado sobre as suas pertenças em Coimbra, constando apenas os onze tabeliados apresentados pela Casa de Aveiro¹⁷.

A Casa de Aveiro e a cidade de Coimbra

A Casa de Aveiro foi uma casa aristocrática do Portugal Moderno cuja origem remontou a um filho bastardo do então príncipe e logo depois rei D. João II. Em 1491, após o falecimento do seu irmão e único filho legítimo de D. João II, o príncipe D. Afonso, e no contexto do processo sucessório que oporia o monarca à rainha consorte, D. Leonor, à Casa de Beja e aos Reis Católicos¹⁸, D. Jorge de Lencastre começou a ser dotado com uma série de bens cujo capital simbólico o colocava na linha de sucessão no trono: primeiro, um conjunto de coutos, honras, beetrias que haviam pertencido ao seu irmão; e, logo de seguida, o governo das ordens de Avis e Santiago, que haviam estado quase sempre na posse de membros da família real desde a fundação da dinastia de Avis¹⁹. Conforme se sabe, este projeto sucessório não vingou e à morte de D. João II, em 1495, sucedeu a coroação de D. Manuel.

Antes de falecer, porém, o rei D. João II solicitou ao sucessor que dotasse o filho sobrevivente com o património que, no início do século XV, havia sido do infante D. Pedro, primeiro duque de Coimbra, o que incluía a

¹⁴ COELHO (2013: 245).

¹⁵ ANTT – Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 20, fl. 353.

¹⁶ ANTT – Manuscritos da Livraria, Livro 844, fl. 1v; Biblioteca da Ajuda (Lisboa) – 40-XII-11, fls. 279-280 e ANTT – Chancelaria-mor da Corte e Reino. Livro 11, fl. 13.

¹⁷ BA – 54-XI-47, Número 26, fls. 7v-8.

¹⁸ Por todos, veja-se AUBIN, 1991: 101-140.

¹⁹ PIMENTA (2002).

cidade²⁰, segundo refere o testamento joanino, «em Ducado»²¹. A doação do conjunto de vilas, alcaidarias-mores, padroados, direitos reais e jurisdições (Aveiro, Lousã, Montemor-o-Velho, Penela, Pereira entre outras terras) requeridos pelo rei D. João II efetuou-se apenas a 27 de maio de 1500²². Neste documento, D. Jorge é já identificado como duque de Coimbra, título cujo assentamento (750.000) lhe havia sido outorgado por D. Manuel no dia imediatamente anterior²³ – em todo o caso, a doação do título e dos bens desta cidade foi adiada por nove anos.

A demora da execução da última vontade de D. João II deveu-se sobretudo ao facto de o infante D. Pedro haver recebido Coimbra de juro e herdade e D. Manuel querer outorgar os bens de Coimbra a D. Jorge por tempo de uma vida apenas. As demais terras e respetivos recursos foram efetivamente doados a título perpétuo, mas, segundo se lê numa carta de D. João de Lencastre, primeiro duque de Aveiro e primogénito de D. Jorge, escrita anos mais tarde à rainha D. Catarina, a quem solicitava a renovação do título ducal, o rei recusara outorgar ao pai a cidade de Coimbra e respetivos bens de juro e herdade, demorando nove anos a concretizar a doação.

Alguns indícios da relutância manuelina quanto à posse de Coimbra por D. Jorge encontram-se na *Crónica dos cônegos regantes de Santo Agostinho*. Segundo esta obra, D. Manuel doou-lhe a jurisdição de Coimbra, em 1500, mas impôs a condição de «que viessem nisso os cidadãos, e gente do povo». Reunida em vereação, o senhorio do mestre de Avis e de Santiago foi aceite; logo depois, no entanto, havendo suspeitas de subornos, ocorreu uma revolta liderada por dois homens que «nunca consentirão em haver outro senhor daquela cidade, mais que o rey destes reynos», manifestando o rei o seu agrado, pois «não dava a cidade de Coimbra por sua vontade, mas por certa obrigação»²⁴.

Uma carta do mentor de D. Jorge, Cataldo Sículo, enviada ao senhor D. Álvaro, sogro daquele, incitando-o a usar da sua influência junto dos Reis Católicos a favor do genro no âmbito de um negócio que este tinha pendente com o rei e cujo impasse o afligia, aponta para que algo se passasse. Américo da Costa Ramalho considerou que o negócio em questão consistia

²⁰ MORENO (1983-1984: 27-52).

²¹ SOUSA (1742: 172).

²² SOUSA (1748: 1-8).

²³ ANTT – Chancelaria de D. Manuel, Livro 13, fl. 54.

²⁴ SANTA MARIA (1668: 51-52). Ver também OLIVEIRA (2016). Outros estudos sobre Coimbra durante a Época Moderna que consideramos serem relevantes, SOARES (2001-2004) e RBEIRO (2012).

na jurisdição da cidade²⁵, mas a carta escrita pelo duque D. João a D. Catarina, atrás mencionada, sugere uma outra preocupação. Ao longo desta epístola, o duque de Aveiro argumenta que o avô havia solicitado para o pai o título e bens de Coimbra na mesma forma que D. Pedro os tivera, mas D. Manuel «lhe não deu também Coimbra de juro [...] mas deulhe as rendas e cousas della, e titulo em sua vida» – justamente por isso, D. Jorge recusou os bens durante nove anos²⁶.

A afirmação do primeiro duque de Aveiro é corroborada pela datação das duas cartas pelas quais D. Manuel concedeu a D. Jorge o título de duque de Coimbra, a alcaidaria-mor, os direitos reais e demais rendas da cidade, no dia 26 de março de 1509. No mesmo diploma pelo qual recebeu o título de duque de Coimbra e a alcaidaria-mor, D. Manuel fez-lhe igualmente mercê «dos Padroados das Igrejas que na dita Cidade e seu termo tivermos [...] e dos Taballiaes [...] ficando a nossa [*sic*] confirmação dos ditos Taballiaes»²⁷. O padroado daquelas igrejas jamais foi incorporado na Casa de Aveiro e alguns outros direitos reais e bens, doados que estavam a outros donatários leigos, demoraram alguns anos até serem incorporados por D. Jorge e seus descendentes²⁸.

No que à apresentação dos tabeliães do judicial e notas de Coimbra diz respeito, D. Jorge apresentou oficiais, porventura por privilégio especial, antes da doação formal: em 1503, por exemplo, apresentou o seu escudeiro Marcos Gonçalves no ofício de João Gonçalves, então falecido, e no ano seguinte D. Manuel confirmou-lhe a propriedade²⁹. Durante algum tempo, no entanto, partilhou o exercício do direito com a Coroa, continuando o monarca a doar ofícios e nomear oficiais nas circunstâncias interditadas aos donatários da Coroa pelas Ordenações Manuelinas (Livro II, Título XXVI). Tal foi o caso, por exemplo, do tabelião do judicial Baltasar Pais, nomeado

²⁵ RAMALHO (2006: 303-308).

²⁶ SOUSA (1748: 39).

²⁷ SOUSA (1748: 8) e ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 24, fl. 73v.

²⁸ Os foros, pensões dos tabeliães, salaio e reguengo de Ansião, em 1506; a portagem, em 1520 (ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 47, fls. 3-3v); as jugadas, em 1542 (ANTT – Corpo Cronológico, Parte II, Maço 238, Documento 31); e a alcaidaria-mor em data posterior a 1550 (CAMPOS, 2013: 239). Considerando a data da inclusão das primeiras rendas, é provável que D. Jorge beneficiasse delas ainda antes de lhe ser concedida formalmente a donataria. Sobre o património do segundo duque de Coimbra, consultar PEREIRA (2003: 236-259) e MATA (2019: 59-97).

²⁹ ANTT – Ordem de Santiago e Convento de Palmela, Livro 9, fls. 11-11v e Chancelaria de D. Manuel, Livro 23, fl. 20v. Logo de seguida, o mesmo Marcos Gonçalves renunciou ao ofício no chanceler-mor e D. Jorge apresentou Gonçalo Fernandes, escudeiro de Coimbra, que foi confirmado a 19 de agosto de 1504 (ANTT – Chancelaria de D. Manuel, Livro 23, fl. 25).

a 4 de maio de 1530, mas em funções por nomeação de D. Manuel após a renúncia de Jorge Fernandes³⁰.

O enquadramento e limites legais deste direito são sobejamente conhecidos: desde logo, a variabilidade das modalidades de nomeação, que iam da *apresentação*, sujeita a posterior confirmação régia, à *dada*, a qual dispensava outros procedimentos³¹; depois, os donatários da Coroa não podiam criar quaisquer ofícios, que era apanágio real, e os ofícios apenas podiam ser doados quando vagassem por morte dos seus proprietários, estando vedada a nomeação por renúncia do oficial anterior³²; aos senhores também estava interdito que privassem um proprietário do respetivo ofício; igualmente proibida era a designação de serventuários³³ – mas em 1631, depois de alguns avanços e recuos³⁴, a Casa de Aveiro recebeu este privilégio³⁵.

Foi fundamentalmente nestes moldes que os duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas apresentaram os tabeliães de notas de Coimbra até à extinção da Casa de Aveiro. Excetuam-se, naturalmente, os três períodos durante os quais a casa foi governada por oficiais mandatados pela monarquia e a esta retornou a nomeação de alguns cargos locais. Esta situação decorreu da fuga de Portugal protagonizada pelo quarto duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, em 1659, e da nomeação de um administrador régio, logo no ano seguinte, que viria a exercer funções até 1668, quando sucedeu D. Pedro de Lencastre, tio de D. Raimundo e, depois daquele ano, quinto duque de Aveiro.

A Casa de Aveiro foi novamente colocada sob administração da Coroa em 1673, após o falecimento do quinto duque de Aveiro, e assim se manteve até 1732, quando nela sucedeu um sobrinho de D. Raimundo. À morte de D. Gabriel de Lencastre, em 1745, seguiu-se uma terceira administração,

³⁰ ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 39, fl. 27v.

³¹ HESPANHA (1994: 170-188). Em 1521, D. João III concedeu a D. Jorge o privilégio de poder *dar* «todos os ofícios de tabaliães das ditas suas terras e quaisquer outros de qualquer calidade que seja que nom forem de nosa dada e provimento nem dos conselhos das ditas suas terras» (ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 46, fls. 171v-172), mas esta nova prerrogativa vigorou apenas nas vilas cuja jurisdição lhe pertencia.

³² Veja-se, por exemplo, o parecer do Desembargo do Paço referente à renúncia e posterior apresentação de um ofício de tabelião do judicial de Coimbra, em 1588 (BA – 44-XIV-4, fls. 12-12v.)

³³ Vide uma carta enviada pelo provedor da comarca de Coimbra ao Desembargo do Paço, enumerando os imensos atropelos cometidos pelos duques de Aveiro em matéria de provimento de ofícios, em 1598, entre as quais se contava a nomeação de serventuários (BA – 44-XIV-10, fls. 151v-153v).

³⁴ CUNHA (2005: 94-95).

³⁵ SILVA (1855: 209).

cessando quando a casa foi doada a D. José de Mascarenhas da Silva e Lencastre, marquês de Gouveia e conde de Santa Cruz, em 1752. Este senhor administrou-a nos sete anos seguintes, sendo executado e a Casa de Aveiro extinta em 1759³⁶, devido ao seu envolvimento no atentado contra D. José³⁷.

O facto de o título de duque de Coimbra e os demais bens outorgados em 1509 terem sido doados a D. Jorge por sua vida apenas não significa que os duques de Aveiro, seus sucessores, à exceção do título ducal de Coimbra, não tenham recebido a alcaidaria-mor e demais bens desta cidade, entre os quais a prerrogativa de apresentação de tabeliães. Em 1526, D. Jorge recebeu mais três vidas na posse destes bens, o que beneficiava diretamente o seu filho, neto e bisneto – sucederam-lhe, portanto, os primeiro e segundo duques de Aveiro, D. João e D. Jorge. Depois, um primo deste último senhor, D. Álvaro, que casou com a sua filha D. Juliana e seria, por isso, terceiro duque de Aveiro, usou da quarta vida. Sucedeu-lhe o neto D. Raimundo, em 1636, e depois o seu filho D. Pedro. Em 1733, o duque D. Gabriel recebeu finalmente os bens de Coimbra de juro e herdade³⁸, beneficiando depois D. José de Mascarenhas desta mercê até 1759.

Durante a maior parte do período compreendido entre 1509 e 1759 coube aos duques de Coimbra e Aveiro e à duquesa de Torres Novas, como tutora do seu filho menor D. Raimundo, a apresentação dos tabeliães de Coimbra. A 8 de maio de 1673, porém, um decreto régio ordenou que os ofícios da fazenda fossem providos pelo administrador³⁹, devendo as matérias tocantes à justiça, como doação de ofícios da justiça e a nomeação das vereações, correr pelo Desembargo do Paço⁴⁰. O que esta instrução significou foi que a propriedade de um dado tabelionato de Coimbra, quando vagasse, seria solicitada àquele tribunal superior da Coroa, o qual concederia um parecer positivo ou negativo, sendo depois os petiçãoários nomeados pelos reis de Portugal e os respetivos alvarás e cartas de mercê registados na chancelaria régia.

³⁶ Sobre a história familiar da Casa de Aveiro, SOUSA, 1745: 1-178 e CANEDO, 2006.

³⁷ MONTEIRO (2008: 131-166).

³⁸ Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Livro IV da Correia, fls. 216-221.

³⁹ Corroborar esta instrução, entre outros documentos, a carta de doação do ofício de almoxarife e juiz dos direitos reais de Coimbra a António de Magalhães Castelo Branco, expedida pelo administrador Jorge da Franca no dia 17 de dezembro de 1681 (Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Livro XXVII de Registos, fls. 182v-183).

⁴⁰ ACL – Série Azul, MSS. 276, fl. 33v.

O provimento dos tabeliães

Muito haveria para dizer sobre a prerrogativa de nomeação de ofícios locais, desde a apropriação de direitos neste campo a expensas da autonomia e liberdades dos municípios, à importância que estes recursos assumiam no âmbito da constituição de redes clientelares pelas entidades senhoriais⁴¹. Sucede, porém, que o objetivo deste artigo, conforme se anunciou logo de início, ainda que não ignore completamente este assunto, consiste sobretudo em avaliar a transmissão da propriedade dos tabelionados e identificar os proprietários destes ofícios com o objetivo de se reconstituírem os respectivos cartórios. Antes de mais, importará referir que o universo de indivíduos apresentados pela Casa de Aveiro e pela Coroa confirmados ou por ela nomeados para os cinco tabelionados aqui analisados compõe-se unicamente dos indivíduos que conseguimos agrupar num ofício cujos titulares se conhecem (quase) totalmente e se podem sequenciar⁴².

No seu conjunto, perfazem cinquenta e uma pessoas. Este valor equivale a uma média de 10,2 proprietários por cada ofício, não se registando grandes oscilações entre os cinco tabelionados existentes: foram identificados nove proprietários no primeiro ofício, dez no segundo, onze no terceiro, dez no quarto e outros onze no quinto⁴³. Em virtude de alguns mandatos não se iniciarem em 1500 e de haver lacunas para o século XVII, será provável que, à exceção do quinto ofício, os demais quatro tivessem mais proprietários. Infelizmente, esta é uma hipótese que não se pode comprovar de momento.

Em anexos, estão arrolados sequencialmente em cinco tabelas todos os tabeliães. Nelas também é apresentado um resumo da informação recolhida sobre cada um deles, compilando-se na Tabela 1, que se segue, os dados obtidos sobre cada provimento e organizando-se os proprietários identificados em função da autoria da sua nomeação. Conforme se pode ver, a maioria dos oficiais receberam os cargos dos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas – trinta e cinco em cinquenta e um (68,6%). Somente um foi nomeado por D. Manuel, em data desconhecida, e, depois, confirmado por D. João III⁴⁴. Outros onze foram também nomeados pela Coroa, mas durante as administrações, especialmente nos reinados de D. Pedro II (3) e D. João V (6).

⁴¹ SILVA (1989); CUNHA (2012) e MATA (2015).

⁴² O que exclui, desde logo, o tabelião Marcos Gonçalves, atrás mencionado.

⁴³ Ver, em Anexos, as Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6.

⁴⁴ António Fernandes, nomeado a 13 de março de 1528 (ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 14, fl. 65). Pouco expressiva, a nomeação de tabeliães pela Coroa foi mais vulgar nos tabeliães do judicial.

Tabela 1: Tipologias de provimentos

	Indefinido	Mercê Nova			Renúncia			Total
		Sem Referência	Pai	Sogro	Venda	Pai	Sogro	
Indefinido	4							4
D. Manuel e D. João III	1							1
D. Jorge	1	1			8		1	11
D. João					6			6
D. Jorge		1						1
D. Álvaro e D. Juliana		4	1	2				7
D. Raimundo		3			1			4
1.ª Administração				1				1
D. Pedro	1							1
2.ª Administração		1	5	1	1	1		9
D. Gabriel		2						2
3.ª Administração		1						1
D. José		2			1			3
Total	7	15	6	4	17	1	1	51

Fontes: Ver, em Anexos, as fontes citadas nas Tabelas 2, 3, 4, 5 e 6.

Os restantes quatro oficiais correspondem aos provimentos anteriores a 1500, nomeadamente Bartolomeu Fernandes (1496) e João Toscano (1499)⁴⁵; a Jorge Borges Ferreira, certamente apresentado na primeira metade do século XVII⁴⁶; e ainda a Maria de Salazar, que provavelmente recebeu o ofício do duque D. Pedro, entre 1668 e 1673⁴⁷, reforçando estes últimos o grupo dos oficiais apresentados pela Casa de Aveiro (72,5%).

Da abordagem aos provimentos excluem-se quatro tabeliães, dois por terem sido nomeados antes da concessão da prerrogativa a D. Jorge, em 1509, e outros dois por não se conseguir estimar a data da sua indigitação, nem se esclarecerem as circunstâncias em que ocorreram⁴⁸. Pelo mesmo

⁴⁵ ANTT – Chancelaria de Manuel, Livro 26, fl. 117 e Livro 14, fl. 12v.

⁴⁶ Embora se desconheça a sua carta de confirmação, é referido na carta de confirmação de António Velho de Brito, em 1654 (ANTT – Chancelaria de D. João IV, Livro 27, fl. 3).

⁴⁷ ANTT – Chancelaria de D. João V. Livro 38, fls. 289-289v.

⁴⁸ António Fernandes, por morte do qual o duque D. Jorge apresentou Gregório Lourenço, em 1528 (ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 30, fl. 204v), e o já referido Jorge Borges Ferreira.

motivo, outras três pessoas investidas por D. Manuel e D. João III (1500-1557)⁴⁹ e pelos duques D. Jorge (1500-1550)⁵⁰ e D. Pedro (1668-1673), sobre cujas nomeações ou confirmações pouco ou nada se sabe, também serão excluídas da seguinte análise.

Os quarenta e quatro tabeliães cujos provimentos se conhecem ou sobre os quais se sabe em que contexto receberam os ofícios estão igualmente organizados na Tabela 1. Aqui distinguem-se os que receberam os ofícios por morte (mercê nova) ou por renúncia do anterior tabelião, destacando-se qual a relação entre ambos os proprietários. Assim, verifica-se que a maior parte das apresentações foram mercês novas (25) e que, nestas, não há nenhuma relação aparente entre o tabelião falecido e o sucessor em quinze casos. Todavia, as relações familiares entre proprietários assumem uma certa importância (10), havendo seis indivíduos que sucederam aos pais e quatro aos sogros.

A morte de um proprietário e a sua sucessão pelo filho ou genro podiam ser, todavia, precedidas por uma renúncia ou nomeação por morte, sempre sujeita à aprovação da Casa de Aveiro. Assim, em 1653, Afonso Cardoso Segurado fez renúncia ao seu genro, Francisco da Costa Silva, casado com a sua filha Ana Cardoso, em virtude de ter dois alvarás de mercê da duquesa de Torres Novas «para que *en sua vida ou por sua morte* podese nomeiar os ditos officios em hua de suas filhas para a pessoa que com ella cazase»⁵¹. Este tabelião, em todo o caso, terá sido nomeado somente por morte do sogro, em 1661, pois foi neste ano que solicitou ao Desembargo do Paço que o nomeasse em conformidade com as suas mercês – muito embora a sua carta de mercê seja desconhecida, o alvará de mercê e depois a nomeação de Manuel da Costa Cardoso Segurado, seu filho, em 1698 e 1709⁵², confirmam que foi provido com o tabelionato.

No mesmo sentido, há pelo menos um caso em que o proprietário do tabelionato recebeu a mercê do seu ofício em função do casamento celebrado, não havendo, porém, qualquer relação de parentesco entre a sua esposa e o anterior proprietário. António Velho de Brito foi apresentado pelo duque D. Raimundo e confirmado pelo D. João IV, em 1654, em virtude da

⁴⁹ O já mencionado António Fernandes.

⁵⁰ Pedro Dias, apresentado e confirmado em 1523 sem se fazer qualquer menção ao anterior proprietário (ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 37, fl. 136v).

⁵¹ Arquivo da Universidade de Coimbra – Cartório Notarial de Coimbra, Livro de Notas nº2 1653-08-20/1654-02-06, fls. 29-29v.

⁵² ANTT – Chancelaria de D. Pedro II. Livro 24, fl. 366-366v e Livro 29, fl. 331-331v.

morte anterior proprietário, Jorge Borges Ferreira⁵³. Onze anos depois, quando solicitou ao Desembargo do Paço a renúncia deste ofício por também ser escrivão dos órfãos de Punhete, a sua petição referia que o «avera por dotte de sua mulher»⁵⁴. Muito embora exista a possibilidade de se ter casado com uma filha daquele proprietário, a verdade é que muitos outros casos houve em que os duques de Aveiro doaram ofícios aos maridos das suas criadas sem que fossem filhas dos falecidos proprietários.

Em 1713, Manuel de Azevedo Salazar foi provido com um ofício de tabelião. Segundo a carta de doação, o duque de Aveiro, porventura D. Pedro, doara-o a sua mãe, Maria de Salazar, para servi-lo quem consigo casasse. João Rodrigues Calvo, seu pai, falecera sem se encartar, pelo que o ofício foi outorgado a Manuel de Azevedo Salazar⁵⁵. Outro exemplo de ofícios doados aos maridos de criadas da Casa de Aveiro corresponde ao de almorixe e juiz dos direitos reais de Coimbra: Brásia Macedo era natural de Setúbal, fora colaça de D. Juliana e casara com António Amado Varela, natural de Santiago do Cacém, que pelo seu casamento recebeu do duque D. Álvaro a propriedade do referido ofício em 1602⁵⁶.

A preponderância da morte como causa da vacatura de um dado ofício (56,8%) coincide com o que Mafalda Soares da Cunha detetou nas terras da Casa de Bragança, onde mais de metade (55,2%) das doações de ofícios resultaram do falecimento do anterior oficial e apenas 16,3% das doações se efetuaram após as renúncias dos cargos – os impedimentos (27,3%) e as suspensões ou revogações (1,2%) das concessões ali registadas não são detetados no caso das apresentações e nomeações destes tabeliães, mas, naquele caso, nem todos os provimentos corresponderam à concessão de propriedades, pois também são consideradas as nomeações de serventuários⁵⁷. Talvez por esse motivo, as renúncias dos tabeliães de notas da cidade de Coimbra são mais expressivas, perfazendo 43,2% das vacaturas dos ofícios doados.

As renúncias de ofícios, embora proibidas pelas Ordenações Manuelinas (Livro I, Título LXXV) e Filipinas (Livro I, XCVI) quando efetuadas sem permissão do rei⁵⁸, também foram relevantes – dezanove em quarenta e quatro

⁵³ ANTT – Chancelaria de D. João IV. Livro 27, fl. 3.

⁵⁴ ANTT – Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Livro 52, fl. 231.

⁵⁵ ANTT – Chancelaria de D. João V. Livro 38, fls. 289-289v.

⁵⁶ AHMC – Livro X de Registos, fls. 108-109 e ANTT – Tribunal do Santo Ofício, Habilitações, Francisco, Maço 4, Documento 197.

⁵⁷ CUNHA (2012: 31-32).

⁵⁸ SILVA (1988: 203-214) e OLIVAL (2003: 743-769).

–, sendo bastantes expressivas, no âmbito desta amostra, as transferências de ofícios entre vivos efetuadas por homens não aparentados (17). Excetuam-se os casos de Bernardo Pinheiro, cujo pai ingressou num mosteiro e, por isso, foi nomeado seu sucessor a 13 de junho de 1706⁵⁹, e de Gil Aires, que recebeu o ofício por renúncia de João Toscano, seu sogro, em 1532⁶⁰. De resto, é bastante impressionante que quinze destas renúncias tenham sido realizadas ao tempo em que a Casa de Aveiro foi administrada pelos duques D. Jorge e D. João (1500-1571).

Considerando que os últimos bens doados ao duque D. Jorge em 1500 e 1509 só foram incorporados na Casa de Aveiro na década de 1590 e que D. João de Lencastre, primeiro duque de Aveiro, perdeu fontes de rendimento face às auferidas pelo seu pai, traduzindo-se isto em problemas de ordem económica⁶¹, poder-se-á estar perante o recurso à venda de ofícios por parte dos dois primeiros representantes da Casa de Aveiro. Assim, se se verifica que algumas renúncias foram efetuadas com permissão ducal⁶², diversos casos houve em que as mercês realizadas referem expressamente que a renúncia do ofício foi feita nas mãos dos duques de Coimbra e Aveiro⁶³.

Trata-se, sem dúvida, de uma conjectura que necessita de ser mais desenvolvida e discutida em articulação com toda a prática de provimento de ofícios locais pela Casa de Aveiro – problemática que, naturalmente, não cabe nem pode ser discutida no presente artigo. Mas, para além da conjuntura económica atrás invocada, importa referir que, em Espanha, também a Casa de Osuna recorreu a este expediente para atenuar as dificuldades vividas nos séculos XVI e XVII⁶⁴. E se, em Portugal, não parece que os senhores de terras dotados com direitos de provimento de ofícios o tenham feito⁶⁵, a verdade é que casas tão relevantes do ponto de vista social e económico como o era a Casa de Bragança não evitaram as suspeitas que sobre ela recaíram⁶⁶. Em simultâneo, também não revelaram qualquer pejo em doar sucessivas serventias, em vez de uma única carta de propriedade,

⁵⁹ ANTT – Chancelaria de D. Pedro II. Livro 30, fl. 353.

⁶⁰ ANTT - Chancelaria de D. João III. Livro 16, fl. 37v.

⁶¹ MATA (2019: 59-87).

⁶² António Anes, em 1551 (ANTT – Chancelaria de D. João III. Livro 66, fls. 189v-199).

⁶³ Como foi o caso de Gregório Lourenço (1528) e Diogo Coutinho (1566), por exemplo (ANTT – Chancelaria de D. João III. Livro 30, fl. 204v e Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Livro 19, fls. 155v-156).

⁶⁴ ATIENZA (1987: 162-164).

⁶⁵ SILVA (1988); OLIVAL (2011).

⁶⁶ ANTT – Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Livro 1, fl. 78.

em virtude dos proventos económicos que a expedição escrita destas mercês pela chancelaria ducal acarretavam⁶⁷.

A Casa de Aveiro também usufruiu do direito de cobrar dízimas e direitos de chancelaria aos beneficiários das mercês por si concedidas e isso poderá justificar o seu interesse pela prerrogativa que, conforme se verificou, foi finalmente obtida em 1631. Estes indivíduos não cabem no presente artigo; mas, considerando os objetivos enunciados atrás, nomeadamente a disponibilização de informação que contribua para a reorganização dos cartórios de Coimbra, não deixa de ser importante referir que se encontram registadas diversas cartas de nomeação dos serventuários indigitados pela Coroa e pela Casa de Aveiro nos livros de registos da câmara de Coimbra.

A 7 de janeiro de 1648, por exemplo, André da Silva foi designado serventuário do ofício do qual era proprietário Jorge Borges Ferreira⁶⁸. Aquele homem será o mesmo André da Silva que aparece indicado como sendo o produtor do livro de notas que cobre o período compreendido entre os dias 27 de outubro de 1651 e 7 de agosto de 1654 (identificado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra a seguinte cota: V-1E-9-5-99) e que, por conseguinte, pertencerá ao cartório do referido tabelião Jorge Borges Ferreira.

Neste sentido, a identificação e sequenciação dos proprietários dos cinco cartórios notariais de Coimbra constituiu um claro contributo para a reorganização deste fundo, não dispensando esta tarefa, em todo o caso, o cruzamento da informação agora disponibilizada com outras fontes documentais que, além dos próprios livros de notas, possam referir quais os proprietários dos ofícios cujos produtores estão já identificados.

Conclusão

O direito de provimento dos tabeliães de notas (e do judicial) de Coimbra pelos duques de Coimbra, Aveiro e Torres Novas foi exercido num quadro bastante distinto da dada de outros ofícios da mesma cidade (os do almoxarifado e juízo dos direitos reais) e das vilas e terras do ducado de Coimbra-Aveiro. Justamente por este motivo foi possível reconstituir quase integralmente os cinco cartórios notariais e avaliar como se processou a transferência da propriedade de cada um destes ofícios. Conforme se verificou, as mercês de ofícios efetuadas por falecimento do respetivo proprietário foram

⁶⁷ CUNHA (2012: 29).

⁶⁸ AHMC – Livro XXX de Registos, fls. 60-60v.

ligeiramente superiores às que decorreram da renúncia dos cargos pelos mesmos. No mesmo sentido, também a concessão dos tabelionados, por via de apresentações ducais ou doações régias, a indivíduos sem qualquer relação de parentesco com os antecessores foi predominante, perfazendo 72,3% de todas as mercês cujas circunstância se apuraram.

Da mesma maneira, os cinco ofícios registaram um número semelhante de proprietários ao longo de um período compreendido (dependendo dos tabelionados em questão) entre duzentos e duzentos e cinquenta anos – cerca de dez indivíduos por ofício. À exceção de dois casos, ambos datados dos meados do século XVII, todos eles puderam ser sequenciados em catálogos próprios. Esta informação é agora disponibilizada em anexo com o intuito de contribuir para a reorganização do fundo documental dos livros de notas de um período posterior a 1563.

ANEXOS

Tabela 2: Primeiro ofício

Nome	Nomeação	Apresentação	Confirmação	Observações
Bartolomeu Fernandes	1496, 4, 2	-	-	-
João Negrão	-	1514, 7, 11	1514, 7, 14	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia que lhe fizera o anterior.
Pedro Dias	-	1529, 11, 4	1529, 11, 12	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia que lhe fizera o anterior.
António de Gouveia	-	1570, 6, 28	1570, 9, 4	Apresentado pelo duque D. João, por renúncia do anterior.
Duarte Macedo	-	1623, 1, 10	1623, 4, 10	Apresentado pelo duque D. Álvaro, por falecimento do anterior.
João Baptista	-	1643, 2, 25	1643, 3, 3	Apresentado pela duquesa de Torres Novas, por morte do anterior.
-	-	-	-	Sem continuidade.
Maria de Salazar	-	1670 (c.)	-	-

Manuel de Azevedo Salazar	1713, 10, 5	-	-	Nomeado pelo rei D. João V. O ofício fora apresentado pelo duque de Aveiro, talvez D. Pedro, a Maria de Salazar, para quem consigo casasse, e casando ela com João Rodrigues Calvo, seu pai, este falecera sem se encartar.
Manuel Francisco dos Santos	-	-	1739, 9, 4	Apresentado pelo duque D. Gabriel, por morte do anterior.

Fontes: ANTT – Chancelaria de D. Manuel, Livro 26, fl. 117 e Livro 15, fl. 93v; Chancelaria de D. João III, Livro 48, fl. 109; Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 28, fl. 106; Chancelaria de D. Filipe III, Livro 3, fls. 288-288v; Chancelaria de D. João IV, Livro 14, fls. 91-91v; Chancelaria de D. João V, Livro 38, fls. 289-289v e Livro 97, fls. 365v; BA – 54-XI-46, Número 12.

Tabela 3: Segundo ofício

Nome	Nomeação	Apresentação	Confirmação	Observações
Pedro Dias	-	1523, 9, 21	1523, 9, 22	Apresentado pelo duque D. Jorge, sem referência ao anterior proprietário.
Henrique Brandão	-	1537, 2, 12	1537, 2, 21	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia do anterior.
Diogo Vaz	-	1571, 3, 16	1571, 3, 21	Apresentado pelo duque D. João, por renúncia do anterior.
Tomé Borges	-	1597, 8, 28	1597, 9, 1	Apresentado pelo duque D. Álvaro, por falecimento do anterior, seu sogro.
Simão Gomes Rebelo	-	1637, 6, 10	1637, 8, 12	Apresentado pela duquesa de Torres Novas, por falecimento do anterior.
Francisco Gomes Pinheiro	1709, 2, 25	-	-	Nomeado por D. João V, por falecimento do pai, o anterior.
Simão Rebelo	SD	-	-	Dada a similitude de apelidos, Simão Rebelo seria filho do anterior, mas desconhece-se a sua carta de nomeação.
João Simões Valente	1732, 2, 18	-	-	Nomeado pelo rei D. João V, por falecimento, sem herdeiros, de Simão Rebelo.

Francisco Xavier Lameiras	-	1756, 12, 10	-	Apresentado pelo duque D. José, por morte do anterior. Provavelmente não se encartou, uma vez que o seguinte é nomeado por morte do anterior.
António Rodrigues de Carvalho	-	1758, 4, 19	-	Apresentado pelo duque D. José, por morte de João Simões Valente.

Fontes: ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 24, fls. 53v-54 e Livro 37, fls. 136v; Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 27, fl. 200v; Chancelaria de D. Filipe I, Livro 29, fl. 253; Chancelaria de D. Filipe III, Livro 26, fls. 369-269v; Chancelaria de D. João V, Livro 30, fl. 307 e Livro 83, fls. 174v-175; BA – 54-XI-46, Número 1 e 54-XI-45, Número 7, fls. 36-36v e 67.

Tabela 4: Terceiro ofício

Nome	Nomeação	Apresentação	Confirmação	Observações
António Fernandes	-	-	-	-
Gregório Lourenço	-	-	1528, 1, 27	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia que o anterior lhe fizera.
António Anes	-	1551, 6, 22	1551, 7, 22	Apresentado pelo duque D. João, por renúncia que o anterior lhe fizera.
Domingos Gomes Segurado	-	1579, 1, 30	1579, 2, 4	Apresentado pela duquesa D. Madalena, por morte do anterior.
Sebastião de Bedia	-	1600, 1, 8	1600, 1, 11	Apresentado pelo duque D. Álvaro, por morte do anterior.
-	-	-	-	Sem continuidade.
Jorge Borges Ferreira	-	-	-	-
António Velho de Brito	-	1654, 1, 13	1654, 3, 16	Por apresentação do duque D. Raimundo, por morte do anterior.
Manuel Pinheiro	1687, 5, 28	-	-	Nomeado pelo rei D. Pedro II, por renúncia do anterior.

Bernardo Pinheiro	1706, 6, 13	-	-	Nomeado pelo rei D. Pedro II. Recebe o ofício que era do pai, Manuel Pinheiro, que se havia recolhido a um mosteiro.
Francisco Pinheiro de Miranda	1718, 5, 26	-	-	Nomeado pelo rei D. João V. O ofício havia sido do pai, Bernardo Pinheiro, transitando depois para um seu irmão, Agostinho Pinheiro. Este faleceu sem se encargar e a mãe requereu o ofício para o si.
Bento Nogueira Guimarães	-	1757, 5, 22	1757, 6, 22	Apresentado pelo duque D. José, por renúncia do anterior.

Fontes: ANTT – Chancelaria de D. João III, Livro 30, fls. 204v e Livro 66, fls. 189v-199; Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Livro 43, fls. 120v-121; Chancelaria de D. Filipe II, Livro 6, fl. 96v; Chancelaria de D. João IV, Livro 27, fl. 3; Chancelaria de D. Pedro II, Livro 48, fls. 44-44v e Livro 30, fl. 353; Chancelaria de D. João V, Livro 51, fls. 272-272v; Chancelaria de D. José, Livro 67, fls. 348v; BA – 54-XI-46, Número 12 e 54-XI-45, Número 7, fl. 41.

Tabela 5: Quarto ofício

Nome	Nomeação	Apresentação	Confirmação	Observações
António Fernandes	-	-	1528, 3, 13	Confirmado por D. João III, servindo doravante como fora nomeado por D. Manuel.
Sebastião Figueira	-	1536, 9, 26	1536, 10, 26	Apresentado pelo duque D. Jorge, por morte do anterior.
Gonçalo Gil	-	1537, 2, 26	1537, 5, 2	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia que o anterior fizera a D. Jorge.
Manuel do Quintal	-	1554, 4, 18	1554, 4, 19	Apresentado pelo duque D. João, por renúncia do anterior.
Diogo Coutinho	-	1566, 8, 21	1566, 8, 26	Apresentado pelo duque D. João, por renúncia que o anterior fizera ao duque.
Francisco Tavares	-	1622, 2, 22	1622, 3, 11	Apresentado pelo duque D. Álvaro, por morte do anterior.
Afonso Cardoso Segurado	-	1632, 12, 6	1632, 12, 14	Apresentado pela duquesa D. Juliana, por morte do anterior.

Francisco da Costa Silva	1661 (c.)			A 20 de novembro de 1661 foi consultada no Desembargo do Paço uma petição sua, requerendo o ofício que fora do sogro, ao anterior. Não se lhe conhece, todavia, a carta de nomeação.
Manuel da Costa Cardoso Segurado	1698, 4, 24	-	-	Nomeado pelo rei D. Pedro II. O ofício fora do avô, Afonso Cardoso Segurado, por cuja morte passara para a sua mãe e para com quem consigo casasse. Falecendo Francisco da Costa, seu pai, passara para o irmão mais velho, que nele renunciou, aparentemente sem se ter encartado, ao ofício.
João Afonso Pereira da Cruz	-	-	1742, 10, 18	Apresentado por D. Gabriel, por falecimento do anterior.

Fontes: ANTT – Chancelaria D. João III. Livro 14, fl. 65; Livro 21, fls. 192v-193; Livro 24, fls. 42v-43 e Livro 57, fls. 36v-37; Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Livro 19, fls. 155v-156; Chancelaria de D. Filipe III. Livro 38, fls. 261-261v e Livro 29, fl. 89v; Chancelaria de D. Pedro II. Livro 24, fl. 366-366v e Livro 29, fl. 331-331v; Chancelaria de D. João V. Livro 104, fl. 85v e BA - 54-XI-46, Número 12.

Tabela 6: Quinto ofício

Nome	Nomeação	Apresentação	Confirmação	Observações
João Toscano	1499, 2, 21			Nomeado por D. Manuel. Em 1530 foi confirmada por D. João III a compra que Simão Fernandes lhe fez. Como se vê na apresentação do seguinte, esta não terá tido efeito.
Gil Aires		1532, 4, 8	1532, 4, 15	Apresentado por D. Jorge, por renúncia que o anterior, seu sogro, fizera ao duque.
Heitor Fernandes		1532, 12, 31	1533, 1, 3	Apresentado por D. Jorge, por renúncia que o anterior fizera ao rei.
António de Morais		Sem data	1542, 8, 25	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia do anterior.

António Dias Ferreira	1545, 3, 26	1545, 3	Apresentado pelo duque D. Jorge, por renúncia que o anterior fizera ao duque.
António Martins	1567, 5, 13	1567, 5, 18	Apresentado pelo duque D. João, por renúncia que o anterior fizera ao duque.
Agostinho Maldonado	1598, 6, 15	1598, 7, 23	Apresentado pelo duque D. Álvaro, por falecimento do anterior, seu pai.
Francisco Cardoso Zuzarte	1628, 9, 28	1628, 10, 4	Apresentado pela duquesa D. Juliana, por falecimento do anterior, seu sogro.
Simão Luís de Oliveira	1648, 3, 10	1648, 6, 5	Apresentado pela duquesa de Torres Novas, em cujas mãos o anterior renunciara ao ofício. A 30 de setembro de 1677 foi consultada no Desembargo do Paço uma petição da sua viúva, requerendo-o para o filho. A 8 de abril de 1694, foi consultada outra petição, pedindo o ofício para a filha, Cecília da Rosa.
José Mourão Toscano	1694 (c.)		A 13 de agosto de 1749 foi consultada uma petição de António Mourão Toscano, filho de Cecília da Rosa e José Mourão Toscano, pedindo o ofício do pai e avô – porém, não o terá recebido.
Manuel Francisco de Andrade	1749, 9, 25	- 1752, 8, 20	Nomeado por D. João V para o ofício servido por Francisco Cardoso de Oliveira e nele confirmado pelo rei D. José.

Fontes: ANTT - Chancelaria de D. Manuel. Livro 14, fl. 12v e Chancelaria de D. João III. Livro 42, fl. 99v; Livro 16, fl. 37v; Livro 19, fls. 251; Livro 38, fls. 120-120v; Livro 25, fl. 50; Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique. Livro 9, fl. 65v; Chancelaria de D. Filipe I. Livro 8, fl. 86v; Chancelaria de D. Filipe III. Livro 17, fls. 263-263v; Chancelaria de D. João IV. Livro 20, fls. 92v-93; Chancelaria de D. José I. Livro 64, fls. 406v-407; Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa, Livro 54, fl. 452v, Livro 62, fl. 200v e Livro 70, fl. 265-265v; e BA - 54-XI-46, Número 12.

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas

- SANTA-MARIA, frei Nicolau de (1666) – *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: Na officina de Joam da Costa. Parte II.
- SILVA, José Justino de Andrade da (1855) – *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de F. X. de Sousa. Tomo IV.
- SOUSA, António Caetano de (1742 e 1748) – *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. II e VI. Lisboa: Na Regia Officina Silvyana, e da Academia Real.
- SOUSA, António Caetano de (1745) – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. XI. Lisboa: Na Regia Officina Silvyana, e da Academia Real.

Estudos

- ATIENZA Hernández, Ignacio (1987) – *Aristocracia, poder y riqueza en la España moderna. La Casa de Osuna, siglos XV-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores.
- AUBIN, Jean (1991) – D. João II devant sa succession. *Arquivos do Centro Cultural Português*. XXVII (1991) 101-140.
- BARROS, Henrique da Gama (1914) – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*. Lisboa: Typographia Castro Irmão. Tomo III.
- CAMPOS, Nuno Luís de Vila-Santa Braga (2013) – *A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império. Dinâmicas entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*. Tese de Doutoramento em História, especialidade História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- CANEDO, Fernando de Castro da Silva (2006) – *A descendência portuguesa de El-Rei D. João II*. [S.l.]: [S.n.]. Vol. I.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1996) – Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e socioeconómico (Sécs. XIV-XV). *Historia. Instituciones. Documentos*. 3 (1996) 173-211.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2013) – *O Município de Coimbra: Monumentos Fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, Mafalda Soares da (2005) – Relações de poder, patrocínio e conflitualidade. Senhorios e municípios (Século XVI-1640). In: FONSECA, Teresa ; CUNHA, Mafalda Soares da, coord. (2005) – *Os Municípios no Portugal Moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Colibri. pp- 87-108.
- CUNHA, Mafalda Soares da (2012) – O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais: A Casa de Bragança nos séculos XVI e XVII. In: STUMPF, Roberta ; CHATURVEDULA, Nandini, coord. (2012) – *Cargos e Ofícios nas Monarquias Ibéricas: Provimento, Controlo e Venalidade (Séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar. p- 15-37.
- GEADA, Maria da Conceição (2013) – *Casa de Aveiro: Duque de Coimbra, D. Jorge, Marquês e Duques de Torres Novas (Manuscritos)*. [Instrumento policopiado de descrição arquivística]. Lisboa: Biblioteca da Ajuda.

- GOMES, Saul António (2000) – O Notariado Medieval Português: Algumas Notas de Investigação. *Hvmanitas*. LII (2000) 241-285.
- HESPANHA, António Manuel (1994) – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político: Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1965) – *Ensaio de História Medieval*. Lisboa: Portugália Editora.
- MATA, Cristóvão (2015) – A Estrutura Administrativa de Penela nos Séculos XVII e XVIII. In: NETO, Margarida Sobral, coord. (2015) – *Penela: Um Percurso pelo tempo*. Coimbra: Palimage. p. 107-128.
- MATA, Cristóvão (2019) – As rendas e o rendimento da Casa de Aveiro nos séculos XVI e XVIII. In: LOPES, Bruno ; JESUS, Roger Lee, org. (2019) – *Finanças, Economia e Instituições no Portugal Moderno, Séculos XVI-XVIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 59-87.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2008) – D. José I. Lisboa : Temas e Debates.
- MORENO, Humberto Baquero (1983-1984) – O Infante D. Pedro e o Ducado de Coimbra. *Revista de História*. 5 (1983-1984) 27-51.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá (2001) – Tabelionato e elites locais no Portugal ducentista (1212-1279). In: BARATA, Filipe Themudo (ed.) – *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Évora: Colibri, p. 211-220.
- NOGUEIRA, Bernardo de Sá (2008) – *Tabelionato e Instrumento Público em Portugal: Génese e Implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- NUNES, Eduardo Borges (1981) – Martim Martins, Primeiro Tabelião de Guimarães. *Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada*. Atas. 4. Guimarães. p. 25-30.
- OLIVAL, Fernanda (2011) – Economía de la merced y venalidad en Portugal (siglos XVII y XVIII). In: ANDÚJAR CASTILLO, Francisco ; FELICES DE LA FUENTE, María del Mar, eds. (2011) – *El poder del dinero: Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- OLIVEIRA, António de (2016) – *A vida económica e social de Coimbra*. Coimbra: Palimage.
- PAIVA, José Pedro (2015) – *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PEREIRA, João Cordeiro (2003) – *Portugal na Era de Quinhentos: Estudos Vários*. Cascais: Patrimonia.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes (2002) – *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
- RAMALHO, Américo da Costa (2006) – Cataldo e o Ducado de Coimbra. *Humanitas*. LVIII (2006) 303-308.
- RIBEIRO, Ana Isabel Sacramento Sampaio (2012) – *Nobrezas e Governança: Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)*. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Moderna, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Ana Maria do Rosário Silva (2000) – *Desembargo do Paço: Inventário*. Lisboa: Torre do Tombo. Vol. I.

- SANTOS, Maria José Azevedo (1990) – Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV). *Arquivo Coimbrão*. XXXIII (1990), p. 125-149.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1988) – Venalidade e hereditariedade nos ofícios públicos nos séculos XVI e XVII: alguns aspectos. *Revista de História*. 8 (1988) 203-214.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (1989) – A estrutura administrativa do condado da Feira no século XVII. *Revista de Ciências Históricas*. 4 (1989) 255-271.
- SOARES, Sérgio da Cunha (2001-2004) – *O Município de Coimbra entre a Restauração e o Pombalismo*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.

As mulheres “devassas de seu corpo” em Coimbra durante a primeira metade do século XVIII

The women “devassas do seu corpo” in Coimbra during the first half of the 18th century

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA

Professor da Universidade Federal do Piauí/Brasil

alexanderodriguesou@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9984-2800>

Artigo entregue em: 5 de dezembro de 2019

Artigo aprovado em: 11 de março de 2020

RESUMO

Baseado nas fontes de visitas pastorais, este estudo¹ analisa a conduta de mulheres acusadas de “devassas do seu corpo” na cidade universitária de Coimbra, tendo como fonte de investigação os livros de visitas e um livro de *Extracto de Culpados* da cidade de Coimbra (1668-1743), durante a primeira metade do século XVIII. As atividades de visitação oferecem um rico material sobre os comportamentos morais e “pecados públicos”. O artigo investiga os termos e práticas associadas ao “meretrício” nessa documentação.

PALAVRAS-CHAVE: Visitas pastorais; “devassas do seu corpo”; Coimbra.

¹ O trabalho é um desdobramento do meu doutoramento. A tese intitulada “A prostituição em Minas Gerais no século XVIII: ‘mulheres públicas’, moralidade e sociedade”, foi orientada pelo Prof. Doutor Luciano Figueiredo, defendida na Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), com financiamento da Capes. Agradeço ao Prof. Doutor José Pedro Paiva pelo incentivo à escrita do artigo. Sou grato também   Prof . Dra. Jacqueline Sarmiento pela leitura do texto. Agradeço, por fim, a leitura criteriosa dos revisores.

ABSTRACT

Based on pastoral visitation sources, this study analyze the conduct of women who were accused of “devassas do seu corpo” in the university city of Coimbra and as a source of analysis, it has the books of visits and a book about *Extracto de Culpados* from the city of Coimbra (1668-1743), during the first half of the XVIII century. The pastoral visitation offer a rich material on the moral behaviour and “public sins”. The article investigates the terms and practices associated with the “meretrício” in this documentation.

KEYWORDS: Pastoral visits; “devassas do seu corpo”; Coimbra.

As visitas pastorais eram uma importante fonte de difusão da doutrina cristã e atuavam como instrumento de verificação do funcionamento administrativo, econômico e espiritual das igrejas e do clero. Tratava-se de um mecanismo de observação religiosa dos comportamentos da população e de aplicação da reforma tridentina. Essas visitas transmitiam verdadeiros “modelos de vida e de conduta” de acordo com a ética cristã. Logo, tornaram-se um importante instrumento de investigação sobre as comunidades e a cultura popular no Antigo Regime, uma fonte importante para “problematização do papel moral sexual no funcionamento das sociedades desse tempo”.²

A partir do Concílio de Trento, a Igreja intensificou o seu relacionamento com as populações. Adriano Prosperi ressalta que Portugal e Espanha prontamente adotaram os decretos tridentinos. A Igreja assumiu a sua função de responsável pela salvação das almas e as visitas pastorais assumiram papel central no disciplinamento das comunidades.³ Joaquim Ramos de Carvalho afirma que a razão principal dessa preocupação era “a deserção de populações inteiras para as ideias protestantes”. Assim, no intuito de reagir ao novo movimento religioso, a Igreja Católica buscou, por um lado, “definir com mais precisão o que é a doutrina oficial católica” e, por outro, garantir estruturas que imprimissem maior fiscalização e a tornassem cada vez mais eficaz. Essa resposta foi denominada Contrarreforma ou Reforma Católica, com impacto na vida cotidiana das populações.⁴

São poucos os registros documentais sobre a realização das visitas pastorais antes da segunda metade do século XVI. No entanto, elas aconteciam mesmo antes de Trento. Nessa época, as preocupações centrais da

² PAIVA (2000: 250-255).

³ PROSPERI (2008: 78; 87-88).

⁴ CARVALHO (2011: 35).

visita “eram o controlo dos bens das igrejas, a verificação do estado dos edifícios e objectos de culto, a actuação e preparação do corpo eclesiástico local”. Assim, os temas relacionados ao “comportamento dos fiéis, particularmente aquilo que não dizia respeito às suas práticas e observância religiosa, até aos inícios do século XVI, ficava praticamente fora dos interesses dos visitantes”. O tempo áureo da realização das visitas pastorais foram os cerca de dois séculos seguintes à conclusão do Concílio de Trento. Nesse período, grande parte dos bispos se empenhou “activamente e com zelo na sua efectivação, regulamentou-as, implantou novos procedimentos burocráticos, expandiu os aspectos sobre os quais se fazia a inspecção, particularmente no que concernia aos leigos”. Além disso, reforçaram a “abrangência territorial da sua acção, pondo cobro a vastos privilégios de isenção da visita prelatícia de que gozavam certos cabidos e ordens militares”. O século XVI foi o período de maior força da realização das visitas e sua supressão, na forma tridentina, ocorreu em 1833, com a extinção do foro eclesiástico. Durante esse processo, os bispos passaram a ser responsáveis regionais pela eficácia dessa nova missão da Igreja e se tornaram agentes essenciais. José Pedro Paiva destaca o papel desses religiosos que, “dentro de certos parâmetros, podia condicionar o resultado das visitas”.⁵

As visitas tinham como propósito pregar e esclarecer os mistérios da fé. Eram feitas por um visitante e um secretário e, às vezes, acompanhadas por um meirinho eclesiástico, cuja chegada a paróquia era seguida de um ritual de visitação. Durante a visita, o “livro de capítulos” registrava a apreciação do visitante em relação ao trabalho do pároco. A “visitação espiritual” compreendia a análise do estado dos lugares e os objetos de culto. Em seguida, ocorria a devassa ou “visitação temporal”, onde o visitante interrogava um número de moradores da paróquia sobre a existência de “pecados públicos” na comunidade. A lista dos pecados, chamados “casos de visitas”, era enumerada por meio de um edital prévio de visitação afixado na igreja e com aviso em missa nos domingos anteriores, antes da chegada do visitante. Aqueles que delatavam, já que nem todos o faziam, deixaram seus relatos nos “livros de devassa”. Esses livros registravam freguesia a freguesia os testemunhos dos moradores. Os casos com maiores registros de queixas eram aprofundados pelo visitante. Após a devassa, o visitante sentenciava os culpados, com lista chamada “pronúncia”. Havia casos onde a pronúncia era feita em segredo, pois a revelação podia colocar em perigo o acusado, ou prejudicá-lo indiretamente. Os sentenciados poderiam reconhecer a culpa,

⁵ PAIVA (2000: 253).

assinando um termo e pagando a correspondente multa que, em caso de pobreza, poderia ser perdoada. Os indivíduos com condutas consideradas imorais podiam emendar-se, ser castigados ou desterrados. Os casos que alegassem inocência deveriam ser recorridos no tribunal eclesiástico. As confissões e os termos de livramento eram registrados no livro de termos de culpados. Periodicamente eram produzidos os livros de *Extractos de culpados* que trazem os nomes, culpas, local de morada e lapsos dos culpados. Trata-se de uma fonte onde é possível a investigação de comportamentos valorizados e condenados a partir de práticas sociais denunciadas pela comunidade comprometida com a salvação individual e coletiva.⁶

O Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) guarda, no seu acervo, livros de visitação relativos à atividade visitacional daquela diocese, sendo a maioria da documentação constituída por livros de devassa, tanto da cidade como da sua diocese. O bispado de Coimbra estava geograficamente dividido em três arcediagados: Vouga, Seia e Penela.

Assim, a documentação deixou um legado que “constitui uma fonte ímpar para o conhecimento dos aspectos mais privados da vida quotidiana das populações”.⁷ A análise das visitas já permitiu aos estudiosos acessarem uma longa lista de “pecados públicos”, ou seja, delitos de conhecimento de terceiros, como, por exemplo, o “fenômeno da magia”⁸, a “criminalidade feminina”⁹, ou ainda amancebamentos, embriaguez, inimizades, ofensas verbais. Além disso, oferecem possibilidades de análise no âmbito da história social e das mentalidades, conforme observaram Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro Paiva.¹⁰ A prática de inspeção aos “pecados públicos” por parte das populações, mesmo dos laicos, foi uma das marcas das especificidades das visitas em Portugal.¹¹

⁶ A descrição do ritual da visitação, apresentada nesse parágrafo, foi feita com base na narrativa apresentada por José Pedro Paiva e Joaquim Ramos de Carvalho (CARVALHO e PAIVA, 1985: 113-114).

⁷ CARVALHO (2011: 33-36).

⁸ José Pedro Paiva, para investigar o “fenômeno da magia” em Coimbra entre 1650-1740, além das visitas pastorais, usa como fonte “disposições normativas oriundas da justiça secular (ordenações, leis extravagantes, regimentos concelhios) e da justiça eclesiástica (regimentos inquisitoriais, constituições sinodais, manuais de visitantes, regimentos de auditórios eclesiásticos)”, bem como processos do tribunal do Santo Ofício”. (PAIVA, 1992: 15-17).

⁹ Ricardo Pessa de Oliveira investiga a criminalidade feminina nas visitas pastorais na Diocese de Coimbra, a partir do caso da paróquia de Pombal (1649-1805). Segundo o autor, a maioria das “transgressões respeitou a delitos morais”, como alcoviteirice, consentimento de condutas ilícitas de filhas, problemas conjugais e prostituição, amancebamentos, com maior incidência para o último. (OLIVEIRA, 2015: 66).

¹⁰ CARVALHO e PAIVA (1989: 29).

¹¹ PAIVA (2000: 252); CARVALHO (1988: 125-132).

As fontes utilizadas no artigo foram os livros de devassa e o livro *Extracto de culpados* das visitas realizadas na cidade. Os livros de devassa constituem um registro jurídico no qual se encontram os relatos das inquirições às testemunhas para averiguar delitos sem queixa prévia, ouvidas pelo visitador e registrado por freguesias. Quanto ao livro *Extracto de Culpados*, também utilizado como fonte, apresenta o registro dos nomes, culpas, lapsos dos culpados, localidade de morada e freguesia. Era feito com base nos termos de culpados e nele se encontram as admissões dos culpados e os pedidos de recurso dos que se alegavam inocentes. Para este trabalho, foram investigados casos registrados nesse livro entre 1701 e 1743.¹² Os critérios de seleção foram os relatos de queixas de meretrício, consentimento, alcouce, alcoviteirice e de mulheres acusadas de “devassas do seu corpo” que são descritos nessas fontes.

Todavia, ressalta-se que a jurisdição desses delitos não era apenas da Igreja. A legislação régia e as fontes jurídicas oferecem repertório para investigação da temática e seus mecanismos de punição. Maria Antónia Lopes apresentou, a partir de fontes policiais, como o comportamento da prostituição era perseguido na cidade de Coimbra no final do setecentos.¹³ O investigador Bruno Barreiros demonstra, com base nas fontes legislativas e policiais, como os argumentos de saúde pública e natureza moral foram utilizados como tónica para cunhar fronteiras de exclusão para prostitutas e marginais em Portugal no final do Antigo Regime.¹⁴ Neste trabalho, investigamos apenas a documentação das visitas. Logo, a análise não compreende o comportamento na sua totalidade e, portanto, não dispõe de dados para investigação de todos os casos e sua relação com o conjunto da população da cidade de Coimbra no período analisado.

A partir das considerações feitas sobre as visitas pastorais – fontes analisadas neste estudo –, organizou-se o texto da seguinte forma: primeiro, apresenta-se uma conceitualização, sobretudo do termo “devassa do seu corpo” – expressão coeva –, bem como sua inter-relação com os relatos tanto de meretrício como de comportamentos desviantes. Posteriormente, o consentimento, a alcoviteirice e o alcouce, práticas sociais associadas à prostituição,

¹² Arquivo da Universidade de Coimbra - *Extracto de Culpados* – Coimbra, 1668-1743. Livro n.º 1. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 70). Os dados foram investigados entre as folhas 2 e 96v dessa fonte. As cotas clássicas foram realizadas a partir do artigo: CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro (1985) – Reportório das Visitas Pastorais da Diocese de Coimbra séculos XVII, XVIII e XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VII (1985) 111-214.

¹³ LOPES (2010: 101-125).

¹⁴ BARREIROS (2017: 259-281).

são analisadas a partir de casos onde houve relato de intercâmbio por dinheiro. Em seguida, aborda-se a relação entre o meretrício, marginalidade e a formação de estigmas sociais naquela sociedade. Por fim, coloca-se em foco o papel do meretrício e sua relação com a dinâmica da cidade de universitária de Coimbra, durante a primeira metade do século XVIII.

Mulheres “devassas do seu corpo” e mulheres meretrizes

Na documentação das visitas investigadas, a terminologia para classificação de mulheres pecadoras é bastante vasta, desde “mulheres públicas”, “desonestas”, com “tratos ilícitos” com “vários homens”. Contudo, a expressão mais usual encontrada foi “devassa do seu corpo”.¹⁵

Essa diversidade lexical do vocabulário cristão cobre uma infinidade de práticas. Desde o período medieval, as mulheres pecadoras recebiam várias denominações em Portugal. Segundo Afonso de Carvalho, eram conhecidas como “mulher pública”, “do mundo”, “mundana”, “mundanaira”, “mundaira”, “cotezana”, “soldadeira”, “ervoeira”, “marafona”, “mulher de segre”, “puta”, “mulher que faz pelos homens”, “manceba”, “manceba de partido”, “manceba solteira”...¹⁶ É claro que, assim como no período medieval, no vocabulário cristão do período analisado, cada expressão tinha um significado próprio.

Nos livros de visitas pastorais consultados não foram encontrados vestígios do uso da palavra “prostituição” ou “prostituta” durante a primeira metade do século XVIII, enquanto a palavra “puta” aparece em momentos de registros de ofensa moral feitos durante a redação das queixas. O termo foi empregado em situações de conflito, como, por exemplo, quando uma mulher foi insultada de “puta alcoviteira”, ou outra ocasião em que aparecem as injúrias de “puta, porca e desenvergonhada”.¹⁷

Mesmo que não encontrados nas fontes analisadas, o uso da expressão e a prática social da prostituição e suas derivações eram conhecidos na

¹⁵ A variabilidade de expressões utilizadas para classificar esses comportamentos podem ser consultadas no livro “Extracto de Culpados” da cidade de Coimbra, 1668-1743. AUC. Livro n.º 1. (Cota antiga III/D, 1, 4, 3, 70). Fl. 2-96v.

¹⁶ CARVALHO (1989: 694).

¹⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1705-1706. Livro n.º 30. (Cota antiga: III 1D, 4, 3, 71). Fl. 6; 6v; Devassas da cidade de Coimbra, 1734. Livro n.º 36. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 66). Fl. 118v-119.

época.¹⁸ Ao longo da história, a prática social do meretrício é marcada pela ambiguidade moral. O significado mais antigo do termo prostituição, procedente do *Codex Justinianus* do Baixo Império Romano, definia meretriz como uma mulher que oferecia serviços sexuais publicamente por dinheiro e sem distinção, salienta Lotte van de Pol.¹⁹

As atitudes sociais e religiosas mudaram ao longo dos tempos e a troca de sexo por pagamento foi “considerada como mal absoluto, pecado sem remédio, crime ou mal necessário – e, tantas vezes, tudo isso ao mesmo tempo”.²⁰ Diante disso, torna-se necessário também não “petrificar” a figura da prostituta e reduzi-la a uma pura natureza, reforçando e perpetuando, desse modo, a oposição entre a mulher pecadora e a mulher honrada, conforme destacaram Francisco Vázquez García e Andrés Moreno Mengíbar. Dentre as formas de luxúria, como amancebamento, adultério e sodomia, a prostituição era a única medida pelo dinheiro.²¹

A reflexão sobre o uso do termo e as práticas consideradas de meretrício implicam certa complexidade. O tema da prostituição, muitas vezes, é associado, por exemplo, às relações extramatrimoniais, à sexualidade ativa de mulheres, ou usado como argumento para estigmatizar figuras femininas. Na Época Moderna, segundo Lotte Van de Pol, não se

hablaba tanto de “prostitución” sino de “putaísmo”. El putaísmo comprendía todos los actos y comportamientos sexuales que tuvieran lugar fuera del lecho conyugal, e incluso en el lecho conyugal si el sexo tenía un carácter desmesurado o si tenía un objetivo diferente al de procrear. En este sentido, el putaísmo tenía que ver con el libertinaje y el sexo ilícito y no con el hecho de que se pagara por mantener relaciones sexuales; éstos eran elementos distintos.²²

¹⁸ Os estudos de Michel Foucault problematizam as questões da sexualidade humana e sua relação com o corpo, com influência nos estudos sobre a perspectiva histórica da sexualidade. O tema da prostituição aparece ligado à dimensão de um discurso de construção da marginalidade da figura da prostituta (FOUCAULT, 2001).

¹⁹ POL (2005: 4).

²⁰ FARGE e DAVIS (1991: 461).

²¹ GARCÍA e MENGÍBAR (1998: 13; 47). Os autores discutem a relação entre a marginalização da prostituição e construção da ordem social e política do Antigo regime na constituição de identidade moral em Sevilha, durante a Idade Moderna, sobretudo em relação as mancebias públicas.

²² Lotte van de Pol elaborou este conceito a partir de sua investigação sobre a prática da prostituição em Amsterdam nos séculos XVII e XVIII, utilizando como fonte processos judiciais, livros de confessores, artes pictóricas, literatura e crônicas de viagens. POL (2005: 4-13).

Entretanto, para o caso do uso do termo “meretriz” nas queixas investigadas em Coimbra, as denúncias aparecem de maneira bem marcada. A delação contra a viúva Catarina da Silva é um exemplo. A “Pespega”²³, como era conhecida na época, foi acusada, numa visita de 1731 à Freguesia de São Bartolomeu, de “mulher mal procedida de seu corpo e que se dá a toda casta de homem que com ela quer ofender a Deus sem pejo nem vergonha da vizinhança”. Em 1732 foi admoestada em primeiro lapso por “mulher pública” e “devassa de seu corpo”. Em 1735 foi repreendida em segundo lapso por “devassa de seu corpo”. Em 1738 foi delatada como “mulher meretriz pública e desonesta”. Novamente, a moradora da Rua Corpo de Deus, em Coimbra, foi pronunciada por “devassa de seu corpo” em terceiro lapso e penalizada com multa.²⁴

O exemplo mostra que, durante a redação das queixas, os termos “meretriz”, “mal procedida” e “devassa do seu corpo” se confundiam. O uso do termo “meretriz” implicava, na época, classificação de “mulher que faz mercê” – a “mulher pública” ou mulher prostituta e posta ao ganho ou “que por qualquer coisa se entrega”, explicava o Pe. Rafael Bluteau no início do século XVIII.²⁵

Contudo, em alguns casos, não há uso do termo “meretriz”, mas a conduta do sexo em troca de pagamento é descrita. Josefa Maria do Vale, por exemplo, casada com Jacinto Soares de Oliveira e moradora da Rua do Corpo de Deus, em Coimbra, foi acusada de “devassa de seu corpo” numa visita de novembro de 1731. Sebastiana, moradora da mesma rua, testemunhou ter ouvido Jacinto de Oliveira dizer à sua mulher: “não te dão mais que um cruzado novo”. A delatora entendeu que “seria dinheiro que lhe desse algum estudante por se desonestar com a predita”, o que causava “escândalo”.²⁶

Outro caso, o de Maria de São Boaventura, também denunciada por “devassa de seu corpo”, envolveu o uso da mesma terminologia durante a redação da queixa, mas sem fazer-se referência explícita ao sexo em troca de pagamento. “Impudica”, “lasciva” e “luxuriosa” foram adjetivos utilizados por

²³ A palavra pespego significa estorvo, empecilho, pessoa que embarça ou molesta ou estorvo. Trata-se da forma regressiva de Pespegar que, segundo o Pe. Rafael Bluteau, significava “dar rijo com a palma da mão”. BLUTEAU, Raphael (1712-1728) – *Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Vol. 6, p. 465.

²⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 2; 62v; 417v; Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1738. Livro n.º 38. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 83). Fl. 137v.

²⁵ BLUTEAU, Raphael (1712-1728) – *Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Vol. 5, p. 437.

²⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 118; 119v.

Maria Francisca em sua denúncia sobre o comportamento da acusada. Além disso, segundo a testemunha, ela dizia, em algumas ocasiões, para os homens: “se queres fazer alguma coisa vamos para tal parte”. Quando foi repreendida, a acusada respondeu “que o que era seu o podia dar a quem quisesse, o que causava escândalo”. Maria de São Boaventura, era casada e moradora da Porta da Traição, foi acusada de “desonesta e devassa de seu corpo”, além de permitir, em sua casa, vários homens a “toda hora fazendo galhofas”, afirmou Clara Maria, moradora da freguesia de São Pedro, em setembro de 1734.²⁷

Exemplos como esse dialogam com o comportamento condenável do sexo fora do casamento e voltado para a luxúria. O destaque à fala desaforada da denunciada sugere o tom de provocação e enfrentamento que a conduta provocava. Além disso, na documentação das visitas pastorais, o uso recorrente do termo “público” e “escandaloso” fazia parte do formulário das fontes, de dimensão jurídica e classificação dos pecados. Essas expressões têm um repertório próprio e dialogam com o fundamento da visita, preocupada com a salvação individual e coletiva dos indivíduos. Ao mesmo tempo em que discorre sobre o pecado, também coloca em questão o seu “espetáculo” – como denomina Joaquim Ramos de Carvalho –, com o qual a salvação comunitária também é colocada em risco.²⁸

Portanto, para efeitos de conceitualização, entendemos que queixas de mulheres meretrizes fazem referência explícita ao sexo em troca de pagamento. Algumas mulheres denunciadas de “devassa de seu corpo”, que usam “mal de si”, “desonestas” ou que encontram com “vários homens” estariam praticando “*putaísmo*”, conforme define Lotte van de Pol, mas não necessariamente ganhando dinheiro para manter relações. Assim, compreende-se que o termo “devassa do seu corpo” cobre uma infinidade de práticas sociais consideradas pecaminosas naquela sociedade, incluindo o meretrício, a libertinagem e o sexo ilícito, sobretudo fora do matrimônio. O uso dessa expressão faz referência à falta de honra feminina e denuncia, como nas outras terminologias, formas concretas de pecado. Assim, a expressão é entendida aqui como acusação de mulheres que não se esquivam ao uso do corpo, que se relacionam esporádica ou regularmente com um ou mais homens, intercambiando por dinheiro ou não.

Além disso, outras práticas sociais relacionadas ao meretrício estão presentes nas queixas, como consentimento, alcoviteirice e alcouce. Apesar

²⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1734. Livro n.º 36. (Cota antiga III/D, 1, 4, 3, 66). Fl. 226v-227; 250v.

²⁸ CARVALHO (2011: 42-43).

de o trabalho ser uma análise sobre as mulheres acusadas de “devassas de seu corpo”, investigar a prostituição envolve outras figuras e uma trama social muito mais complexa.

Seja para introduzir as mulheres no comércio carnal ou para atrair encontros ilícitos, as mulheres “desonestas” e “honestas” estiveram rodeadas de alcoviteiros, alcouceiros e consentidores que também se valiam do meretrício como meio de vida. As mulheres clandestinas ou mesmo as próprias filhas necessitavam de intermediários.²⁹ Maria da Costa, por exemplo, “comia e vivia” do que sua filha “ganhava pelo seu corpo”, declarou um alfaiate, morador da Rua Corpo de Deus, em setembro de 1701. Catarina era solteira e tinha “tratos ilícitos” com “vários homens”, afirmou Miguel Simões.³⁰

Entre as figuras masculinas, estavam práticas como a de Antônio Mendes Borges, que negociou uma mulher para se desonestar pelo preço de um quarto de ouro, segundo testemunho de uma devassa, dado em novembro de 1734 na Freguesia da Sé. Tratava-se de Maria Antunes, mulher de Bento Gomes, moradora da Rua de São Cristóvão. Segundo a queixa, o seu marido “costumava alcovitar” sua própria esposa a alguns “sujeitos”, ajustando “o preço e salário que lhe havia de dar”.³¹

Homens e mulheres que viviam da prostituição e que faziam mediação de encontros sexuais eram vistos como “pecadores públicos”, corruptores dos costumes e provocadores de desordens que comprometiam a tranquilidade e a ordem pública. As práticas de consentimento, alcoviteirice e alcouce eram feitas por pessoas que agiam como terceiros na aceitação, acerto e favorecimento de encontros ilícitos. Esses delitos estavam marcados também pela relação social que essas figuras tinham com a mulher que se alcovitava, bem como o seu estado civil naquela sociedade. Existe uma distinção entre meretrício e essas práticas, embora tenham como elementos comuns o escândalo e a desonra. Enquanto o discurso sugeria que a meretriz atuava por penúria, as outras práticas envolviam a mercantilização dos corpos femininos, ressaltava Margarita Torremocha Hernández, num estudo sobre os discursos envolvendo essas condutas nos tratados jurídicos e também em análises de casos nos tribunais de Valladolid entre os séculos XVII e XVIII.³²

²⁹ FERNÁNDEZ SOBREMAZAS (2006: 11-12).

³⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1701-1702. Livro n.º 29. (Cota antiga: III/D, 1, 6, 2, 3, 13 DOC. 3). Fl. 155v; 156.

³¹ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1734. Livro n.º 36. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 66). Fl. 361v; 364.

³² TORREMOCHA HERNÁNDEZ (2015: 150-151); TORREMOCHA HERNÁNDEZ (2016: 151).

As queixas investigadas nas visitas mostram múltiplas realidades. Existiam indivíduos que atuavam em casas de alcouce, outros tinham a casa como espaço de trabalho ou estavam em domicílios de parentes ou conhecidos. Segundo uma queixa, Domingas tinha costume de “perseguir e solicitar moças para se entregarem a homens e com eles se desonestarem”. Ela era “preta e escrava de Maria Freire, moradora no terreiro do marmeleiro”, Freguesia de Santa Justa. Ao ser questionada sobre sua prática, respondeu “desaforadamente que como pela sua idade já era menos procurada queria agora exercitar aquele péssimo emprego” e concluiu sua fala “com as seguintes palavras = que queria servir de panela era bem servisse agora de testo”. Diante do exposto a testemunha “ficou sumariamente escandalizada”, relata uma visitação à freguesia em maio de 1764.³³

A fala de Domingas constrói uma analogia entre os objetos do âmbito doméstico e suas atividades, demonstrando uma condição servil ao longo da vida que, no contexto da visitação, sugere a passagem do “mal procedimento” à alcoviteirice por conta do estado de velhice. O caso da preta escrava corresponde a uma representação da literatura que, desde o medievo, já associava a “velha alcoviteira” e a “alma depravada” como marcas das mulheres supostamente envolvidas com a prática de alcovitagem.³⁴ Segundo Ainhoa Fernández Sobremazas, essas figuras eram socialmente mais mal vistas que a própria meretriz. Em geral, o perfil sociológico dos coniventes com a prática era a mulher madura, imersa na marginalidade que, em muitos casos, havia exercido a prostituição.³⁵

Escolástica, a “Cupido”, também esteve envolvida com a prática de favorecimento, pois tinha o costume de sair “de casa para um terreiro” e deixar, dentro de sua residência, homens em companhia de Maria, apelidada “a das Castanhas”. Escolástica era viúva, moradora da Rua das Parreiras na Freguesia da Sé em Coimbra. Tinha ofício de lavadeira e foi acusada por Manoel Gonçalves de alcoviteira, em 1738, pois morava com a filha, à qual dava “mal exemplo” com “escândalo” na vizinhança.³⁶ Escolástica foi alvo de um delator preocupado com a honra da família e

³³ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1763-1764. Livro n.º 39. (Conta antiga III/D, 1, 4, 3, 86). Fl. 253v; 254.

³⁴ ROSSIAUD (1991: 39).

³⁵ FERNÁNDEZ SOBREMAZAS (2006: 11-12).

³⁶ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1738. Livro n.º 38. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 83). Fl. 28v-29; 35.

da comunidade. Cabe chamar atenção para o vínculo que pode haver entre a alcunha e a prática nesse caso.³⁷

O quadro do comércio venal em Coimbra também pode ser apresentado por meio dos alcoviteiros, consentidores e alcouceiros, expondo uma realidade mais complexa, que envolvia o fenômeno das relações provisórias e remuneradas. Apesar de essas práticas sociais envolverem a mesma atividade, as fronteiras entre elas eram bem marcadas. Enquanto o alcoviteiro, por exemplo, era um facilitador e incentivador para que os “tratos ilícitos” acontecessem, o consentidor apenas sabia das desonestidades e, por não impedir, era acusado de concorrer para que elas acontecessem. Esses comportamentos representavam verdadeiros ataques à honra feminina e à economia cristã, que procurava erradicar as relações ilícitas, pois degradavam a pureza e a honra, além de representarem atos que induziam o outro ao pecado.

Os estigmas sociais e o comércio carnal

As queixas associadas ao meretrício e suas práticas sociais não se prendiam apenas ao uso dos termos. Os estereótipos de marginalidade, criados em qualquer sociedade, indicavam situações em que, por exemplo, a melhoria da condição de vida de algumas mulheres e núcleos domésticos pobres era associada ao meretrício. Nesses casos, o suposto sexo em troca de pagamento não é explícito nas queixas. As situações de ascensão econômica de núcleos familiares desprovidos de recursos eram relatadas com desconfiança pelos delatores.

Ana Correia não conseguia entender, por exemplo, de onde vinham os “vestidos de custo” de Natália, “mulher pobre e sem ofício feito ou fazenda”, já que o pai, “criado de servir”, não ganhava mais que “vinte e um tostão cada mês”.³⁸ Natália, filha solteira de Bernarda Maria e João Ferreira, foi acusada de tratar com “várias pessoas”, não tendo “ofício algum de que se possa sustentar”; além disso, sua mãe “reja com aquilo que lhe dão os

³⁷ Olwen Hufton destaca que esses apelidos para mulheres prostitutas eram muito comuns em várias línguas europeias. Representavam um conjunto variado de repertórios, nomes e termos que as descreviam, sendo alguns desses nomes já usados para se referir à prática, enquanto outros eram inventados. Podiam indicar um nível diferente de envolvimento, um ponto de vista do comentador, ou ainda atributos físicos ou pejorativos. HUFTON, Olwen. *The prospect before her: a history of women in western Europe, 1500-1800*. Londres: Harper Collins, 1996, p. 322.

³⁸ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 81v-82; 86v-87; 88v; 92. Em janeiro de 1732, Bernarda Maria foi presa por ser consentidora dos tratos ilícitos da sua filha Natália.

homens”, afirmou Rosa Maria, viúva e moradora da Rua da Pedreira, Freguesia de São Cristóvão, em 1731.³⁹ Maria da Costa, solteira e moradora na Rua de Quebra Costas, disse que era aguadeira da casa e que Bernarda Maria era consentidora de sua filha e também a via “trajar com faustos, sem para isto ter com que”. No entanto, o pai não sabia de nada, afirmou Maria da Costa.⁴⁰

As circunstâncias de miséria da família de Natália eram aliviadas, segundo as queixas, por meio do meretrício. Havia uma íntima relação entre a penúria e o meretrício. A narrativa apresenta os estereótipos morais da mulher meretriz daquele contexto: mulher pobre, solteira e sem ofício. Contudo, se por um lado, havia um discurso que associava pobreza à indigência moral, por outro, muitas mulheres pobres eram empurradas para a vida “desonesta”, transformando a prostituição numa atividade desempenhada ocasionalmente, como contribuição para economia doméstica, em períodos de crise, ou ainda prática de sustento habitual da família, relata María Eugenia Monzón Perdomo.⁴¹

As relações provisórias e remuneradas definem o comportamento do meretrício. Entretanto, a criação dos estereótipos de exclusão ajuda a compreender melhor outros termos também utilizados para classificar essas mulheres. Nesse sentido, entretanto, as relações também sustentam situações em que a conduta moral dessas mulheres dialoga com outros elementos valorizados naquela sociedade do Antigo regime como a honra, o matrimônio e a linhagem. As condutas sexuais fora do eixo conjugal, a libertinagem ou situações de sexualidade ativa dessas mulheres com muitos parceiros, como já relatado, também eram denunciadas.

As mulheres que tinham muitos filhos sem pais declarados ou conhecidos também recebiam o atributo de “devassas do seu corpo”. A gravidez ilegítima e fora do eixo conjugal era uma evidência dos encontros ilícitos. Afinal, aos olhos da comunidade moral, uma prole numerosa só poderia nascer de um bom tempo dedicado às relações ilícitas. Maria Ferreira, por exemplo, criava alguns de seus filhos e os outros enjeitava. A “Droga”, como era conhecida, tinha fama de ser “mulher mal procedida” e que paria algumas crianças que se dizia “ser de vários pais”, afirmou Josefa da Silva. A última criança havia sido parida há “três meses pouco mais ou menos” e não se sabia o “pai certo”.

³⁹ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 78v-79.

⁴⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 81v-82.

⁴¹ MONZÓN PERDOMO (2005: 379-383). María Eugenia Monzón Perdomo é investigadora da participação das mulheres nos espaços públicos e, no texto citado, discute a relação entre marginalidade, pobreza e prostituição durante a Época Moderna.

Maria Ferreira era moradora do terreiro da Pela, Freguesia de São Pedro, e foi admoestada em dezembro de 1731 por “devassa de seu corpo” e se “desonestar com vários homens”.⁴² A mesma situação tinha Isabel da Silva, ao ser acusada de ter filhos com “vários homens”, declarou uma testemunha moradora da Freguesia de Santa Justa em agosto de 1734.⁴³

São crianças com pais que não figuram nas normas, fruto de relações “ilícitas”. Numa sociedade que era incentivada à descendência dentro do eixo conjugal e pela honra da linhagem, exemplos como esses geravam inúmeras acusações de pecados “públicos e escandalosos” na comunidade. Afinal, aos olhos da comunidade cristã, essa era uma geração fruto do comportamento luxurioso e não uma prole dentro dos moldes de casamento monogâmico e indissolúvel, valorizado naquela sociedade.

Os estereótipos da marginalidade e vida desonesta também se estendiam às mulheres que exerciam certos ofícios, sobretudo vendeiras e lavadeiras. Em julho de 1738, por exemplo, uma mulher que era moradora da Porta Nova, na freguesia de Salvador, foi acusada de ser “desonesta e mal procedida com vários homens” e de já ter “parido duas vezes”. Porém, segundo seu delator, não se sabia de quem, pois a predita era lavadeira e andava “sempre por fora de casa”. O delator sugeriu que seu ofício poderia criar situações para o comportamento desviante. O pai chegou a querer colocar a filha para fora de casa, afirmou o denunciante, mas algumas pessoas o aconselharam a não o fazer, pois isso a deixaria “mais a perder de que estava”.⁴⁴

Atividades como lavar e vender se davam com o entra e sai de pessoas em casa ou na rua, além de maior circularidade dessas mulheres nos espaços públicos. Nesse período, apesar do estatuto marginal, o meretrício estava integrado à vida social e econômica. As delações e os conflitos narram também como as casas de alcouce atuavam como pivôs da economia do trabalho, pois essas atividades tiveram um papel importante para que as pessoas conseguissem recurso de sobrevivência, conforme destaca Olwen Hufton.⁴⁵ Maria

⁴² Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 233; 260v; 268v.

⁴³ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1734. Livro n.º 36. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 66). Fl. 31.

⁴⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1738. Livro n.º 38. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 83). Fl. 94-94v.

⁴⁵ HUFTON (1996: 328). Em obra dedicada à história das mulheres na Europa entre 1500-1800, Olwen Hufton, depois de analisar aspectos como o casamento e o dote, dedica as páginas finais de seu livro às práticas heterodoxas femininas, sobretudo aquelas que marcaram a agência feminina na história da Europa.

da Conceição, “a Pardoca”⁴⁶, tinha uma venda em sua casa e nela dava de comer a “muitas mulheres de mal procedimento”, declarou o alfaiate Manoel Lopes em março de 1702. Segundo o delator, ali entravam estudantes conversando com mulheres e dando grande escândalo pela rua. As mulheres ainda davam a Maria “algumas coisas” para que as admitisse em sua casa. Maria era natural de Mealhada, tinha como ofício vendeira e foi acusada de dar de comer a mulheres damas. Em abril de 1702, Ana Francisca, também de apelido “Pardoca”, e sua filha, Maria da Conceição, foram admoestadas por admitirem em casa mulheres e permitirem que “alguns estudantes fossem ali conversar e ter ações de horas com elas”.⁴⁷

O contato entre o trabalho feminino e as práticas sociais associadas ao meretrício eram o pequeno comércio e a venda de comestíveis, lugar onde as mulheres tiveram sempre presença muito ativa, aponta Luciano Figueiredo.⁴⁸ As visitas corroboram a constatação de que, desde o século XVII, o setor comercial de Coimbra era uma atividade controlada pelas mulheres, conforme destaca Guilhermina Mota.⁴⁹ Maria Antónia Lopes mostra como as mulheres em Coimbra, entre XVII e XIX, tinham presença nas atividades laborais produtivas ou de serviços. Segundo a autora, trabalhos “imprescindíveis no abastecimento de víveres e de têxteis à população urbana, na hospedagem de viajantes, nos serviços dos hospitais e da criação dos expostos (as duas instituições caritativas mais importantes da cidade e do país)”. Ela demonstra como a liberdade do comércio passava por uma questão de utilidade pública, chegando a determinações, como a proibição do comércio a mulheres do “mau viver”.⁵⁰

Os testemunhos das visitas são recheados de relatos de mulheres que prestavam serviços aos estudantes e eram denunciadas por atividades “desonestas”. Os prováveis clientes para o mercado do meretrício dependiam dos perfis dos homens encontrados nessa sociedade. Na cidade

⁴⁶ Fêmea do pardal. Pode talvez fazer referência à sua origem mestiça, já que pardo significava cor entre o branco e preto, própria do pardal, de onde “parece que veio o nome”. BLUTEAU, Raphael (1712-1728) – *Vocabulário portuguez e latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Vol. 6, p. 265.

⁴⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1701-1702. Livro n.º 29. (Cota antiga: III/ D, 1, 6, 2, 3, 13 DOC. 3). Fl. 45v; 49v; 56v; 96.

⁴⁸ Luciano Figueiredo, ao analisar o trabalho feminino no contexto colonial e escravista das Minas durante o século XVIII, na América portuguesa, observou o fenômeno a partir da documentação das visitas e editais régios. As denúncias associam a presença de mulheres nas vendas como um atrativo para o comércio venal e de mercadorias. FIGUEIREDO (1993: 89).

⁴⁹ MOTA (1986: 351-367).

⁵⁰ LOPES (2015: 1777).

universitária, as queixas apontam os estudantes como principais envolvidos⁵¹, indicando-os como responsáveis pelas corrupções morais da cidade, a partir de encontros nos ambientes de sociabilidades transgressoras, desde idas à casa de “mulheres de suspeita” ou estalagens, tabernas e casas de alcouce.⁵² Esses locais tinham grande circulação de população masculina e, na ótica daquela sociedade, não eram considerados lugares propícios à honra e à virtude feminina.

Na Rua dos Estudos, por exemplo, moravam umas mulheres, apelidadas de “as vermelhas”, que se desonestavam com “vários homens e estudantes”, afirmou Manoel da Cruz Monteiro em dezembro de 1731. Josefa Caetana e Mariana Angélica, filhas de Maria da Conceição, eram conhecidas por essa alcunha. Josefa chegava a ficar sentada no “mesmo banco” com estudantes; outras vezes era vista em “grandes risadas e galhofas”. Porém, nada disso evitava a mãe, já que saía de casa e os deixava com as filhas.⁵³ O exemplo deixa explícito um contexto urbano e universitário no qual as práticas “ilícitas” estavam espalhadas. Nesse sentido, José Pedro Paiva lembra que

a composição do tipo de delitos revela-nos como haveria uma certa diferença de comportamentos entre as populações urbanas e as outras. Assim, o facto de na cidade a percentagem de delitos como a prostituição, a alcoviteirice e o alcouce serem elevados deixa transparecer uma realidade urbana onde o comércio sexual e as actividades suas correlatas estariam muito mais difundidas do que no campo, como consequência da existência de uma «clientela» composta por uma população flutuante bastante elevada, e pela maior brandura de um controle social exercido pela vizinhança, aspectos que se ligam ao maior número de

⁵¹ Mais detalhes sobre vida dos estudantes na universidade, nesse período, podem ser encontrados nas páginas que Antônio de Oliveira dedica aos universitários e à academia. OLIVEIRA (1997: 617-692).

⁵² Em Portugal, desde o período medieval, as mancebias estavam localizadas próximas às estalagens. Esses lugares “funcionavam como uma espécie de estruturas complementares de acolhimento aos forasteiros”. As mulheres que faziam comércio de seu corpo eram denominadas “mulheres do Segre”, “putas”, “mundanais”, “mundanas”, “públicas” e “mancebas do mundo”. Eram mulheres de “costumes soltos” e véus cor de açafrão que estavam comumente envolvidas em conflitos (BEIRANTE, 1986: 226-228). Maria Alexandre Lousada, ao analisar a geografia histórica das sociabilidades em Lisboa, nos finais do Antigo Regime, mostra como esses espaços eram associados à prática do sexo e transgressão (LOUSADA, 2004: 95-120).

⁵³ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89). Fl. 292v; 195.

indivíduos existentes nesse espaço e ainda à sua grande mobilidade, sendo, no caso concreto de Coimbra, os estudantes o paradigma desta mobilidade.⁵⁴

As queixas em relação à “clientela” são bastante genéricas. Há registros de acusações diretas, como no caso de Bernarda, solteira e moradora da Rua de Loureiro, que admitia em sua casa estudantes “a quem servia e fazia de comer”, além de usar “mal de seu corpo” com um estudante chamado João Henriques, afirmou seu delator, em março de 1705.⁵⁵ Entretanto, a “clientela” poucas vezes é personalizada nas fontes. A omissão dos nomes pode significar a não identificação direta dos homens de estatuto naquela sociedade. Isso não significa que essas relações ilícitas fossem aceitas. Esses encontros, mesmo que efêmeros, colocavam em perigo a salvação daquelas almas, a fidelidade conjugal, e criavam a possibilidade de filhos ilegítimos, que perturbam a transmissão do nome e da herança numa sociedade marcada pela hierarquia.

Segundo as denúncias, o meretrício era um universo onde se destacavam os estudantes e, conforme os exemplos destacados ao longo do texto, muitos são delatados. Segundo Maria Antónia Lopes, no final dos setecentos, as meretrizes aparecem como principal grupo de mulheres presas, juntamente com as vendeiras e criadas, pois as “autoridades académicas encarregar-se-ão de fazer coincidir margem social com margem física” em Coimbra. Muitas mulheres não eram “expulsas da cidade, mas eram empurradas para a zona exterior à circunscrição académica”. Havia, por parte da polícia académica, um “exercício do controlo da autoridade sobre as franjas da típica marginalidade feminina”.⁵⁶

A cidade de ruas estreitas e becos tinha uma instituição responsável pela formação de muitos homens das letras. A Universidade de Coimbra fazia parte da constituição da identidade e configuração do espaço da cidade, destaca Nívia Pombo.⁵⁷ Os académicos também foram uma clientela importante para as prostitutas na cidade universitária de Leiden, no mesmo período, aponta Lotte van de Pol. A autora chegou a esses dados utilizando

⁵⁴ PAIVA (1991: 95).

⁵⁵ Arquivo da Universidade de Coimbra – Devassas da cidade de Coimbra, 1705-1706. Livro n.º 30. (Cota antiga: III 1D, 4, 3, 71). Fl. 4v; 6; 8.

⁵⁶ LOPES (2010: 101-125).

⁵⁷ POMBO (2015: 1-20).

os arquivos judiciais.⁵⁸ Para o caso das visitas realizadas, não foi encontrado efetivamente nenhum registro onde se confirme que um estudante ou homem tenha pagado por relações. Embora sejam citados em diversas queixas. As acusações contra esses indivíduos são feitas de maneira genérica e sem descrição, conforme destacam os relatos. O tema da honra e da figura feminina é que estava em jogo durante das delações.

Considerações finais

A análise da documentação possibilita entender que o poder eclesástico e a comunidade enxergavam esses comportamentos como formas concretas de pecado, bem como descreviam as relações efêmeras e remuneradas baseadas nas ideias de transgressão e penúria. Apesar do estatuto e do estereótipo marginal, a prática do meretrício pode ser investigada através da documentação das visitas pastorais, seja pelo comportamento das mulheres acusadas de “devassas do seu corpo”, meretrizes ou pela ação daqueles que facilitavam os encontros ou os promoviam ativamente, transgredindo os padrões morais e mentais que a Igreja tridentina buscava implementar.

A investigação permite concluir que nem todas as acusações de mulheres classificadas como “devassas do seu corpo”, “mal procedidas” com “vários homens” ou “desonestas” podem ser identificadas como prostitutas. As expressões cobrem uma infinidade de práticas ligadas ao sexo em relações duradouras ou esporádicas que desafiavam, na ótica daquela sociedade, a salvação coletiva e individual da comunidade. As práticas de alcouce, alcoviteirice e consentimento estiveram ligadas ao meretrício. Eram condutas entendidas como formas concretas de pecado que iam contra os comportamentos morais valorizados naquela sociedade, pois comprometiam a pureza e a honra feminina. O presente artigo apresentou a potencialidade da documentação das visitas pastorais para investigação de condutas condenadas dentro das comunidades, particularmente na análise sobre a prática do meretrício, num contexto onde a Igreja procurava propagar os valores morais da contrarreforma diante dos relacionamentos entre os grupos e gêneros. Além disso, aponta as dificuldades de conceitualização e investigação de uma prática quase sempre vista como atemporal e essencializada ao longo da história.

⁵⁸ POL (2005: 174).

Referências

Fontes primárias

- Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) - Cúria Diocesana de Coimbra (F):
Extracto de Culpados – Coimbra, 1668-1743. Livro n.º 1. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 70).
Devassas da cidade de Coimbra, 1701-1702. Livro n.º 29. (Cota antiga: III/ D, 1, 6, 2, 3, 13 DOC. 3).
Devassas da cidade de Coimbra, 1705-1706. Livro n.º 30. (Cota antiga: III 1D, 4, 3, 71).
Devassas da cidade de Coimbra, 1731. Livro n.º 35. (Cota antiga: III/D, 1, 5, 3, 89).
Devassas da cidade de Coimbra, 1734. Livro n.º 36. (Cota antiga III/D, 1, 4, 3, 66).
Devassas da cidade de Coimbra, 1738. Livro n.º 38. (Cota antiga: III/D, 1, 4, 3, 83).
Devassas da cidade de Coimbra, 1763-1764. Livro n.º 39. (Conta antiga III/D, 1, 4, 3, 86).

Bibliografia

- BARREIROS, B. (2017) – Nas fronteiras da exclusão: prostituição e marginalidade em finais do antigo regime. *Revista de História das Ideias*, 35:2ª série (2017) 289-251.
- BLUTEAUL, R. (1712-1728) – *Vocabulário portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e lati-nos...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Acedido a 25 de fevereiro de 2019, em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>.
- BEIRANTE, M. Â. V. R. (1986) – As mancebias nas cidades medievais portuguesas – *Actas do Colóquio: A mulher na sociedade portuguesa*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra p. 221-241.
- CARVALHO, A. H. (1989) – As mancebias em Évora durante o Antigo Regime. *Primeiras Jornadas de História Moderna*, v. II. Lisboa : Universidade de Lisboa, Centro de História p. 695-711.
- CARVALHO, J. R. (2011) – Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na época moderna. In MATTOSO, J., dir. ; MONTEIRO, N. G., coord. (2011) – *História da vida privada em Portugal: a idade moderna*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores. p. 33-57.
- CARVALHO, J. R. (1988) – A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime. *Revista Portuguesa de História*, 24 (1988) 121-163.
- CARVALHO, J. R. ; PAIVA, J. P. (1989) – A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Ler História*, 15 (1989) 29-41.
- CARVALHO, J. R. ; PAIVA, J. P. (1985) – Relatório das visitas pastorais da diocese de Coimbra séculos XVII, XVIII e XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VII (1985) 111-214.

- FARGE, A. ; DAVIS, N. Z. (1991) – Introdução. In DUBY, G. ; PERROT, M., org. – História das mulheres no Ocidente : do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil. Vol. 3, p. 458-465.
- FERNÁNDEZ SOBREMAZAS, A. (2006) – Prostitutas en la España Moderna. *História*, 16: 357 (2006) 98-37.
- FIGUEIREDO, L. R. A. (1993) – *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Olympio; Brasília-DF: Edunb.
- FOUCAULT, M. (2001) – *História da sexualidade: a vontade de saber*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- HUFTON, O. (1996) – *The prospect before her: a history of women in Western Europe, 1500-1800*. New York: Alfred A. Knopf.
- LOUSADA, M. A. (2004) – A rua, a taberna e o salão: elementos para uma geografia histórica das sociabilidades lisboetas nos finais do Antigo Regime. In VENTURA, M. G. M., coord. (2004) – *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa, Ed. Colibri. p. 95-120.
- LOPES, M. A. (2010) – Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In ARAÚJO, M. M. L. ; FERREIRA, F. M. ; ESTEVES, A., org. (2010) – *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*. Porto: Citcem. p.101-125.
- LOPES, M. A. (2015) – Mulheres e trabalho em Coimbra (Portugal) no século XVIII e inícios do XIX. In IGLESIAS RODRÍGUEZ, J. J. ; PÉREZ GARCÍA, R. M. ; FERNÁNDEZ CHAVES, M. F. (coord.) (2015) – *Comércio y cultura en la Edad Moderna*. Sevilla: Universidad de Sevilla p. 1769-1787.
- MONZÓN PERDOMO, M. E. (2005) – Marginalidad y prostitución. In: MORANT, I. , dir. ; ORTEGA, M. ; LAVRIN, A. ; PÉREZ CANTÓ, P., coord. (2005) – *Historia de las mujeres en España y America Latina. El mundo Moderno II*. Madrid: Cátedra. p. 379-395.
- MOTA, G. (1986) – O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (séculos XVII e XVIII): notas para um estudo. *Actas do Colóquio: A mulher na sociedade portuguesa*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 351-367.
- OLIVEIRA, A. (1997) – O quotidiano da academia. In: OLIVEIRA, A. (1997) – *História da Universidade em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra ; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I, t. II (1537-1771), p. 617-692.
- OLIVEIRA, R. P. (2015) – Criminalidade feminina nas visitas pastorais da diocese de Coimbra: o caso da paróquia de Pombal (1649-1805). In: BRAGA, I. M. R. M. D. ; M. TORREMOCHA HERNÁNDEZ, M., coord. (2015) – *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*. Coimbra: Universidade de Coimbra.. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 63-84.
- PAIVA, J. P. (1991) – A administração diocesana e a presença da Igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII. *Lusitania Sacra*, 3 (1991) 71-110.
- PAIVA, J. P. (2000) – As visitas pastorais. In: AZEVEDO, C. M., dir. (2000) – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. II p. 250-255.
- PAIVA, J. P. (1992) – *Práticas e crenças mágicas: o medo e a necessidade dos mágicos na diocese de Coimbra (1650-1740)*. Coimbra: Livraria Minerva.

- POL, L. V. (2005) – *La puta y el ciudadano: la prostitución en Amsterdam en los siglos XVII y XVIII*. Madrid: Siglo XXI de España.
- POMBO, N. (2015) – A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*, 14 (2015) 1-20.
- PROSPERI, A. (2008) – *El Concilio de Trento: una introducción histórica*. Valladolid, España: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo.
- ROSSIAUD, J. (1991) – *A prostituição na Idade Média*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TORREMOCHA HERNÁNDEZ, M. (2016) – Maridos consentidores en la sociedad castellana moderna. Cuando el modelo ideal de cabeza de familia se rompe. In: ARAÚJO, M. M. L. ; PÉREZ ÁLVAREZ, M. J. (2016) – *Do silêncio à ribalta: os resgatados das margens da história (séculos XVI-XIX)*. Braga: Laboratório de Paisagens Património e Território, D.L. p. 145-159.
- TORREMOCHA HERNÁNDEZ, M. (2015) – Rufianes, alcahuetes y terceras en los tratados de práctica jurídica y en los tribunales (La Real Chancillería de Valladolid, ss. XVII-XVIII). In: BRAGA, I. M. R. M. D. ; TORREMOCHA HERNÁNDEZ, M., coord. (2015) – *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 147-175.
- VÁZQUEZ GARCÍA, F. ; MORENO MENGÍBAR, A. (1998) – *Poder y prostitución en Sevilla (siglos XIV al XX): la edad moderna*. Sevilla: Universidad de Sevilla.

El archivo general de Villafranca durante la Guerra de Independencia española¹

The general archive of Villafranca during the Spanish Independence War

DOMINGO BELTRÁN CORBALÁN

Universidad de Murcia

Departamento de Prehistoria, Arqueología, Historia Antigua, Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas. Facultad de Letras

dbeltran@um.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2429-3691>

FRANCISCO PRECIOSO IZQUIERDO

Universidad de Murcia

Departamento de Historia Moderna, Contemporánea, de América, del Pensamiento y de los Movimientos Sociales y Políticos. Facultad de Letras

fpi13824@um.es

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1136-5155>

Artigo entregue em: 15 de outubro de 2019

Artigo aprovado em: 20 de fevereiro de 2020

RESUMO

As funções do arquivo geral da casa de Villafranca foram interrompidas pela apreensão francesa da propriedade do marquês durante a Guerra da Independência. Esse facto constituiu uma grave violação dos interesses da

¹ Este trabajo forma parte del proyecto de investigación: «Entornos sociales de cambio. Nuevas solidaridades y ruptura de jerarquías (siglos XVI-XX)», financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (HAR2017-84226-C6-1-P).

casa do marquês, uma vez que a privação da documentação dificultou os governos senhoriais. Neste artigo, analisamos a maneira pela qual esses eventos ocorreram, prestando atenção especial à série de práticas de reorganização de arquivos, bem como aos projetos de transferência tentados pelo proprietário da casa após a recuperação de seus fundos documentais.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo Geral de Villafranca; Marquês de Villafranca; Guerra da Independência Espanhola.

ABSTRACT

The functions of the General Archive of the house of Villafranca were interrupted during the Spanish War of Independence (1808-1813). This was a serious breach for the interests of the house because with the deprivation of documentation, there were serious difficulties for the government of jurisdictional domains. In this article, we analyze the way in which these events occurred, paying special attention to the series of file reorganization practices as well as the transfer projects attempted by the owner of the house after the recovery of his documentary funds.

KEYWORDS: General Archive of Villafranca; Marquisate of Villafranca; Spanish War of Independence.

La nobleza entre dos siglos. Contexto sociopolítico de los grupos nobiliarios a comienzos de la Contemporaneidad

Tres días después del fallecimiento de su hermano, Francisco de Borja Álvarez de Toledo² asumió la titularidad de los estados y mayorazgos que le correspondían como sucesor de José Álvarez de Toledo, hasta ese momento XI marqués de Villafranca y XV duque de Medina Sidonia. El 12 de junio de 1796, en una protocolaria sesión participada por el teniente de corregidor de la corte, Juan Antonio de Santa María, don Francisco tomó posesión “real, actual, corporal vel quasi” de los “estados y marquesados” a los que como nuevo titular tenía derecho. En el acto, celebrado en diferentes estancias del palacio de los Villafranca en Madrid, el nuevo jefe de la casa hacía suya de manera simbólica la jurisdicción y el dominio pleno de su extenso patrimonio. Después, “en señal de posesión, vajo su excelencia a las oficinas de secre-

² Francisco de Borja Álvarez de Toledo, Gonzaga y Caracciolo, Pérez de Guzmán el Bueno (1763-1821), XII marqués de Villafranca y de los Vélez, XVI duque de Medina Sidonia, XIII duque de Montalto.

taría, contaduría y archibo, que están en lo vajo de las propias [casas], se paseó por ellas y por otras piezas del quarto principal, abrió y cerró sus puertas e hizo otros actos”³. Precisamente, una de las actuaciones más llamativas de esta jornada tuvo lugar en el archivo, donde don Francisco llegó a asumir la posesión de varios de sus estados mediante una serie de procedimientos que consistían en recibir documentación histórica como medio alegórico de apropiación de sus nuevos derechos⁴. Este fue el caso, por ejemplo, del estado y marquesado de los Vélez, para el cual:

«se la dio en un privilegio expedido por la magestad de la reyna doña Isabel, su data en Madrid a veinte y quatro de julio de mil quinientos y tres, del que resulta que por la ciudad de Cartagena, que se incorporó a la Corona, se dieron las villas de Vélez Blanco, Vélez Rubio, Cuevas y Portilla a don Pedro Fajardo, adelantado del Reyno de Murcia»⁵.

Otro tanto ocurrió con el marquesado de Martorell, título creado en 1627 en los dominios que sus viejos ascendientes Fajardo habían heredado del linaje Requesens en Cataluña⁶. En ese caso se utilizó:

«una escritura e instrumentos de pertenencia de un censo de quatro mil y quinientas libras de principal, moneda de Valencia, otorgada por el duque de Villahermosa, a favor de doña Hipólita Liori y de Gallano, en veinte y ocho de julio del año de mil y quinientos [...] cuya lámina, privilegio e instrumentos, estos últimos enpergaminados, tomó su excelencia en sus manos, los reconoció y movió sus hojas, leyendo también la inscripción de la expresada lámina en señal de posesión»⁷.

Más allá de las circunstancias concretas de don Francisco, la sucesión al frente de una de las casas aristocráticas más significativas de la historia moderna de España, como era Villafranca y el resto de títulos y casas incorporadas a ella, revelaba la transcendencia del archivo como gran arcano de

³ Archivo Histórico de Protocolos de Madrid (en adelante, AHPM), tomo 19520, f. 531r.

⁴ En concreto tomó posesión de las casas y estados de Montalto, Vélez y Martorell. Recibió la jurisdicción del ducado de Montalto ante un cuadro de don Fernando de Aragón, en el que se leía una inscripción que narraba sus hazañas principales.

⁵ AHPM, tomo 19520, f. 531v.

⁶ RODRÍGUEZ PÉREZ, 2011: 97-110.

⁷ AHPM, tomo 19520, ff. 531v-532r.

la memoria de la familia noble. Lugar de conservación de la documentación producida y atesorada décadas y siglos atrás por las diferentes generaciones, el archivo seguía siendo a la altura de finales del siglo XVIII y comienzos del siglo XIX, uno de los espacios administrativos y de gestión más importantes en el organigrama señorial de la aristocracia española. Una significación que a su vez reflejaba la necesidad del propio grupo de seguir justificando y legitimando su posición y derechos en multitud de situaciones, lo que a la postre evidenciaba un protagonismo social que, lejos de desvanecerse, seguía mostrándose central para una sociedad cerrada en la cúspide por los nobles más encumbrados y cercanos al rey.

Esa presencia activa de la nobleza en lo alto del sistema social no dejó de despertar críticas y celos a lo largo del siglo XVIII, en especial durante la segunda mitad de la centuria. Superadas las lecturas más contemporizadoras con el hecho nobiliario que podemos observar en las primeras décadas del setecientos en escritos de Feijoo o el segundo marqués de la Regalía⁸, los discursos y las opiniones sobre la nobleza se tornaron mucho más ácidos hacia finales de siglo. Lo que hasta entonces no fueron más que vanos intentos por adecuar a los nobles a unos cánones de mérito y esfuerzo individual acordes a los nuevos tiempos, se transformó en duras andanadas lanzadas desde poderosos agentes de difusión como la prensa, el teatro o la narrativa de la segunda mitad del XVIII y comienzos del XIX⁹. Los ataques de autores como Cadalso¹⁰ o las invectivas que podían ser leídas en las páginas de *El Censor*¹¹, representaban un notorio salto cualitativo al cuestionarse ya abiertamente algunos de los privilegios heredados por la nobleza de sangre, lo que sirvió para espolear en un sector de la crítica *ilustrada* el debate sobre los perjuicios sociales que acarrearaba la desigualdad entre hombres iguales en mérito¹². La radicalización de los discursos –en el fondo y en la forma– presidió también la línea que podemos observar en la parte contraria, es decir, aquella que insistía en el poder inveterado de la nobleza como una pieza esencial en el engranaje de la Monarquía de España¹³.

⁸ PRECIOSO IZQUIERDO, 2018: 395-416; sobre la cultura nobiliaria del XVIII vid. HERNÁNDEZ FRANCO & PRECIOSO IZQUIERDO, 2018: 185-212, especialmente pp. 193-205.

⁹ ARAGÓN MATEOS, 1988: 13-24.

¹⁰ TOBÍO SALA, 2012: 341-360.

¹¹ SÁNCHEZ-BLANCO, 2002: 320-328; mismo autor, 2016.

¹² SÁNCHEZ-BLANCO, 2002: 251-303.

¹³ Siguen siendo muy útiles como medio de aproximación general al estamento noble en el XVIII los trabajos de MORALES MOYA, 1983; 1984: 45-58. Compartimos la lectura sobre el estado

De esta forma podemos interpretar documentos bien conocidos como el *Discurso sobre la autoridad de los ricosshomes sobre el rey [...]*, elaborado por el conde de Teba y presentado en la Real Academia de la Historia en 1794. Contextualizado en un momento de visceral rechazo de los grupos altonobiliarios al poder monopolizador de Godoy, en el tenor del escrito de Teba latía la vieja queja de la nobleza por su creciente arrinconamiento y pérdida de poder político, una degradación cuyo origen situaba el autor en tiempo de los Reyes Católicos y, más recientemente, en la llegada de Felipe V al trono español¹⁴.

Argumentos similares se deslizaban a favor de la nobleza a medida que las reformas de comienzos del siglo XIX entraban de lleno a cuestionar los fundamentos económicos de su poder. La defensa del régimen señorial, sin ir más lejos, fue el objetivo perseguido en 1811 por José Joaquín Colón de Larreátegui en su *España vindicada en sus clases y autoridades de las falsas opiniones que se la atribuyen*¹⁵. Solo si se lograba mantener a salvo del ímpetu reformador el mayorazgo y el señorío, la nobleza –entendía el autor– podría seguir cumpliendo su función estructurante de la sociedad prestando “su protección a las restantes [clases], su contribución a la gloria del trono y a la contención del monarca”¹⁶. No obstante, a pesar de la retórica de la decadencia y la supuesta usurpación de los advenedizos de origen humilde, buena parte de los nobles y aristócratas lograron mantener su protagonismo político al menos durante las décadas iniciales del cambio de siglo. De sobra es conocido el papel de muchos titulados en la corte de Carlos IV¹⁷ y la de Fernando VII¹⁸, como también –aunque en menor medida– las ejecutorias de una parte destacada del estamento en episodios centrales de esos años, como la guerra de Independencia¹⁹ o la reunión de las Cortes de Cádiz²⁰.

de los trabajos acerca de los grupos nobiliarios a finales del XVIII y comienzos del XIX realizada por CALVO MATURANA & GONZÁLEZ FUERTES, 2008: 321-377, especialmente p. 328.

¹⁴ DEMERSON, 1971: 137-156; últimamente se ha referido al escrito del conde de Teba, LA PARRA, 2015: 167-181.

¹⁵ Editada recientemente por GONZÁLEZ FUERTES, 2011.

¹⁶ CASTRO ALFÍN, 2011: 129-130.

¹⁷ LA PARRA, 2011: 9-20; 2007: 255-267; CALVO MATURANA & GONZÁLEZ FUERTES, 2016: 385-408.

¹⁸ MORAL RONCAL, 2014: 151-187; 2018: 155-183.

¹⁹ El caso del XIII duque del Infantado puede resultar indicativo de la suerte de contradicciones que experimentó una buena parte de la aristocracia en 1808, vid. CARRASCO MARTÍNEZ, 2006: 305-336.

²⁰ Sobre la presencia de la nobleza en las Cortes de Cádiz, vid. CASALS BERGÉS, 2012: 193-231; algunas posiciones políticas antiliberales manifestadas por una parte de la nobleza presente en la reunión de Cádiz, vid. ALARCÓN ALARCÓN, 2017: 349-374.

En ese ambiente social, político y cultural se movió el protagonista de este artículo, Francisco de Borja Álvarez de Toledo, XII marqués de Villafranca y XVI duque de Medina Sidonia. Un protagonismo que en este texto será compartido con su archivo y patrimonio documental, parte indispensable de su haber nobiliario, del que fue consciente desde un primer momento –como tuvimos oportunidad de comprobar páginas atrás– y a cuya recuperación y reorganización dedicó denodados esfuerzos una vez concluida la invasión napoleónica. Precisamente nuestro análisis se va a dirigir, en primer lugar, al examen de las gravosas circunstancias que rodearon al propio archivo familiar tras la ocupación del palacio madrileño de los Villafranca en 1808, prestando especial atención a los numerosos problemas gubernativos y de gestión de la administración señorial derivados de la incautación francesa. En segundo lugar, analizaremos la serie de prácticas de reordenación y los proyectos de traslado de la documentación intentados por don Francisco tras la recuperación del archivo en 1813. A través de este artículo, en definitiva, trataremos de valorar el grado de atención que le prestó a su archivo familiar un noble de tan rancio abolengo como don Francisco y el papel que le reservó en la estructura organizativa de una casa que, a comienzos del siglo XIX, seguía siendo uno de los actores nobiliarios más importantes de la España de su tiempo.

La organización del Archivo general de Villafranca entre los siglos XVIII y XIX

Los sucesos de la guerra de Independencia afectaron de forma notable al Archivo general de la casa de Villafranca²¹, no sólo por los importantes daños derivados de la ocupación del palacio madrileño de la calle Don Pedro y la incautación de los bienes del marqués, sino porque supusieron un punto de inflexión en las estrategias organizativas que se llevaban acometiendo en el archivo desde mediados de la centuria anterior, especialmente intensas durante el último tercio del siglo XVIII²².

²¹ La bibliografía acerca de los archivos de familia en general y de los nobiliarios en particular ha sido abundante en los últimos quince años. Podemos encontrar una síntesis sobre el estado de la cuestión en GUTIÉRREZ DE ARMAS, 2017: 1-14. No obstante, cabe destacar algunos estudios bastante relevantes que plantean diversos aspectos teóricos y metodológicos en relación con este tipo de archivos, como CASELLA & NAVARRINI, 2000; MORSEL, 2004: 83-110; KETELAAR, 2009: 9-28; ROSA, 2012; ROSA & HEAD, 2015; ROSA, 2017: 547-586. En este sentido, las investigaciones más recientes están incidiendo en el tema de la historia y organización de determinados archivos nobiliarios. Es el caso de ROSA, 2017: 547-586; CAMARA, 2018: 9-48; NÓVOA, 2017; FERNÁNDEZ VALDIVIESO, 2018.

²² Estas acciones organizativas están estudiadas en BELTRÁN CORBALÁN, 2018: 80-102.

El archivo de Villafranca había sido trasladado a Madrid desde la capital berciana en 1741. Otro tanto había sucedido con el de Vélez, transferido desde la villa murciana de Mula en 1755. A su vez, la documentación de Medina Sidonia había llegado a Madrid desde Sanlúcar de Barrameda en 1724, ingresando en el Archivo general en 1779, fecha de la agregación de esta casa a la de Villafranca. Sin embargo, no fue hasta el gobierno de José Álvarez de Toledo (1773-1796) cuando se inició de forma sistemática una nueva labor de organización, clasificación, descripción e instalación de los archivos de esas casas. El propósito de estas acciones organizativas estaba encaminado a optimizar el archivo como una oficina al servicio del gobierno de la casa, por lo que se pretendía tener la documentación debidamente ordenada y clasificada, con criterios funcionales, debidamente instalada para un acceso fácil y rápido, y a cuyo frente debía figurar un personal cualificado y coordinado en pro de la agilidad y la eficacia en la gestión administrativa²³.

El esfuerzo reformador de José Álvarez de Toledo, interrumpido por su fallecimiento en 1796, lo culminó su hermano Francisco de Borja en 1797 con la redacción del *Reglamento del Archivo general de las casas de Villafranca, Vélez y Medina Sidonia*, un instrumento fundamental que representa un modelo organizativo incardinado en la praxis archivística desarrollada en la casa de Villafranca a lo largo de casi medio siglo y que dotó al archivo de una estructura que lo concebía como una única entidad documental²⁴.

La teoría archivística desarrollada a lo largo de los setenta y nueve artículos del reglamento define a la perfección el concepto de archivo deseado por el marqués de Villafranca. En primer lugar, el archivo, como departamento imprescindible en el engranaje administrativo de la casa, debía regirse por el principio de utilidad²⁵. Los papeles conservados en su depósito debían ser útiles, entendiendo por especialmente útiles aquellos documentos que servían para sustentar privilegios, propiedades, derechos y honores, eliminando consecuentemente los demás ("*selva confusa*")²⁶.

²³ Otras casas nobiliarias acometieron también la reorganización de sus archivos. Para las casas de Medinaceli y Santisteban, vid. SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2016: 481-506. En el capítulo dedicado al archivo, Adolfo Carrasco repasa las actuaciones organizativas de la casa del Infantado durante el siglo XVIII, vid. CARRASCO MARTÍNEZ, 2010: 270-281.

²⁴ Archivo General de la Fundación Casa de Medina Sidonia (en adelante, AGFCMS), leg. 2001, doc. 9-4.

²⁵ *Ibidem*, fol. 8v, artículo 42.

²⁶ Autores como E. Ketelaar y M. L. Rosa van más allá de esta concepción de "*utilidad*" administrativa que propone el reglamento del archivo de Villafranca y consideran que la concepción organizativa de los archivos de familia contribuye a proyectar la dimensión social y familiar de sus titulares, en tanto que el archivo es también una herramienta para la construcción de identidades y

La utilidad perseguida implicaba la ejecución de un tratamiento archivístico basado en la correcta organización, instalación, preservación y protección de los documentos. Y del mismo modo, la estructuración del Archivo general reflejaba la división administrativa del estado jurisdiccional y patrimonial, organizando las series documentales por señoríos y derechos económicos.

El archivo servía también como instrumento de reclamación y recuperación de prerrogativas y de restitución de jurisdicciones y gravámenes²⁷. En este sentido, los “informes de archivo” actuaban como soporte documental en los diversos asuntos de administración ordinaria de secretaría o contaduría, y, consecuentemente, era indispensable la formación técnica de los oficiales del archivo, que debían estar instruidos en historia de España y, sobre todo, en el sistema de gobierno al que servían desde el archivo y del cual “se derivan los derechos, regalías y demás de que se componen mis estados y mayorazgos”²⁸.

Por tanto, a finales del siglo XVIII constatamos en el archivo de la casa de Villafranca una nueva organización basada en las formas más actuales de gobierno jurisdiccional y en el establecimiento de recursos para la optimización de la hacienda señorial. Con objetivos similares se acometen también las actuaciones archivísticas llevadas a cabo en la casa del Infantado durante este mismo siglo, basadas, en opinión de Carrasco Martínez, en la necesidad de actualizar los departamentos de gestión como defensa de la cada vez más frecuente impugnación de los viejos derechos señoriales y de la legitimidad de las rentas enajenadas de la corona por parte de los concejos y otras instancias de la administración regia²⁹. Como veremos más adelante, esto fue especialmente oneroso para el marqués de Villafranca durante los años de la guerra contra los franceses.

Algo similar sucede en esta época en Portugal. Entre los años finales del siglo XVIII y la primera mitad del siglo XIX se producen una serie de cambios sociales y políticos que tendrán su reflejo en los archivos de familia: invasio-

para la legitimación del poder. KETELAAR, 2009: 9-28; HENRIQUES & ROSA, 2016: 89-132. Desde esta perspectiva, J. Gutiérrez de Armas propone abordar el análisis de los archivos de familia desde cuatro puntos de vista complementarios: la consideración del archivo como depósito de documentos probatorio de la nobleza familiar; la concepción de la arquitectura, estructura y organización como autorrepresentación creada para la familia; el análisis de la materialidad y simbología representada en el archivo; y el archivo como un instrumento de dominación dentro de la familia. GUTIÉRREZ DE ARMAS, 2018: 661.

²⁷ AGFCMS, leg. 2001, doc. 9-4, fol. 13 r-v, artículo 66.

²⁸ *Ibidem*. Sobre la cualificación de los archiveros vid. GÓMEZ VOZMEDIANO, 2015: 257-293.

²⁹ CARRASCO MARTÍNEZ, 2010: 270-271.

nes napoleónicas, el exilio de la corte a Brasil, las revoluciones liberales y el final de la monarquía absoluta conllevarán una serie de transformaciones a las que las principales familias portuguesas tendrán que dar respuesta también desde un punto de vista archivístico (NÓVOA, 2019: 155)³⁰.

Asimismo, como hemos analizado más arriba, en las últimas décadas del siglo XVIII empieza a existir una visión negativa de la nobleza que se afianzará en el siglo XIX. Los pensadores ilustrados dirigen sus críticas contra el sistema de mayorazgos a la par que ponen de manifiesto la pérdida de la labor mediadora de la nobleza entre la Corona y el pueblo³¹. Este caldo de cultivo generó una serie de transformaciones teóricas y conceptuales en la consideración de los archivos de las familias nobles que desembocarán en el predominio del valor histórico de sus fondos y en nuevos criterios de organización. Entre ellos, nuevas instalaciones de los documentos, más accesibles, «reajustes orgánicos» que propiciarán la creación de series facticias y la edición de colecciones de documentos como muestra del valor del patrimonio documental y bibliográfico de la nobleza³².

Sin embargo, los sucesos de la guerra de Independencia alteraron gravemente este empeño organizativo e interrumpieron las acciones de gobierno que buena parte de los nobles aplicaban a sus señoríos con el sustento de la documentación. En las páginas siguientes vamos a analizar cómo se desarrollaron estos hechos en la casa de Villafranca.

La confiscación de los bienes de la casa de Villafranca

Como otros tantos aristócratas españoles, al producirse la invasión francesa Francisco de Borja Álvarez de Toledo abandonó su domicilio de Madrid. Lo hizo el 24 de julio de 1808, sin equipaje, junto con su esposa y sus cinco hijos, al saber que José Bonaparte iba a pedirle juramento de fidelidad a su causa. Salió de Madrid hacia Extremadura, única vía expedita de enemigos franceses, para llegar hasta Sevilla, su destino final. Durante

³⁰ En este sentido, Vasco Manuel de Figueiredo, conde de Belmonte, antes de partir acompañando al príncipe a su exilio en Brasil en 1807, ordenó confeccionar un inventario de su archivo como un modo de reconocimiento y control de la documentación incluso en la lejanía del país americano (CÂMARA, 2019: 255). Varios ejemplos de acciones organizativas llevadas a cabo en diferentes archivos de familia en Rosa, 2012.

³¹ Una buena síntesis acerca de la gestión económica de la aristocracia frente a la crítica ilustrada en YUN CASALILLA, 2002: 277-305.

³² SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2016: 481-506.

su viaje, ya en tierras extremeñas, conoció la rendición de Dupont, y en Trujillo ofreció veinte mil reales para un nuevo regimiento de caballería que se estaba formando en la zona³³.

En Sevilla, el 18 de agosto escribió a la Junta de Gobierno explicando sus circunstancias y demandando un puesto para defender la causa patriótica, a la que deseaba contribuir con cincuenta mil reales mensuales para gastos y manutención del ejército³⁴. De Sevilla pasó a Huelva y desde aquí embarcó hacia Cartagena, camino de Murcia. Fue en la capital murciana, a mediados de diciembre, cuando supo que sus bienes iban a ser secuestrados.

En efecto, el 12 de diciembre de 1808 Napoleón, con la validación del príncipe de Neuchâtel, ordenó que se notificara a las casas del marqués de Ariza, del conde de Salvatierra y del marqués de Villafranca que en el término de quince días se iba a proceder al secuestro de sus bienes muebles e inmuebles, así como de dinero, plata y otros efectos, en el caso de que sus titulares no se presentasen en Madrid antes de ese plazo. Esta orden fue notificada a la casa de Villafranca al día siguiente, 13 de diciembre, por el capitán de la *Gendarmerie d'Élite* Lagorhe, en las personas de Francisco Ignacio de Taranco, secretario contador del marqués, y de José Baltanares, su mayordomo. Sin embargo, ante la escasez de correos propios, no fue hasta la mañana del 16 de diciembre cuando pudo salir la carta con la noticia del propósito napoleónico³⁵.

En esta carta, datada el 15 de diciembre, Francisco Ignacio de Taranco explicaba al marqués de Villafranca las nuevas circunstancias, indicándole además que el secuestro ya había empezado a hacerse *de facto* desde el día 9, cuando un comisario de guerra, un capitán, un sargento y dos soldados

³³ AGFCMS, leg. 1967, 048.01; vid. GONZÁLEZ CASTAÑO, 2009: 18 y ss. Aquí se sigue con detalle la intervención de don Francisco de Borja en los sucesos de la guerra acaecidos en Murcia. Sobre el mismo tema, vid. GONZÁLEZ CASTAÑO & MARTÍN-CONSUEGRA BLAYA, 2002.

³⁴ El marqués de Villafranca contribuyó a la causa patriótica con abundantes recursos procedentes de las rentas de sus estados. Por ejemplo, en el reino de Murcia le fueron tomadas en préstamo mil arrobas de aceite, así como caballerías y otros recursos para el ejército. De ahí que, en estos primeros momentos y antes de que fuera investido con el cargo de comandante general del reino de Murcia, pusiera especial empeño en que se le reconociera públicamente su contribución a la causa de Fernando VII, cosa que consigue en la Gaceta del Gobierno de 27 de enero de 1809, *vid.* número 5, p. 65, Sevilla: Viuda de Hidalgo y Sobrino, AGFCMS, leg. 1967, 048.01-15. Dos años y medio después, en mayo de 1812, la situación económica de don Francisco de Borja estaba bastante maltrecha por el mismo motivo. Hasta esta fecha había dado al ejército más de un millón y medio de reales, aparte de lo que sus administradores habían proporcionado a las tropas españolas, sin posibilidad de conocerlo con exactitud por las dificultades de la comunicación, AGFCMS, leg. 1909, 046.05: 1812, mayo, 25. Cádiz, fol. 1r.

³⁵ AGFCMS, leg. 1967, 048.01: Orden y notificación del secuestro; y comunicación del secuestro al marqués de Villafranca por Francisco Ignacio Taranco.

de la *Gendarmerie* habían inventariado el dinero de tesorería y la plata labrada, incautándose de todo ello en la tarde del día 14 de diciembre.

Vencido el plazo para que don Francisco de Borja se presentara en la corte y ante su ausencia, la Comisión Imperial de Secuestros e Indemnizaciones, establecida en Madrid por decreto del emperador de 18 de diciembre de 1808, procedió a ejecutar la incautación de bienes, exigiendo a Francisco Ignacio Taranco que se pusiera a su disposición para nombrarlo, acto seguido, agente principal de la administración de los bienes pertenecientes a la casa de Villafranca³⁶. Sin embargo, a pesar de la pronta ejecución del secuestro, parte del personal de la casa ocultó alhajas, objetos y efectos de menaje. Que sepamos, Esteban de Corros³⁷, criado, y, especialmente, Fernando de la Lama³⁸, portero de las oficinas de la casa de Villafranca, pudieron sustraer a los franceses una parte de los enseres valiosos que contenía el palacio.

Ocupación del Palacio de Villafranca y daños en el Archivo

Después de la incautación, que afectó a dinero, vales reales y plata labrada, el palacio madrileño de la calle Don Pedro fue ocupado por el general francés Lucotte y su familia, el cual permaneció en él casi hasta el final de la dominación en mayo de 1813. Lucotte, que se titulaba marqués de Sopetran, decidió realizar ciertos cambios en el uso de las habitaciones y, desafortunadamente, la modificación más importante fue la que afectó al archivo. La gravedad de los daños sufridos por la documentación y, sin duda, la importancia que también le dio el propio marqués (“el principal tesoro de mi casa”), llevó a la elaboración de un documento judicial, redactado en 1819, y posteriormente impreso en Madrid (1820), titulado: *Información judicial hecha a instancia del excelentísimo señor marqués de Villafranca y los Vélez, duque de Medina Sidonia, etc., con citación del caballero síndico procurador de Madrid, sobre el trastorno y perjuicio que sufrió el archivo de su casa en tiempo de la dominación enemiga, y daños que sufrieron los papeles más importantes*³⁹.

³⁶ *Ibidem*. El acuerdo de la Comisión imperial, emitido en francés y en español el 7 de enero de 1809, contemplaba cinco puntos con las atribuciones expresas que debía ejercer Taranco, entre ellas la comunicación de la confiscación de los bienes a todos los administradores de rentas de los estados de la casa.

³⁷ AGFCMS, leg. 1909, 046.24, fol. 1r.

³⁸ AGFCMS, leg. 1909, 046.15 y leg. 1909, 046.23.

³⁹ AGFCMS, leg. 4273, doc. 146-2. Existe una copia autorizada, realizada el 19 de octubre de 1857, en AGFCMS, leg. 4273, y varios ejemplares impresos, por ejemplo, AGFCMS, legs. 348 y 4274.

Por este documento conocemos de forma detallada los avatares que sufrió el Archivo general. Ante el escribano real Claudio Sanz⁴⁰, ocho testigos presenciales de los hechos narran sus recuerdos sobre lo sucedido en diciembre de 1808⁴¹. Durante el secuestro de los bienes de la casa de Villafranca, el archivo, situado en la planta baja del palacio, fue cerrado y sellado⁴². Poco después, el general Lucotte, aprovechando que la pieza utilizada como depósito de la documentación daba al jardín, decidió transformarla en comedor de recreo. Mandó levantar los sellos, la transformó y le confirió distinta utilidad. Se arrancaron las estanterías y tiraron los papeles indiscriminadamente en otra estancia, sellada después, trastornando el orden de los documentos y dañando muchos de ellos. El testigo Fermín Rodríguez, contador de la casa de Villafranca, nos describe este episodio con precisión:

«Ordenó dicho general sacar, como en efecto sacaron diferentes personas de su servidumbre con grande desarreglo, cuantos papeles sueltos y enlegajados se hallaban en dicha pieza, llevándolos á otra y tirándolos del mejor modo que les venía á las manos, sufriendo en esto considerable detrimento, pues muchos se rompieron, y cuyos pedazos no ha sido fácil hallar; otros se mancharon, y otros se desglosaron y descuadernaron de sus respectivos sitios»⁴³.

Otro suceso desgraciado, acaecido en un tiempo indeterminado antes de la ocupación del palacio y después de la salida del marqués de Villafranca de Madrid se sumó al anterior. Según la narración de varios testigos, inclui-

⁴⁰ Este notario era persona de confianza del marqués de Villafranca, quien contaba con sus servicios de forma frecuente. Testimonio de ello es la cuenta de los derechos y gastos notariales realizados por la casa durante 1822, facturada por Claudio Sanz y ascendiente a 3.661 maravedís de vellón. En esta cuenta se recoge, entre otras anotaciones, la autorización de “varios testimonios de la información judicial que se recibió en el año de 19 sobre extravío de los títulos de privilegios y otros papeles del archivo”. AGFCMS, leg. 5345, Cuentas de Barcones, 1823-1826.

⁴¹ Los testigos son los siguientes: Licenciado Antonio Martel, abogado de los Reales Consejos, del colegio de Madrid; Licenciado Fermín Rodríguez, abogado de los Reales Consejos, del Colegio de Madrid, además contador del marqués; Gregorio Barcones y Carrión, archivero general de la casa; Domingo Peláez, portero de estrados de la contaduría y archivo; Manuel Segundo Martínez, comerciante de paños en los portales de la plaza mayor; Juan Antonio Sánchez, interventor del crédito público de Madrid, aficionado además a la diplomática y autor de abundantes copias que durante cuatro años hizo de privilegios rodados, escrituras, ejecutorias y otra clase de documentación bajo la dirección de Gregorio Barcones; Juan Laso de la Vega, vecino; y Joaquín Manrique y Manrique, artífice platero en la calle de Toledo, esquina de la del Burro.

⁴² En el informe judicial se señala que aún quedaba rastro de los lacres utilizados para ello, con las insignias imperiales; AGFCMS, leg. 4273, doc. 146-2, fol. 8r.

⁴³ *Ibidem*, fol. 20r.

do el propio interesado, el archivero Gregorio Barcones, ayudado por Benito Ulls de Molins, Ignacio de Zincunegui, Fermín Rodríguez y otros dependientes de la casa, tomó la decisión⁴⁴, en medio de la confusión general de esos días, de seleccionar de forma apresurada los documentos más importantes (privilegios, cédulas reales, confirmaciones de títulos de adquisición, propiedad y otros, etcétera) y depositarlos en una estancia baja y retirada. Esta pieza quedó tapiada, de modo que no se distinguía puerta alguna, y allí permanecieron los documentos durante más de cinco años. Sin embargo, la fatalidad quiso que, al carecer de ventilación, la excesiva humedad de la pieza deteriorara los pergaminos y papeles, hasta tal punto que muchos se deshicieron al volver a cogerlos y otros habían perdido prácticamente el texto escrito en ellos.

Este fue el escenario que se encontraron los dependientes del archivo al reabrir la estancia años después, una vez liberado Madrid, y fue en parte el motivo de la información judicial encargada por el marqués de Villafranca a fin de, en salvaguarda de sus derechos, sacar copias autorizadas de la documentación estropeada⁴⁵. La instrucción judicial recoge los pormenores del proceso: visita y reconocimiento del archivo por parte del notario Claudio Sanz, con citación del procurador síndico general de Madrid, Pedro Sainz de Baranda, el 25 de agosto de 1819; la relación de daños y las motivaciones expresadas por el marqués de Villafranca para la instrucción de este documento; y la declaración de los testigos. Sin embargo, no menciona ni relaciona los documentos que debían ser objeto de copia.

No obstante, han llegado hasta nosotros varias de estas copias autorizadas por Claudio Sanz en 1820, e incluso antes, en 1819. Por ejemplo, del estado de Vélez tenemos, entre otros documentos, copia de una cédula real de Juan II sobre el pago de las rentas del reino de Murcia⁴⁶. Hay que añadir que con anterioridad, en los albores del siglo XIX, don Francisco de Borja

⁴⁴ Gregorio Barcones no menciona en su declaración haber tomado personalmente esta desventurada decisión, cosa que sí le adjudican los otros testigos y el propio marqués de Villafranca. Sí lamenta las consecuencias que tuvo.

⁴⁵ La declaración de Fermín Rodríguez, contador de la Casa, y del archivero Barcones, ambos testigos presenciales y partícipes en los hechos, en AGFCMS, leg. 4273, doc. 146-2, fols. 18v-21v y 21v-24r, respectivamente. Hay que resaltar, como nota curiosa, que el propio Fermín Rodríguez, en el tiempo de los acontecimientos mayordomo de la casa de Villafranca, aseguró a la marquesa el 31 de mayo de 1813 que el archivo estaba intacto: “El ramo de pinturas era el que corría más riesgo, porque el Rey tenía una lista de todas y era muy temible hechase mano de ellas. Por fortuna todas existen a Dios gracias, el archivo y oficinas intactas, y como por milagro vemos la Casa de vuestra excelencia con tan poco quebranto”; AGFCMS, leg. 1909, 046.04, fol. 4r.

⁴⁶ AGFCMS, leg. 463, doc. 2-4.

había mandado copiar algunas escrituras importantes de su casa. Es el caso, entre otros, del privilegio rodado por el cual Enrique III confirma a Juan Alonso Fajardo la villa de Molina Seca (Murcia)⁴⁷; o del albalá de merced por el cual Enrique III concede esta misma villa a Alfonso Yáñez Fajardo, copiado y autorizado por el mismo notario en la misma fecha.

Proyecto de traslado del archivo a Sevilla

Después de la retirada de la capital de los franceses, comenzó paulatinamente la reorganización de los asuntos de administración y contaduría de la casa. Este proceso fue liderado por la marquesa de Villafranca, Tomasa Palafox, en nombre de su marido, ocupado en la política nacional.

En lo relativo a la reconstrucción de las oficinas del palacio madrileño destacan dos figuras. Por un lado, el mayordomo Fermín Rodríguez, que va a ser el encargado de canalizar los asuntos domésticos⁴⁸. Por otro, el contador Francisco Ignacio de Taranco, quien, a finales de julio o principios de agosto de 1813, se entrevista en Cádiz con la marquesa a fin de planificar toda la estrategia.

En cuanto al archivo, uno de los asuntos que se trató en Cádiz entre la marquesa y Taranco fue la posibilidad de trasladarlo a Sevilla, junto con otros bienes valiosos de la casa, aprovechando el cambio de residencia de los marqueses a esta ciudad. En ese momento no se llegó a tomar una decisión en firme, pero el 31 de agosto⁴⁹ Taranco recibió la orden de trasladarlo todo a Sevilla. Sin embargo, la orden no fue cumplida, pues el secretario-contador fue demorándola hasta el punto de no ejecutarla.

Conservamos dos cartas en las que Taranco expone sus reticencias a la marquesa, y una tercera en la que Fermín Rodríguez expresa su misma opinión⁵⁰. En la primera se excusa amparándose en el giro muy favorable

⁴⁷ AGFCMS, leg. 450, doc. 3-3, copiado por Casimiro Antonio Gómez, escribano del rey y de número de la villa de Madrid (1801, mayo, 11. Madrid).

⁴⁸ En este sentido el mayordomo da cuenta puntual de todos los sucesos que acaecen en estos primeros tiempos desde la salida de los franceses. Ejemplo de esto, entre otros, AGFCMS, leg. 1909, 046.06: 1813, julio, 16. Madrid; leg. 1909, 046.24: 1813, septiembre, 7. Madrid; leg. 1909, 046.23: 1813, septiembre, 14. Madrid. También permite que se eleven algunas súplicas a su excelencia para recuperación de cargos y socorro económico, como leg. 1909, 046.17: 1813, julio, 20. Madrid.

⁴⁹ AGFCMS, leg. 1909, 046.23: 1813, septiembre, 7. Madrid, fol. 1r.

⁵⁰ AGFCMS, leg. 1909, 046.23: 1813, septiembre, 7. Madrid; y 1813, septiembre, 14. Madrid. También, leg. 1909, 046.23: 1813, septiembre, 3. Madrid.

para los intereses patrióticos que ha tomado la guerra, así como en el gran coste que supondría un traslado tan voluminoso. Además, habría que sopesar los daños y el consiguiente desorden que se causaría a los papeles del archivo, innecesario para un corto periodo de tiempo, ya que la intención de los marqueses no era la de establecer su residencia definitiva en Sevilla. Por ello el secretario solicitó a la marquesa que le confirmara la orden, añadiendo que inmediatamente cumpliría lo que dispusiera.

La orden le fue reiterada a Taranco en una nota que éste recibió el 13 de septiembre. Pero, al contrario de lo que había sostenido, de nuevo muestra su resistencia al traslado del archivo a Sevilla, alegando motivos parecidos a los anteriormente manifestados: grandes gastos y daños en los papeles durante el viaje que, en su opinión, eran innecesarios para una estancia transitoria en Sevilla⁵¹; el archivo se confundiría aún más de lo que estaba por los sucesos pasados; falta de infraestructura para depositarlo de forma adecuada así como la imposibilidad de tenerlo al servicio del gobierno marquesal antes de ocho meses; la ausencia de peligro en Madrid y las noticias muy favorables del progreso de las armas españolas contra los franceses:

«Y en quanto al archivo, desde luego digo que en vez de disfrutarle se confundirá más que lo que ha estado con las mudanzas y escondites pasados. Porque Barcones está solo, no tan robusto como antes, faltarán por de pronto armarios en Sevilla, y sobre todo en unos ocho meses no se acabarían de reparar y colocar bien los papeles, que urge tenerlos prontos y mui bien estudiados para contrarrestar las demandas y despojos que ya se sufren y otros que se preparan»⁵².

Merece destacarse la decisión del secretario-contador en la defensa de la integridad del Archivo general, incluso por encima de la voluntad del marqués. Finalmente, este asunto se resolvió como Taranco deseaba. Él mismo lo certifica en este documento, en una nota marginal fechada el 2 de octubre de 1813, donde expresa que no conviene sacar nada de Madrid en ese momento, ya que “ha venido su excelencia a vivir en esta corte”⁵³.

⁵¹ En este sentido estima que el archivo ocuparía al menos cinco talegas. AGFCMS, leg. 1909, 046.23: 1813, septiembre, 14. Madrid, fol. 1r.

⁵² *Ibidem*, fols. 1v-2r.

⁵³ *Ibidem*, fol. 1r.

Las dificultades del gobierno señorial durante la incautación del Archivo general

La ocupación del palacio del marqués de Villafranca en Madrid por parte de los franceses tuvo consecuencias también para el normal gobierno de sus estados. Durante el tiempo que duró la dominación francesa, don Francisco de Borja estuvo privado, entre otros instrumentos, de la autoridad y legitimidad de los documentos que garantizaban sus privilegios, regalías y derechos. El flujo de ingreso de documentación en el archivo estuvo interrumpido desde el 29 de octubre de 1808 hasta el 11 de julio de 1814⁵⁴.

Esta misma situación se produjo en otras casas nobiliarias y llevó a sus titulares a promover varias demandas ante el Consejo de Castilla. La reivindicación –de la que el duque de Medinaceli fue pionero– consistía en que no se les obligase a presentar documentación alguna ni a hacer uso de ella mientras sus casas –y por extensión sus archivos– permaneciesen ocupadas⁵⁵.

No tenemos la fecha exacta del inicio del proceso que la casa de Villafranca llevó a cabo, sin embargo, consideramos que tuvo que producirse antes de la creación por la Junta Central del Consejo y Tribunal Supremo de España e Indias, acaecida el 25 de junio de 1809⁵⁶. Este organismo fue el que retomó en segunda instancia dicho proceso, al que había precedido la casa de Medinaceli ante el Consejo de Castilla con dictamen favorable. La casa de Villafranca tuvo que elevar recurso ante este nuevo Consejo pues, con el precedente creado, el ministro prefirió que los fiscales emitieran un informe general de la situación, no sólo contemplando los intereses de Villafranca sino también los de todas las demás casas nobiliarias que estaban en su misma situación⁵⁷.

La representación de la casa de Villafranca fue llevada a cabo por José del Castillo y Trigo, su agente en Sevilla. A través de su correspondencia con la marquesa podemos seguir de forma pormenorizada su demanda judicial.

⁵⁴ Así lo certifica el archivero Gregorio Barcones en el *Quaderno de entrada de Ynstrumentos en el Archivo de su excelencia de los estados de la casa de Villafranca, los Vélez, Martorell e Ytalia desde principio del año de 1770 en adelante*: «Desde la época que se expresa en el anterior asiento no se ha buuelto a entregar en el archivo documento alguno hasta el año de 1814 por efecto de la revolución que ha sufrido la nación y la guerra que ha sostenido contra los franceses, lo que se advierte para que en ningún tiempo se atribuya a descuido u omisión este vacío». AGFCMS, leg. 5027, doc. 2, fol. 91v.

⁵⁵ Para este proceso *vid.* el expediente conservado en AGFCMS, leg. 2014, docs. 3-2, 3-3, 3-4, 3-5, 3-6, 3-7 y 3-9.

⁵⁶ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-9: 1809, septiembre, 9. Sevilla, fol. 1v. *Vid.* SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, 1986: 1033-1050; la fecha de la creación de este tribunal en p. 1035.

⁵⁷ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-9, fols. 1r-2v.

Los argumentos aducidos nos han llegado sintetizados en forma de «esquela», un billete en que de forma concisa se resumía la razón jurídica sobre la que se basaba el pleito. El AGFCMS conserva algunos ejemplares de esta forma documental⁵⁸.

Entre otros puntos, se solicitaba al Consejo que el marqués de Villafranca conservase el estatus que tenía antes de la guerra, igual que se había dictaminado ante el mismo caso y situación a favor de la casa de Medinaceli. Se alegaban además los grandes servicios que don Francisco de Borja estaba haciendo a la causa patriótica, empeñando en la guerra todas sus rentas y recursos hasta el punto de una penuria económica extrema⁵⁹:

«El marqués de Villafranca, duque de Medinasidonia, dejó en Madrid su archivo. Y si los franceses no lo han destruido, como se presume según antecedentes, a lo menos no puede valerse de ninguno de sus privilegios que se hallan en él. Los pueblos se valen de esta ocasión para disputarle sus facultades y regalías. Y para evitar estos pleitos y la malicia con que los promueben, ha suplicado a Su Magestad la Junta Central se le conceda la gracia de que se le conserben todos según el último estado de posesión en que se halla, del mismo modo que se le concedió al estado de Medinaceli. Pues, aunque parece que el Consejo por dictamen de sus fiscales pone algún reparo, no hay motivo para que la casa de Medinaceli tenga una singularidad en la concesión que se le hizo, habiendo igual motivo para la de Medinasidonia, no habiendo perjuicio en que se mantengan las cosas según el último estado y siendo tan singulares los servicios que actualmente está haciendo el marqués de Villafranca, pues todas sus rentas las tiene aplicadas a los gastos de la guerra, de modo que ni aun tiene para comer como es notorio»⁶⁰.

El proceso se resolvió por fin el 18 de noviembre de 1809 a favor de la casa de Villafranca. La resolución impedía que se molestase al titular en el uso de sus privilegios y regalías mientras estuviese ocupado su archivo en Madrid⁶¹.

⁵⁸ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-7.

⁵⁹ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-6: [1809], septiembre, 23. Sevilla; y doc. nº 3-7: S. f. [c. 1809, septiembre, 23] S. I. [Sevilla].

⁶⁰ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-7, fol. 1r: S. f. [c. 1809, septiembre, 23] S. I. [Sevilla]. Esquela formada por José del Castillo y Trigo.

⁶¹ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-4: 1809, noviembre, 18. Sevilla, y 3-5: 1809, noviembre, 25. Murcia.

El dictamen del Consejo tuvo que ser reivindicado de forma inmediata. Casi simultáneas a su fecha de emisión fueron promulgadas por la Junta Central dos reales provisiones con fecha de 17 y 24 de noviembre de 1809⁶². En la primera se instaba al marqués de Villafranca, como duque de Medina Sidonia y conde de Niebla, a que en el término de diez días presentase el privilegio que le facultaba a nombrar escribano público en la villa de Valverde del Camino. Si no lo hacía de esa manera, se le apercibía con la suspensión del ejercicio de esa regalía. Ponían en duda los representantes de Valverde la posesión de ese privilegio, pues en el lugar de Alosno –igualmente en el estado de Niebla– ante la misma tesitura no lo había presentado⁶³. La otra real provisión le obligaba en el término de quince días a proveer la vara de alcalde mayor de la dicha villa de Valverde del Camino, con el mismo apercibimiento de suspensión antes mencionado.

Como consecuencia de ello y, a pesar de las dificultades para que le llegara la notificación oficial de estos hechos, el marqués de Villafranca, una vez informado debidamente de la situación⁶⁴, ordenó a José del Castillo que hiciera valer la declaración regia que le permitía no ser incomodado en el uso de sus privilegios y regalías mientras su archivo estuviese usurpado por los franceses⁶⁵.

Conclusiones

El proceso organizativo llevado a cabo en el Archivo general de Villafranca durante el siglo XVIII estuvo encaminado fundamentalmente a convertirlo en una herramienta de gestión al servicio de la “casa y hacienda del marqués”. Sin embargo, este proceso fue evolucionando paulatinamente. Si a mediados de siglo la necesidad era la optimización del archivo y la adopción de una nueva forma de gobierno de los señoríos jurisdiccionales desde la corte, derivada del traslado de la documentación a Madrid, su organización fue implementada con otros criterios que los nuevos tiempos imponían, basados en la utilización de los papeles para la salvaguarda y reclamación de derechos y prerrogativas⁶⁶.

⁶² AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-1: S.f. [c. 1809, diciembre, 7] S.I. [Murcia].

⁶³ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-2: 1809, junio, 19. Sevilla; 1809, octubre, 9. Sevilla; 1809, octubre, 20. Murcia.

⁶⁴ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-2: 1809, junio, 19. Sevilla, fol. 1v. Se dio la circunstancia de que se devolvió la real provisión al tribunal porque no se encontró persona alguna que quisiera encargarse de realizar la diligencia de notificarla al duque por ser éste presidente de la Junta Superior de la provincia de Murcia, remitiéndose por otra vía al corregidor de Murcia para que lo hiciese personalmente.

⁶⁵ AGFCMS, leg. 2014, doc. 3-3: 1809, diciembre, 16. Murcia.

⁶⁶ BELTRÁN CORBALÁN, 2018.

En este sentido, el archivo se revelaba como una de las principales oficinas de la casa marquesal pues custodiaba la garantía documental necesaria para la defensa de las cada vez más frecuentes demandas de los concejos de las villas, que ponían en cuestión los derechos señoriales sobre jurisdicciones y rentas. Es por ello que la incautación francesa supuso un grave quebranto para el desarrollo del buen gobierno de los territorios de la casa de Villafranca. No podemos olvidar tampoco el contexto reformista en el que se desarrollaron los hechos aquí analizados, un tiempo coetáneo a la abolición del régimen señorial como consecuencia de la constitución y los decretos de las cortes de Cádiz. Es en este escenario en el que los concejos de las villas se resisten a aceptar la jurisdicción señorial y, por su parte, el marqués se encuentra impedido para la defensa de su patrimonio, al no disponer de los instrumentos probatorios custodiados en el Archivo general. En este sentido, no es casualidad que una de las razones esgrimidas por el administrador Taranco para que el archivo no se trasladara a Sevilla durante la guerra de Independencia fue la urgencia de tener los papeles “prontos y mui bien estudiados para contrarrestar las demandas y despojos que ya se sufren y otros que se preparan”⁶⁷.

En esta misma línea, el desenlace de la guerra de Independencia y la vuelta al trono de Fernando VII en 1814 devolvió a la aristocracia buena parte de las prerrogativas que muchas voces se habían atrevido a cuestionar unos años antes. Sin embargo, la reforma de los fundamentos económicos y del poder señorial de la nobleza seguiría siendo a lo largo de las décadas centrales del siglo XIX un duro caballo de batalla para muchas casas nobiliarias que, como la de Villafranca, se verían obligadas a acometer nuevos procesos de organización de sus archivos, encaminados a poner en valor todo su patrimonio documental acumulado durante siglos.

Referencias

Fuentes manuscritas

Archivo Histórico de Protocolos de Madrid (Madrid, España) – Tomo 19520, p. 525r-535v.

Archivo General de la Fundación Casa de Medina Sidonia (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz, España) – Legajos 348; 450, doc. 3-3; 463, doc. 2-4; 1967, doc. 048.01; 1967, doc. 048.01-15; 1909, docs. 046.04, 046.05, 046.06, 046.15, 046.17, 046.23, 046.24; 2001, doc. 9-4; 2014, docs. 3-2, 3-3, 3-4, 3-5, 3-6, 3-7 y 3-9; 4273, doc. 146-2; 4274; 5027, doc. 2; 5345.

⁶⁷ AGFCMS, leg. 1909, 046.23: 1813, septiembre, 14. Madrid, fol. 2r.

Bibliografía

- ALARCÓN ALARCÓN, M. del M. (2017) – Antiliberales en el escaño durante las Cortes de Cádiz (1810-1813). *Hispania. Revista Española de Historia*, 77:256 (2017) 349-374.
- ARAGÓN MATEOS, S. (1988) – Nobleza y opinión pública en tiempos de Carlos III: los límites de la crítica social ilustrada. *Pedralbes: Revista d'història moderna*, 8:1 (1988) 13-24.
- BELTRÁN CORBALÁN, D. (2018) – La centralización de los archivos de las casas de Villafranca, Vélez y Medina Sidonia y la formación de su Archivo general (1741-1797). *Tiempos Modernos. Revista electrónica de Historia Moderna*. 36:1(2018) 80-102.
- CALVO MATURANA, A. ; GONZÁLEZ FUERTES, M. A. (2008) – Monarquía, Nación y Guerra de la Independencia: debe y haber historiográfico en torno a 1808. *Cuadernos de Historia Moderna. Anejos*, VII (2008) 321-377.
- CALVO MATURANA, A. ; GONZÁLEZ FUERTES, M. A. (2016) – Patronazgo y clientelismo en la corte de Carlos IV: particularidades y continuismos. In: IMÍZCOZ BEUNZA, J. M.; ARTOLA RENEDO, A., eds. (2016) - *Patronazgo y clientelismo en la monarquía hispánica (siglos XVI-XIX)*. Vitoria : Universidad del País Vasco, p. 385-408.
- CÂMARA, M. J. da (2018) – Social history of a family archive: the House of Belmonte archival holdings, 15th to 19th centuries. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXXI:nº 2 (2018) 9-48.
- CÂMARA, M. J. da (2018) – The house of Belmonte archives: document, production, conservation and retrieval (fifteenth to nineteenth centuries). In ROSA, M. de L. ; NÓVOA, R. L. S. da, dir. (2018) - *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 253-266.
- CARRASCO MARTÍNEZ, A. (2006) – El XIII Duque del Infantado, un aristócrata en la crisis del antiguo régimen. *En la España medieval*, nº extra 1 (2006) 305-336.
- CARRASCO MARTÍNEZ, A. (2010) – *El poder de la sangre. Los duques del Infantado, 1601-1841*. Madrid: Actas Editorial.
- CASALS BERGÉS, Q. (2012) – Proceso electoral y prosopografía de los diputados de las Cortes Extraordinarias de Cádiz (1810-1813). *Historia constitucional: Revista Electrónica de Historia Constitucional*, 13 (2012) 193-231.
- CASELLA, Laura ; NAVARRINI, R., eds. (2000) – *Archivi nobiliari e domestici: conservazione, metodologie di rigordino e prospettive di ricerca storica*, Forum, Udine: Forum.
- CASTRO ALFÍN, D. (2011) – Razones serviles. Ideas y argumentos del absolutismo. In: RÚJULA, P. ; CANAL, J., eds. (2011) - *Guerra de ideas: política y cultura en la España de la Guerra de la Independencia*. Madrid: Institución Fernando el Católico y Marcial Pons, 105-133.
- COLÓN DE LARREÁTEGUI, J. J. (2011) – *España vindicada en sus clases y autoridades de las falsas opiniones que se la atribuyen* [editada por: GONZÁLEZ FUERTES, M. A. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Doce Calles].
- DEMERTON, P. de (1971) – El escrito del conde de Teba: el «Discurso sobre la autoridad de los Ricos Hombres. *Hispania. Revista española de Historia*, XXXI (1971) 137-156.
- FERNÁNDEZ VALDIVIESO, J. L. (2018) – *Estudio, organización y descripción del Archivo de los Marqueses de Corvera*. Tesis doctoral. Granada : Universidad de Granada.

- GÓMEZ VOZMEDIANO, M. F. (2015) – Experto en letras antiguas busca empleo. El papel de los archiveros en la organización del patrimonio documental de la aristocracia española (1750-1850). Una aproximación a sus fuentes y posibilidades de estudio. *Cuadernos de Historia Moderna*, 40 (2015) 257-293.
- GONZÁLEZ CASTAÑO, J. (2009) – *Aproximación a la Guerra de la Independencia en el antiguo reino de Murcia*. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio.
- GONZÁLEZ CASTAÑO, J. ; MARTÍN-CONSUEGRA BLAYA, G. J., comps. (2002) – *Proclamas y bandos en el Reino de Murcia durante la Guerra de la Independencia (1808-1814)*. Murcia: Asamblea Regional de Murcia y Real Academia Alfonso X el Sabio.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, J. (2017) – Estado de la cuestión de los estudios sobre archivos de familia. *XXII Coloquio de Historia Canario-Americana (2016)*, XXII-088, 1-14.
- GUTIÉRREZ DE ARMAS, J. (2018) – Identidad nobiliaria y legitimación del poder a través de los archivos de familia. In FORTEA PÉREZ, J. I. ; GELABERT GONZÁLEZ, J. E ; LÓPEZ VELA, R. ; POSTIGO CASTELLANOS, E., coords. (2018) – *Monarquías en conflicto. Linajes y noblezas en la articulación de la Monarquía Hispánica*, Madrid: Fundación Española de Historia Moderna, Universidad de Cantabria, 659-670.
- HENRIQUES, L. ; ROSA, M. de L. (2016) – O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXIX (2016) 89-132.
- HERNÁNDEZ FRANCO, J. ; PRECIOSO IZQUIERDO, F. (2018) – ¿De la cultura de las armas a la cultura de las letras? Discusión intelectual y evolución del ideal nobiliario en la España Moderna. In: SÁNCHEZ, R. ; GUILLÉN BERRENDERO, J. A., coords. (2018) - *La cultura de la espada. De honor, duelos y otros lances*. Madrid: Dykinson, 185-212.
- KETELAAR, E. (2009) – The Genealogical Gaze: Family Identities and Family Archives in the Fourteenth to Seventeenth Centuries. *Libraries & the Cultural Record*, 44:1 (2009) 9-28.
- LA PARRA, E. (2007) – De la disputa cortesana a la crisis de la monarquía. Godoyistas y fernandinos en 1806-1807. *Cuadernos de Historia Moderna. Anejos*, 6 (2007) 255-267.
- LA PARRA, E. (2011) – La Corte de Carlos IV. In: RODRÍGUEZ G. DE CEBALLOS, A. ; RODRÍGUEZ REBOLLO, A., coords. (2011) – *Actas de las Jornadas de Arte e Iconografía sobre Carlos IV y el arte de su reinado*. Madrid: FUE, 9-20.
- LA PARRA, E. (2015) – Hacia el fin de la monarquía del Antiguo Régimen. In: GIMENO PUYOL, M. D. ; VIAMONTE LUCIENTES, E., coords. (2015) - *Los viajes de la Razón: Estudios dieciochistas en homenaje a María-Dolores Albiac Blanco*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 167-181.
- MORAL RONCAL, A. M. (2014) – Restauración política y poder estamental: la nobleza cortesana en el reinado de Fernando VII. In: RUEDA, G., coord., (2014) - *La nobleza española, 1780-1930*. Madrid: Ediciones 19, 151-187.
- MORAL RONCAL, A. M. (2018) – La Real Casa y Patrimonio en el reinado de Fernando VII (1814-1833). In: SÁNCHEZ, R. ; SAN NARCISO, D., coords. (2018) - *La cuestión de palacio. Corte y cortesanos en la España Contemporánea*. Granada: Comares Historia, 155-183.
- MORALES MOYA, A. (1983) – *Poder político, economía e ideología en el siglo XVIII español. La posición de la nobleza*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- MORALES MOYA, A. (1984) – Una interpretación del siglo XVIII español a través de la perspectiva nobiliaria. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Época)*, 40 (1984) 45-58.

- MORSEL, J. (2004) – Le médiéviste, le lignage et l'effet de réel. La construction du Geschlecht par l'archive en Haute-Allemagne à partir de la fin du Moyen Âge. *Revue de Synthèse*, 125 (2004) 83-110.
- NÓVOA, R. L. S. da (2017) – *O Arquivo Gama Lobo Salema: arqueologia e representações arquivísticas*. Disponible en: http://www.fundacionolgagallego.gal/upload/recursos/cat_1/58/2premio_og_novoa_rita_o_arquivo_%20gama_%20lobo_salema.pdf.
- NÓVOA, R. L. S. da (2019) – Family archives, the archival practices of noble families, and the social logic of archival preservation (Portugal, fifteenth to nineteenth centuries). In ROSA, M. de L. ; NÓVOA, R. L. S. da, dir. (2019) - *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 177-198.
- PRECIOSO IZQUIERDO, F. (2018) – "Un problema académico: la idea de nobleza en la primera mitad del siglo XVIII. Los discursos de Pedro Scotti y José de Abreu en la Real Academia Española". *Hispanic Research Journal*. 19:4 (2018) 395-416.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, R. A. (2011) – La casa de los Vélez. Mecenazgo y poder simbólico en la Edad Moderna. *Norba. Revista de Historia*, 24 (2011) 97-110.
- ROSA, M. de L., ed. (2012) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM-CHAM.
- ROSA, M. de L. ; HEAD, R. C., eds. (2015) – *Rethinking the Archive in pre-Modern Europe. Family Archives and their inventories from the 15th to the 19th centuries*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- ROSA, M. de L. (2017) – Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXX (2017) 547-586.
- SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. (1986) – El Consejo y Tribunal Supremo de España e Indias (1809-1810) (Notas para su estudio). *En la España Medieval*, tomo V (1986), 1033-1050.
- SÁNCHEZ GONZÁLEZ, A. (2016) – Dos desconocidos reglamentos de archivos nobiliarios del siglo XVIII. *Vegueta*, 16 (2016) 481-506.
- SÁNCHEZ-BLANCO, F. (2002) – *El Absolutismo y las Luces en el reinado de Carlos III*. Madrid: Marcial Pons.
- SÁNCHEZ-BLANCO, F. (2016) – *El Censor. Un periódico contra el Antiguo Régimen*. Sevilla: Ediciones Alfar.
- TOBÍO SALA, Ana (2012) – El tema de la nobleza en las Cartas Marruecas de José Cadalso. *LEA - Lingue e letteratura d'Oriente e d'Occidente*, 1: (2012) 341-360.
- YUN CASALILLA, B. (2002) – Sociedad patricia y gestión señorial vistas desde la Ilustración. A modo de recapitulación. In B. Yun Casalilla, *La gestión del poder. Corona y economías aristocráticas en Castilla (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Akal, 2002, 277-305.

Recensões críticas

LARRIBA, E. ; COLETES BLANCO, A., eds. (2017) – *La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 164 p.

Por CARLOS GUARDADO DA SILVA

Professor Auxiliar com Agregação

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

carlosguardado@campus.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

“La Poesía es una arma cargada de futuro”, como magistralmente a definiu, em *Cantos Iberos* (1955), Gabriel Celaya (1911-1991), um dos mais distintos representantes da “poesia social” dos anos 50, distinguido com o Prémio Nacional de las Letras Españolas, em 1986, aqui lembrado por Gérard Dufour, eminente especialista em História de Espanha, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Assim é quase toda a poesia em contexto de guerra e opressão, bem como, na sua maioria, a poesia da Guerra Peninsular, aqui trazida sob o título oportuno *La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814* (= *A Poesia, vetor da informação no tempo da Guerra Peninsular: 1808-1814*), uma poesia que protesta e reclama, uma poesia de informação e contrainformação, de notícias verídicas e falsas, de propaganda e legitimidade, de resistência e subversiva, que justifica o seu papel de vetor de informação, isto é de veículo de informação, portador de uma mensagem política, de compromisso, ao serviço do poder (dos poderes!) e contrapoder, que visa influenciar a “opinião pública”, termo cunhado por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), nas vésperas da Revolução Francesa.

Este é o resultado de um projeto de investigação coordenado por Elisabel Larriba (Universidade Aix-Marseille) e Agustín Coletes Blanco (Universidade de Oviedo), respetivamente especialistas da imprensa e receção literária e cultural em Espanha, entre o final do século XVIII e o período da Guerra Peninsular, que integra cinco notáveis estudos da autoria daquela e de Gérard Dufour (Universidade de Aix-Marseille), Alicia Laspra Rodríguez (Universidade de Oviedo), Ingrid Cáceres Würsig e Remédios Solano Rodríguez (sob a direção de Agustín Coletes Blanco), e Gabriela Gândara Terenas (Universidade Nova de Lisboa) - um leque de investigadores, cuja reputação é reconhecida inter-

nacionalmente, sobre o conflito da Guerra Peninsular (1807-1808), destacando-se dentro desta, mas não apenas, a imprensa e a poesia. Os títulos por si anteriormente publicados justificam *per se* a afirmação anterior: LARRIBA, E. (1998) - *Le Public de la presse en Espagne à la fin du XVIIIe siècle: 1781-1808*. Paris: Honoré Champion. ; COLETES BLANCO, A. ; & LASPRA RODRÍGUEZ, A. (2013) – *Libertad frente a tiranía: Poesía inglesa de la Guerra de la Independencia: 1808-1814: Antología bilingüe*. Madrid: Fundación Dos de Mayo-Espasa. ; DUFOUR, G., e (Ed.) (2015) – *En vers et contre Napoléon: Poésie anti-napoléonienne en français à l'époque de la Guerre d'Espagne: 1808-1814*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. ; CÁCERES WÜRSIG, I. ;& SOLANO RODRÍGUEZ, R. (2015) - *Valiente Hispania: Poesía alemana de la Guerra de la Independencia: 1808-1814: Estudio crítico y corpus bilingüe anotado*. Oviedo: Universidad de Oviedo. ; TERENAS, G. G. ;& PERALTA GARCÍA, B. (2015) – *El noble ejemplo de España: Poesía portuguesa de la Guerra de la Independencia: 1808:1814*. Madrid: Ministerio de Defensa.

O termo *Guerre d'Espagne* justifica-se na edição francesa, sendo equivalente ao de “Guerra Peninsular”, o mais generalizado, sobretudo no mundo anglo-saxónico (*Peninsular War*), mas também em Portugal, que tem em conta a realidade geográfica do conflito na Península Ibérica, quando outrora se usava de modo preferencial, porém impreciso, o termo “Invasões Francesas”. Em Espanha, o conflito é designado por “Guerra de la Independencia”, denominação coeva, a que historiografia liberal espanhola conferiu um conteúdo romântico, sobrevalorizando a luta do povo espanhol contra o exército invasor de Napoleão, que procurava retirar àquele a independência do território e da sua pátria. Todavia, na Catalunha, em virtude do desenvolvimento de uma consciência nacional, institucionalizou-se, já no século XX, a denominação popular de “Guerra del Francés”, porque aqui a guerra da independência, que os acontecimentos recentes testemunham, ganhou significado face a Madrid.

No primeiro estudo, “La poésie, source d’information clandestine sous le premier Empire” (= “A poesia, fonte de informação clandestina sob o primeiro Império”), de Gérard Dufour, o autor, a partir de periódicos ingleses com grande difusão em França, como o *Moniteur* e o *Journal de l'Empire*, e sobretudo os que se publicavam em língua francesa, como o *Courrier d'Angleterre* e *L'Ambigu*, coloca a propaganda e a informação inglesas em confronto com a propaganda e a desinformação imperiais. A par do conflito bélico, pela imprensa em geral, e particularmente através da poesia nela publicada, fazia-se oposição ao imperador, o ‘ogre corso’, objeto de denegrecimento através da escrita. Publicavam-se poemas que, sendo transmitidos oralmente, contribuíam para criar rumores na opinião pública francesa, como a da existência

de rebeliões permanentes de espanhóis contra Napoleão Bonaparte. E neste contexto, Gérard Dufour destaca dois homens, Jean-Gabriel Peltier e Humblet.

No segundo estudo, “Des trompette de la renommée difficiles à emboucher: information et désinformation para la poésie chez les afrancesados” (= “Trombetas da fama difíceis de ouvir: informação e desinformação através da poesia entre os afrancesados”), Elisabel Larriba apresenta-nos outra visão, pela pena dos “traidores”, os partidários do imperador, sublinhando o papel documental da poesia. Aqui a poesia é analisada como forma de propaganda imperial, vetor de informação da sociedade francesa, sobretudo das elites, na perspetiva francesa, como modo de adesão ao regime josefino, e da sua legitimação. Lembremos que José Bonaparte, irmão mais velho de Napoleão, após as abdições de Baiona (renúncias sucessivas de Fernando VII e Carlos IV ao trono da Espanha, em 5 de maio de 1808), assumiu o trono em Espanha (1808-1813), pondo fim à sua independência, através de um estratagema aparentemente legal de transferência do poder, impondo uma dinastia francesa.

No terceiro estudo, “Presse, politique et poésie anglaise de la Guerre d’Indépendance: 1808-1814” (“Imprensa, política e poesia da *Guerra de la Independencia*: 1808-1814”), Alicia Laspra Rodriguez parte do papel mediador da poesia inglesa para a *Guerra de la Independencia* publicada na imprensa britânica, com poemas fomentadores de valores patrióticos, de coragem e heroísmo, que permitiriam sustentar e conduzir os exércitos aliados à vitória. Dentre a fértil imprensa inglesa, que analisa, destaca-se a publicação de poemas inspirados pela causa espanhola na oposição a Napoleão, nos jornais diários *The Morning Post*, *The Times* (jornal ‘independente’) e *The Sun*, assim como no *The Morning Chronicle*, periódico de orientação *whig*, isto é, de oposição à política do Governo. Estes periódicos, em que predomina uma atitude anglocêntrica, são *exempla*, independentemente da sua ideologia favorável ou opositora ao Governo, de que reuniam unanimidade na questão espanhola, isto é, antinapoleónica, divergindo em escassos momentos como quando da publicação do tratado, que viria a designar-se por *Convenção de Sintra* (1808). Assim se entendem os assuntos de que tratam os poemas, sobre ‘patriotas’, soldados anónimos que resistem, preferindo morrer a render-se, soldados-guerrilheiros que enfrentam “tiranos”, heróis “que lutam pela independência do seu país contra o expansionismo de Napoleão”, de que se destacaria o herói supremo Wellington, nos anos de 1812-1814. Assuntos como o “orgulho castelhano”, a esperança, a “fé” contra Napoleão, “déspota” e “monstro”, a insurreição e a expansão antinapoleónica, e a resistência da Espanha cercada estão presentes nos textos. Mais do que narrar os acontecimentos e a evolução do conflito, descrevem-se as batalhas em cenários

imaginados, porque desconhecidos dos autores dos poemas, emergindo novos *loci* (como Espanha, Iberia e Portugal ou os sítios das batalhas), sugestivamente designados de “geografias de imaginários românticos” por Diego Saglia (2000). Enfim, entre 1808 e 1814, é notória, por parte jornais pró-governamentais, uma tentativa de contribuir para a política do *Foreign Office*, na manutenção do apoio popular às medidas do Governo britânico comprometido com um elevado investimento na Península Ibérica. Acrescente-se, ainda, que o texto é enriquecido por um conjunto de gráficos demonstrativo de que os poetas ingleses não elogiam apenas os seus mortos e heróis, mas também glorificam os espanhóis, como atesta a presença constante de Saragoça nos poemas. E, ainda, quanto mais desastroso o resultado de uma batalha, maior número de poemas inspira, o que permite interpretá-los como mecanismos para mitigar o fracasso da estratégia de Wellington, tal qual acontece, por exemplo, com Talavera.

No quarto estudo, “La poésie sur la Guerre d’Indépendance espagnole dans le monde germanique comme instrument de propagande” (= A poesia sobre a *Guerra de la Independencia* no mundo germânico como instrumento de propaganda”, Ingrid Cáceres Würsig e Remedios Solano Rodríguez partem da contextualização histórica e social dos territórios alemães, no início do século XIX, para se debruçarem sobre os traços da ‘Guerra da Independência’ na poesia patriótica e de guerra, uma poesia comprometida com os acontecimentos políticos e sociais, através da qual os seus autores procuram influenciar a opinião pública com vista a mobilizar a população a revoltar-se contra o jugo francês. A poesia assume-se, deste modo, como um instrumento político de caráter informativo e propagandístico, caracterizando-se de forma distinta em duas fases: 1806-1812 e 1813-1815. Na primeira, marcada pela derrota da Prússia e uma forte presença francesa nos territórios germânicos, Napoleão reforçou a censura, utilizando a informação para forjar uma opinião pública favorável à causa afrancesa, transformando o *Moniteur* na fonte oficial de informação, em que aparecem poemas que exaltam a figura do imperador. Do lado oposto, alguns autores de poemas, quando conseguem escapar às malhas da censura, evidenciam um patriotismo exacerbado, o ódio contra o estrangeiro, sobretudo os franceses, definindo o imperador como um usurpador, um déspota de ambição desmedida. Na segunda fase, designada pelas autoras de poesia das ‘guerras de libertação’, que começa com a declaração de guerra da Prússia à França em março de 1813, a censura perde o controlo da informação e a escrita poética passou a exercer grande influência na consciência popular. O autor anonimiza-se, para relevar a mensagem, colo-

cando a pena ao serviço da política, como instrumento de propaganda antinapoleónica. Dos três exemplos da presença da poesia patriótica alemã, destacamos *A Palafox* (1809), de Heinrich von Kleist, poema dedicado ao herói dos cercos de Saragoça (1808 e 1809) José Rebolledo de Palafox y Melcí, líder da resistência, cuja renome atingiu também Portugal, tendo sido objeto de dois poemas em língua portuguesa.

No quinto estudo, “Évocations poétiques de l’Espagne dans la presse et autres imprimés portugais pendant la Guerre d’Indépendence: 1808-1814” (= “Evocações poéticas de Espanha na imprensa e outros impressos portugueses durante a Guerra Peninsular”), Gabriela Gândara Terenas apresenta um trabalho que, em termos de localização de fontes, é um modelo a seguir com bons frutos, tendo ‘varrido’ os arquivos e as hemerotecas portuguesas, demonstrando que, também para o território português, a poesia reflete o movimento panfletário europeu antinapoleónico. A autora parte da caracterização do contexto da imprensa portuguesa, em que destaca os jornais, para, depois, se focalizar na análise de alguns episódios, com particular destaque o 2 de Maio, e personalidades da história do conflito presentes em textos poéticos, testemunhos de uma poesia pro-espanhola portuguesa. Refira-se, como notara José Manuel Tengarrinha, que se verifica a partir da libertação da ocupação francesa do reino, em 1808, uma nova fase do jornalismo português, que deixa de oferecer um papel inócuo para adotar, doravante, um papel político e combatente.

Exceto a *Gazeta de Lisboa*, que foi obrigada a transformar-se no órgão oficial do exército francês, sob o domínio autoritário de Junot, outros periódicos como o *Telegrafo portuguez*, a *Gazeta do Rossio*, *O Patriota*, *O Leal Português* e *A Minerva Lusitana*, estimulados pelo Conselho de Regência, foram exemplos de uma imprensa de propaganda na defesa dos valores patrióticos e da legitimidade do príncipe Regente D. João, procurando, simultaneamente, contrariar a atividade de propaganda imperial. No mesmo tom de defesa do patriotismo são exemplos alguns dos poemas publicados, louvando a intervenção britânica na libertação da Península do jugo napoleónico.

Veículo de informação, motor de insurreição, a poesia serviu como canalizador do espírito de revolta, incitando os portugueses a seguirem o exemplo espanhol do 2 de Maio, acontecimento bem presente nos textos, assim como o tema da saída francesa em setembro de 1808 e a restauração do reino. De igual modo, refira-se a celebração dos heróis, objeto de elogio e enaltecimento nas composições poéticas, de que se destacam chefes militares espanhóis como o já referido José Palafox, Francisco Xavier Castaños, La Cuesta, Francisco Ballesteros e o marquês de La Romana, procurando uma

comparação aos também heróis portugueses, como o general Silveira. No fundo, todos símbolos de luta e resistência, como Wellington, contra o 'inimigo' Napoleão Bonaparte, ou da união de dois povos ibéricos na luta contra o imperador, representado na figura de Carlota Joaquina. Testemunhos, por fim, de que a poesia serviu de veículo de informação e de representação dos 'Grandes Homens' de então, tornando-se, nas palavras da autora, "um instrumento de glorificação patriótica de pedagogia coletiva".

Em suma, *La Poésie, vecteur de l'information au temps de la Guerre d'Espagne: 1808-1814*, aporta as principais conclusões do projeto "Otras lenguas, otras armas: poesía proespañola inglesa, francesa, alemana y portuguesa de la Guerra de la Independencia (1808-14); edición, traducción y estudio" (Projeto OLE¹¹), que exigiu um notável esforço internacional de pesquisa e análise das fontes literárias, mormente de natureza poética, até agora dispersas. Uma investigação que resgatou a poesia patriótica espanhola publicada, entre 1808 e 1814, nas línguas alemã, francesa, inglesa e portuguesa, que aporta um conjunto de textos com enfoques por vezes distintos, mas complementares na abordagem e unificados na temática inscrita no título do livro, que cumpre o seu objetivo.

Por último, em *La Poésie, vecteur de l'information au temps de la Guerre d'Espagne: 1808-1814*, a poesia assume um diálogo interdisciplinar, entre a literatura, a filologia, a tradução e a história, num trabalho igualmente caro à ciência da informação, não fosse a poesia, também ela, vetor de informação! Como afirmou Victor Hugo, no prefácio de *Les Orientales*, citado pelos editores, "tout est sujet; tout relève de l'art; tout a droit de cité en poésie". Assim, também a poesia pode ser estudada de um novo ângulo, não literário, enquanto fonte documental, fonte de informação, sendo aqui resgatada como fonte historiográfica principal. E, deste modo, é possível concluir que, em tempo de conflito, tal como defendera Gabriel Celaya, a "Poesia é uma arma", um veículo de informação não isenta, que traz consigo uma intencionalidade. Assim é a poesia da Guerra Peninsular, "vetor de informação", "poesia-ferramenta", em que as palavras, como lembrou o poeta, "são mais do que o que elas dizem".

Referências Bibliográficas

CELAYA, G. (1955) – *Contos Iberos*. Alicante: Verbo.

SAGLIA, D. (2000) – *Poetic castles in Spain: British romanticism and figurations of Iberia*. Amsterdam: Rodopi.

NICHOLAS, D. [et al.] (2018) – *Early Career Researchers: The harbingers of change? Final report*. CIBER Research. 78 p.

Por JORGE REVEZ

Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa

CEIS20, Universidade de Coimbra

Assistente Convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

jrevez@campus.ul.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3058-943X>

O universo da comunicação científica sofreu alterações profundas com o desenvolvimento das redes digitais. Alguns autores atribuem à tecnologia um carácter meramente instrumental, outros encontram diversas revoluções em curso, entre as quais a revolução do acesso aberto à informação científica (SUBER, 2012). Abriram-se novas possibilidades de comunicação, mas permaneceram igualmente obstáculos, alguns de natureza sistémica e independentes dos instrumentos tecnológicos ao dispor da comunidade científica (BORGMAN, 2007). O movimento do Acesso Aberto teve na sua génese a intenção de os investigadores (re)controlarem os mecanismos de publicação científica, perante a escalada dos preços da informação científica (YOUNG, 2009). Atribuíram-se responsabilidades a uma indústria editorial oligopolista, vista por muitos como perversa, principalmente por revender à academia, aquilo que a academia produziu de forma gratuita ou com o apoio de financiamento, maioritariamente público (LAVIÈRE et al., 2015). A emergência da Ciência Aberta, que se insere neste filão, visa uma abertura ainda mais global, uma transformação de todo o ciclo de vida da investigação, correspondendo a uma aspiração da própria sociedade em obter acesso aos resultados e até mesmo poder participar no desenvolvimento científico (United Kingdom. The Royal Society, 2012). Resta saber qual será o papel dos investigadores, quais as suas intenções e expectativas e de que forma o seu desempenho vai facilitar ou obstaculizar a abertura da ciência.

Estes foram alguns dos aspetos sobre os quais o grupo independente de investigação *CIBER Research* se debruçou durante vários anos, num estudo financiado pelo *Publishing Research Consortium*, um grupo de associações e editores que apoiam a investigação em questões globais que afetam a

comunicação científica, a fim de promover uma discussão baseada em evidências. A investigação foi conduzida, desde outubro de 2015 a maio de 2018, por uma equipa liderada por David Nicholas (Reino Unido) e composta por Abrizah Abdullah (Malásia), Chérifa Boukacem-Zeghmouri (França), David Clark (Reino Unido), Eti Herman (Israel), Blanca Rodríguez Bravo (Espanha), Marzena Świgoń (Polónia), Anthony Watkinson (Reino Unido) e Jie Xu (China). O projeto foi intitulado *'Early career researchers: the harbingers of change?'* (<http://ciber-research.eu/harbingers.html>), utilizando a metáfora dos pioneiros ou dos precursores de um evento futuro. Este texto analisa o relatório final do projeto, ainda que a ampla e assinalável disseminação dos seus resultados registe já mais de quatro dezenas de publicações em revistas científicas (ver, por ex., NICHOLAS [et al.], 2019a) e de apresentações em eventos, igualmente replicados nas redes sociais de investigadores (cf. <https://www.researchgate.net/project/Early-career-researchers-the-harbingers-of-change>).

O CIBER desenvolveu um estudo qualitativo inédito acerca dos investigadores em início de carreira, questionando a sua posição enquanto precursores da mudança em curso na comunicação científica. Este segmento etário e profissional é fundamental para a compreensão do momento presente e para a previsão do que poderá estar para vir, porquanto serão estes os investigadores do futuro. Analisou-se se os chamados nativos digitais, que embarcam em uma carreira de investigação, levarão o novo comportamento informacional para o local de trabalho, pondo em prática mudanças na comunicação científica ou se, pelo contrário, reconhecendo a sua posição como aprendizes e dependendo da orientação dos mentores, serão cautelosos e menos aventureiros do que os colegas mais velhos. Neste estudo longitudinal e à escala mundial, os sujeitos foram 116 investigadores (dos quais 103 completou todo o período do estudo) de sete países, com menos de 35 anos e que ainda não alcançaram uma posição com vínculo institucional estável (*tenure*), pertencentes a diferentes áreas científicas e escolhidos através de uma amostragem por conveniência.

Ainda do ponto de vista metodológico, a recolha de dados consistiu no inquérito por entrevista, semiestruturada, aplicada de forma iterativa, uma vez por ano, durante três anos. Foram explorados as suas atitudes e os seus comportamentos académicos (23 aspetos distintos) com vista a perceber as dinâmicas de mudança em curso. No fundo, a pergunta de partida não era nova, mas nunca tinha sido questionada desta forma: será que a nova vaga de investigadores pretende ser uma força disruptiva de mudança ou simplesmente mais uma geração que irá conformar-se às vias tradicionais da comunicação científica?

O relatório é composto por um sumário executivo, sete capítulos e as listas de referências bibliográficas citadas e de referências das publicações da equipa. Os três primeiros capítulos dizem respeito a aspetos preliminares, introdução e metodologia do estudo. O quarto e o mais extenso capítulo diz respeito aos resultados do projeto. Mostram-se as diferentes “medições” da mudança, as diferenças nas atitudes e nas práticas, bem como as diferenças por país. Nas análises específicas, apresentam-se os resultados de aspetos particulares, como os que se referem aos chamados *millennials*, às bibliotecas¹, aos aspetos de empregabilidade, entre outros. Por fim, apresentam-se as vozes dos investigadores – o discurso direto, que é a principal riqueza dos dados recolhidos –, as 26 hipóteses testadas e as conclusões.

É interessante que pouco mais de metade dos investigadores recrutados no início do projeto se encontravam ainda sujeitos a uma situação precária aquando da conclusão do estudo. De facto, o fator empregabilidade revelou-se determinante para as atitudes e os comportamentos dos investigadores, o que se afigura como uma situação normal tendo em conta a necessidade de cada pessoa assegurar o seu próprio rendimento, de forma segura e estável no tempo. A adesão à mudança foi, por isso, mais notória no grupo com melhor situação profissional. Se mais de 60% dos aspetos estudados relativamente à comunicação científica registaram pouca ou nenhuma intenção de mudança, o nível de mudança é ainda assim significativo.

A segmentação dos dados obtidos por género, disciplina, idade e país, permitiu concluir que as investigadoras das ciências sociais se mostraram mais progressistas, ao contrário dos investigadores das *hard sciences*. A idade é um elemento paradoxal: as atitudes positivas tendem a decrescer com a idade, mas reerguem-se com a estabilidade profissional obtida na idade mais avançada. A análise por país mostra que os EUA e o Reino Unido são os mais conservadores, no extremo oposto da França.

Relativamente à questão do acesso aberto e dos dados abertos, os resultados mostram uma situação conflitual. Por um lado, os investigadores

¹ Para o líder do projeto *Harbingers*, a posição face às bibliotecas é um dos resultados mais ‘eye-catching’, pois alguns investigadores afirmam que não entram numa biblioteca há anos, assumindo-se que estas estão a caminho da invisibilidade (NICHOLAS, 2019). O comportamento dos investigadores em início de carreira face às bibliotecas foi o motivo pelo qual acompanhámos este projeto durante a sua execução, pois decorreu em simultâneo com a investigação que realizámos sobre o papel das bibliotecas na investigação científica em Portugal (REVEZ, 2019). Os resultados de ambas as investigações mostram um significativo alinhamento no que toca à relação, em processo de erosão, entre os investigadores e as bibliotecas. Coloca-se, assim, um enorme desafio às bibliotecas, que terão de escapar de um “território negativo”, nas palavras deste relatório. Uma das vias possíveis é a promoção urgente de adaptações ao pragmatismo informacional dos investigadores.

em início de carreira acreditam que esta abertura pode beneficiar a ciência e permitir o controlo sobre as publicações científicas. Por outro, estão preocupados com a sua reputação (principalmente o prestígio de publicar em revistas ditas de topo) e com os custos que podem estar associados à publicação neste modelo aberto, bem como com a perda de valor associada à partilha de dados de investigação obtidos com muito trabalho. A pressão para publicar afigura-se decisiva para a carreira destes investigadores e é necessário que determinados critérios, conformes ao sistema tradicional, se mantenham em vigor. Quem iria gerir um novo sistema sem barreiras e completamente aberto? (cf. NICHOLAS [et al.], 2019b). É o esgrimir de argumentos próprio da natureza humana, entre o alegado benefício de todos e o benefício pessoal, isto é, o conflito entre o que é perfeito na teoria e o que é bom (e feito) na prática. O pragmatismo é a regra de ouro destes investigadores.

Os dados revelaram ainda outros aspetos problemáticos. A revisão por pares é questionada pela sua falta de qualidade e pelos abusos de alguns revisores, porém a adoção de revisões abertas e mais transparentes pode expor os investigadores e os seus resultados. As chamadas métricas alternativas, principalmente em oposição/complemento ao Fator de Impacto das revistas científicas, criado por Eugene Garfield (1972), não colhem entusiasmo por parte dos jovens investigadores. Da mesma forma, existe interesse na disseminação dos resultados científicos junto do grande público, mas a falta de tempo e a ausência de uma recompensa em termos de reputação refreiam esse tipo de práticas. No fundo, a precariedade laboral e a complexidade do sistema de comunicação científica acantonam, numa situação difícil, os investigadores em início de carreira. As mudanças efetivadas são necessariamente lentas em função da necessidade de cumprir os requisitos necessários à progressão na carreira. Quando se atingem situações mais estáveis, o desejo de transformação reemerge.

O relatório conclui que os vetores da mudança serão as redes sociais, a Ciência Aberta e a colaboração, mas de forma moderada, pois a publicação tradicional em revistas científicas, o sistema de revisão por pares e os meios de avaliação não perderão tão cedo a sua importância. As editoras - e recorde-se que este estudo foi financiado por esse *stakeholder* essencial do sistema de comunicação científica – devem, contudo, estar atentas a fenómenos como o *ResearchGate* ou o *Sci-Hub*, procurando corresponder às novas necessidades dos investigadores. A voz destes investigadores, como este estudo procurou fazer ouvir, deve ser devidamente escutada. Só assim poderá ser criado um alinhamento de vontades.

Em suma, o presente relatório revela um projeto com muito interesse e a partir do qual se abrirão outros filões de estudo. Destacam-se três aspetos com particular relevo. Em primeiro lugar, sobressai a dimensão internacional do projeto, que fornece perspetivas comparadas, e possibilita compreender o ecossistema da ciência como um fenómeno social à escala universal. Em segundo lugar, evidenciam-se as opções metodológicas, que são a força deste projeto. O inquérito por questionário é eficaz na recolha de dados, mas gera muitas vezes resultados com pouca qualidade. Perguntar sobre as mudanças em curso ou sobre o que poderá vir a mudar é muito diferente de seguir essas mudanças ao longo de 3 anos, num exercício diacrónico, evitando-se, com as entrevistas, o cansaço inerente ao preenchimento de questionários, técnica que se tem banalizado nos últimos anos pela sua facilidade de execução (NICHOLAS, 2018). Em terceiro lugar, destaca-se o grupo estudado: os investigadores em início de carreira. Os autores do projeto apontam o escasso conhecimento disponível sobre esta população, aquando do início dos trabalhos, e a importância que este grupo tinha e tem para o sistema científico. Pelo trabalho apresentado, resumido neste relatório final, percebem-se as razões desta opção: como poderemos conhecer e preparar o que poderá vir a ser o futuro, se não falarmos com aqueles que serão os investigadores do futuro, aqueles que irão ser determinantes para o futuro da comunicação científica.

Referências

- BORGMAN, C. L. (2007) – *Scholarship in the digital age: Information, infrastructure, and the Internet*. The MIT Press.
- GARFIELD, E. (1972) – Citation analysis as a tool in journal evaluation, 178 (4060) p.471-479, 1972. *Science*, 178(4060), 471–479. <http://www.garfield.library.upenn.edu/essays/V1p527y1962-73.pdf>.
- LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S. ; MONGEON, P. (2015) – The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *PLOS ONE*, 10(6), e0127502. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502>.
- NICHOLAS, D. (2018) – *Early Career Researchers: A very big and strategic market and one that is changing*. Ramping up relevance. APE 2018, Berlin. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23978.52163>.
- NICHOLAS, D. (2019) – The new wave of university researchers and libraries. *Vestnik Tomskogo gosudarstvennogo universiteta. Kul'turologiya i iskusstvovedeniye – Tomsk State University Journal of Cultural Studies and Art History*, 36, 276–283. <https://doi.org/10.17223/22220836/36/27>.
- NICHOLAS, D. [et al.] (2019b) - Open science from the standpoint of the new wave of researchers: Views from the scholarly frontline. *Information Services & Use*, 39(4), 369–374. <https://doi.org/10.3233/ISU-190069>.

- NICHOLAS, D. [et al.] (2019a) - So, are early career researchers the harbingers of change? *Learned Publishing*, 32(3), 237–247. <https://doi.org/10.1002/leap.1232>.
- REVEZ, J. (2019) – *O papel das bibliotecas na investigação científica: Perceções, comportamento informacional e impacto* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/87349>.
- SUBER, P. (2012) – *Open access*. The MIT Press.
- UNITED KINGDOM. THE ROYAL SOCIETY (2012) – *Science as an open enterprise*. The Royal Society. <https://royalsociety.org/~media/policy/projects/sape/2012-06-20-saoe.pdf>.
- YOUNG, P. (2009) – *The Serials Crisis and Open Access: A White Paper for the Virginia Tech Commission on Research*. <http://hdl.handle.net/10919/11317>.

RODRIGUES, S. (2017) – *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa : estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.

Por SILVIA CINTRA BORGES MORAIS

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Doutoranda em Ciências da Informação

Arquivista da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

silviacb83@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5507-3969>

A autora da presente obra é licenciada em História e pós-graduada em Ciências Documentais, na variante Arquivo, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, prosseguiu os seus estudos com o curso de especialização em Ciências Documentais, na opção Documentação e Biblioteca, e com o mestrado em Ciências da Documentação e Informação, tendo defendido a sua dissertação na variante Arquivo. Estagiou no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, foi bolsista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e, desde 2004, é técnica superior de arquivo na Secretaria-Geral da Presidência da República de Portugal.

Este livro é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa: estudo orgânico-funcional (1910-2014)”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Guardado da Silva. A obra inicia-se com a foto e as “Palavras” de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

O estudo em questão, de um modo geral, recorre à Arquivística, aqui assimilada como um ramo teórico-prático da Ciência da Informação. Desta maneira, delinea a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, no sentido de perceber o desenvolvimento, a complexidade e a dinâmica que a estrutura do órgão de soberania em causa apresenta, em conformidade com o contexto histórico e as funções e competências imputadas ao Chefe de Estado na qualidade de seu dirigente máximo institucional. A obra possibilita, igualmente, a valorização e a compreensão holística do

que no estudo é designado “Sistema de Informação Presidência da República”, situando-o como um elemento determinante para uma gestão continuada e integrada da informação institucionalmente produzida e acumulada. A obra encontra-se dividida em três tempos.

Na primeira parte, que possui um caráter teórico, a autora integra o estudo orgânico-funcional, no âmbito da Ciência da Informação, fundamentando-o numa abordagem sistêmica, começando por referir que a informação, enquanto fenómeno, deve ser entendida como algo essencial e que a sua gestão deve ser estratégica e servir para apoiar os processos decisórios institucionais, sendo, para tanto, necessário conhecer e compreender os processos organizacionais aí envolvidos. Também defende a importância que os sistemas de informação devem assumir nesses contextos, de modo a assegurar uma eficaz e eficiente gestão da informação, desde a produção ao uso da informação no longo prazo, tornando-se, assim, eles próprios, ferramentas essenciais para a articulação entre os vários subsistemas internos e externos, possibilitando que o processamento e a integração da informação produzida e acumulada institucionalmente pelos seus diversos agentes sejam efetivamente realizados, para além de mapeados e controlados. Como é bom de ver, sem esse mapeamento e controlo efetivos, esses tipos de sistemas não cumprem a sua verdadeira e precípua função: organização e recuperação de informação.

Compreensivelmente, a autora destaca também a necessidade de se proceder a uma política sistemática de valorização do arquivo, que passa, incontornavelmente, pela contratação de profissionais qualificados para atuarem em estreita colaboração com os vários serviços produtores e receptores de informação, de modo a permitir a otimização da gestão da informação organizacional. Neste ponto do texto, a autora fundamenta os seus argumentos em autores reconhecidos e conceituados nestas matérias, não se esquecendo, porém, de abordar as já conhecidas mudanças epistemológicas que vêm sendo debatidas há algum tempo no meio arquivístico, bem como o papel que ocupa esta disciplina no âmbito da Ciência da Informação e da “Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Na segunda parte, a autora analisa e interpreta o seu objeto de estudo central, isto é, a evolução orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, tendo como recorte cronológico o ato de Proclamação da República, em 1910, até 2014. Na I República (1910-1926), a Presidência da República apresentava uma estrutura organizativa e administrativa muito simples, diremos hoje, de cariz familiar: um Presidente, um Secretário-Geral responsável pela Secretaria e um secretário Particular – no fundo, o embrião da Casa Civil,

que se justifica por ser, desde início, um órgão de natureza unipessoal. Apenas em cerimónias militares, os primeiros presidentes fizeram-se acompanhar de militares, mas as bases da Casa Militar apareceriam já com Sidónio Pais, no período chamado da ‘República Nova’, a partir de 9 Maio 1918, em que o Chefe de Estado, numa estratégia de reforço da representação simbólica e de legitimação do cargo, definiu o uniforme a usar pelo Presidente da República, porém um Presidente da República Militar, assumindo-se enquanto chefe da força armada de terra e mar. Com Sidónio Pais, o ‘Presidente-Rei’ como lhe chamara Fernando Pessoa, o Palácio de Belém tornara-se, pela primeira vez na sua história, o centro do poder político – a sede do Poder supremo.

No segundo capítulo, que corresponde cronologicamente à Ditadura Militar (1926-1933) e ao Estado Novo (1933-1974), o Presidente da República passou a ter uma residência oficial, e a Secretaria foi reorganizada, já com um quadro de funcionários privativos. A Casa Militar também foi objeto de reorganização, tendo-se lançado as bases do serviço de segurança. Foi ainda criado o Conselho Político Nacional, com funções consultivas – que seria a base do futuro Conselho de Estado, que emergiria em 1933. Depois, durante o Estado Novo, a figura do Chefe de Estado esbateu-se em favor do Presidente do Conselho de Ministros, com António de Oliveira Salazar.

No terceiro capítulo, a autora descreve a Revolução do 25 de Abril e o retorno à democracia em Portugal. Neste momento e de acordo com a nova “Constituição da República Portuguesa”, aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976, foram realizados também reajustes na estrutura dos vários serviços de apoio ao Presidente da República, tendo a Secretaria-Geral integrado a Direção dos Serviços Administrativos. Com o decurso do tempo, procedeu-se ao preenchimento e à ampliação do quadro da Secretaria-Geral e do Centro de Documentação e Informação da Presidência da República. Na década de 90, alterou-se o quadro de pessoal, respeitante às carreiras específicas das áreas funcionais de biblioteca, documentação e arquivo, e iniciou-se a construção do novo edifício para o Centro de Documentação e Informação. Esta segunda parte traduz, a nosso parecer, um esforço muito positivo no sentido de recuperar a evolução orgânico-funcional, competências e atribuições dos órgãos vinculados à Presidência da República, essenciais, conforme dissemos antes, ao estudo e à compreensão do seu sistema de informação arquivística. Por outras palavras, constitui o cerne da investigação aqui trazida – o estudo orgânico-funcional da Presidência da República Portuguesa, essencial para a compreensão do sistema de informação, pois o título é mais ambicioso do que os resultados alcançados, na certeza, porém, de que estamos perante um estudo de elevada qualidade. Dentro do novo contexto democrático, destaque-

-se, porém, a data de 1979, em que a Presidência da República reforçou a sua autonomia, assumindo funções até então da Presidência do Conselho de Ministros. Depois, e até à atualidade, complexificaram-se as estruturas, na certeza, porém, de que este órgão de soberania reflete a missão do Presidente da República, mas também a personalidade de cada Chefe de Estado.

A terceira parte subdivide-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo, a autora apresenta a evolução orgânica das Ordens Honoríficas Portuguesas, no período da República, analisando o desenvolvimento dos poderes conferidos neste domínio e pela Constituição ao Presidente da República. No segundo capítulo, descreve a ligação entre o Conselho de Estado, órgão político de consulta do Presidente da República, e o órgão de soberania, bem como a documentação relativa a esse órgão consultivo. Neste ponto, refere que os serviços de expediente e apoio são assegurados pela Secretaria-Geral da Presidência da República. No terceiro capítulo, retrata o Conselho Superior de Defesa Nacional e as funções de âmbito consultivo desempenhadas, relativas à política de defesa nacional, a partir da sua criação na revisão da Constituição da República de 1982. O apoio técnico e administrativo ao referido Conselho, conforme destaca, compete à Secretaria-Geral e ao seu secretariado, que passam a funcionar nas instalações da Presidência da República. No quarto capítulo, a autora debruça-se sobre o Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis e o seu apoio técnico ao Chefe de Estado, porém de sua duração efémera. A extinção deste Instituto, conforme refere, ocorreu em 1987, tendo o seu património, incluindo o arquivístico, sido transferido para a Secretaria-Geral. No último capítulo, aborda a Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal. Esta comissão, composta por um presidente e por membros nomeados pelo Presidente da República, como o próprio nome sugere, passou a ter como função a elaboração de um plano anual das atividades comemorativas no país, em Macau e no estrangeiro. As despesas e o apoio administrativo ao evento passariam a ser da competência da Secretaria-Geral da Presidência da República. Para além disso, a autora procurou, neste capítulo, contextualizar e atualizar o enquadramento funcional dos serviços prestados no âmbito da Secretaria-Geral, bem como detalhar os órgãos e as estruturas de apoio ao Presidente da República.

A obra finaliza com uma conclusão a respeito das transformações sofridas ao longo de mais de um século pela ora complexa estrutura organizativa da Presidência da República e reflete sobre o protagonismo alcançado pelos Presidentes nos diversos contextos histórico-políticos analisados.

“O Sistema de Informação da Presidência da República Portuguesa” é um estudo de natureza académica, mas escrito, porque muito bem escrito,

para o grande público, quer pelo cuidado atento e pedagógico na escrita, quer pelo interesse do tema e a forma como o desenvolve, quer ainda pela forma como a autora concilia a Gestão Organizacional com a sua formação em História e em Ciência da Informação, aqui projetada, entrelaçando a história da Presidência da República Portuguesa com o estudo do seu sistema de informação, entre 1910 e a atualidade, reportada esta a 2014. Para tal, a autora analisa e contextualiza as competências do Chefe de Estado neste tempo longo, assim como, numa abordagem holística, a estrutura orgânica da Presidência da República ao longo da história, bem como os seus serviços e recursos.

Um estudo objetivo e isento, que não deixa de ser o de uma observadora participante, sendo Susana Rodrigues técnica superior deste órgão de soberania, que acolheu a sua realização. É assim, o olhar de quem não apenas estudou a Organização, mas também de quem trabalha há mais de uma década na Presidência da República Portuguesa, na área da gestão da informação.

Deste modo, Susana Rodrigues cumpre o que propõe, na medida em que aborda a evolução e o desenvolvimento dos serviços da Presidência da República, nos seus aspetos orgânico-funcionais mais relevantes, revelando, assim, a importância que o seu conhecimento e a compreensão devem ter para uma eficiente gestão de informação. Enfim, este é, pela forma e pelo conteúdo, um estudo singular, sincrético, e de grande qualidade, que enriquece a Coleção “Ciência da Informação”, um projeto, ímpar em Portugal, das Edições Colibri e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BAUC VOL. XXXIII, N.º 1

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

Os tabeliães de notas de Coimbra nos séculos XVI a XVIII:

Provimento de ofícios e identificação de cartórios

Cristóvão Mata

As mulheres “devassas de seu corpo” em Coimbra durante a primeira metade do século XVIII

Alexandre Rodrigues de Souza

El archivo general de Villafranca durante la Guerra de Independencia española

Domingo Beltrán Corbalán

Francisco Precioso Izquierdo

RECENSÕES CRÍTICAS

LARRIBA, E. ; COLETES BLANCO, A., eds. (2017) – *La Poésie, vecteur de l’information au temps de la Guerre d’Espagne: 1808-1814*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 164 p.

Carlos Guardado da Silva

NICHOLAS, D. [et al.] (2018) – *Early Career Researchers: The harbingers of change? Final report*.

CIBER Research. 78 p.

Jorge Revez

RODRIGUES, S. (2017) – *O Sistema de Informação Presidência da República Portuguesa : estudo orgânico-funcional (1910-2014)*. 1ª ed. Lisboa : Edições Colibri. 144 p.

Sílvia Cintra Borges Morais

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>